

4. As muitas vozes da política externa europeia

Em uma charge publicada em fins dos anos 1890, um artista francês retratou a crise que fermentava às vésperas do Levante dos Boxers na China. Sob olhares desconfiados da Grã-Bretanha e da Rússia, a Alemanha começa a cortar uma fatia identificada como "Kiao-Tschaou" em uma torta chamada "China", enquanto a França dá apoio moral a seu aliado russo e o Japão olha para a torta com ar pensativo. Atrás de todos, um representante da dinastia Qing, impotente para detê-los, levanta os braços em desespero. Como frequentemente acontece com esse tipo de imagem, as potências são representadas por pessoas: Grã-Bretanha, Alemanha e Rússia por caricaturas de seus respectivos soberanos, França por Marianne, a personificação da República, e o Japão e a China por figuras exóticas estereotipadas. Personificar Estados como indivíduos era parte da comunicação telegráfica da caricatura política europeia, mas também refletia um hábito de pensamento arraigado: a tendência a conceituar Estados como indivíduos compostos, governados por uma força executiva compacta e animados por uma vontade invisível.

No entanto, até um exame superficial dos governos europeus do começo do século xx revela que as estruturas executivas das quais emergiam as políticas estavam longe de ser unificadas. O planejamento político não era prerrogativa do soberano. Iniciativas que influenciavam o curso das políticas de um país podiam emanar de partes periféricas da estrutura dirigente, e isso realmente acontecia.



11. "A disputa pela China", por Henri Meyer, Le Petit Journal, 1898.

Alinhamentos de facções, atritos entre funções governamentais, restrições econômicas ou financeiras e a química volátil da opinião pública, tudo isso exercia uma pressão sempre variável sobre os processos de tomada de decisão. Conforme o poder de moldar as decisões passava de um núcleo a outro do Executivo, ocorriam oscilações correspondentes no tom e na orientação das políticas. Esse caos de vozes em disputa é crucial para entender as agitações periódicas do sistema europeu nos últimos anos pré-guerra. E também contribui para explicar por que a Crise de Julho de 1914 tornou-se a mais complexa e indecifrável crise política da era moderna.

SOBERANOS DECISORES

A Europa do começo do século xx era um continente de monarquias. Das seis potências mais importantes, cinco adotavam algum tipo de regime monárquico, e só uma, a França, era uma república. Os relativamente recentes Estados-nações da península balcânica — Grécia, Sérvia, Montenegro, Bulgária, Romênia e Albânia — eram todos monarquias. A Europa dos cruzadores velozes, do rádio e dos isqueiros elétricos ainda trazia em seu cerne essa resplandecente instituição milenar que atrela Estados grandes e complexos aos caprichos da biologia humana. O Poder Executivo europeu ainda tinha como centro o trono e o homem ou a mulher que o ocupava. Os ministros eram nomeados pelo imperador na Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia. Os três imperadores tinham acesso irrestrito aos papéis do Estado. Também exerciam a autoridade formal sobre suas respectivas Forças Armadas. Instituições e redes dinásticas estruturavam as comunicações entre os Estados. Os embaixadores apresentavam suas credenciais ao soberano em pessoa, e as comunicações e encontros diretos entre monarcas continuaram a ter lugar durante todos os anos pré-guerra; na verdade, sua importância até aumentou, criando um plano de interação paralelo cuja relação com a diplomacia oficial era às vezes difícil de determinar.

Os monarcas eram agentes simbólicos além de políticos, e nesse papel podiam captar e focalizar as emoções e associações coletivas. Quando os parisienses se fascinavam com a figura de Eduardo vii fumando charuto esparramado em uma poltrona na varanda do hotel, sentiam que estavam olhando para a Inglaterra na forma de um homem gordalhão, bem vestido e confiante. Sua ascensão triunfante



12. *Guilherme II e Nicolau II de uniformes nacionais trocados.*

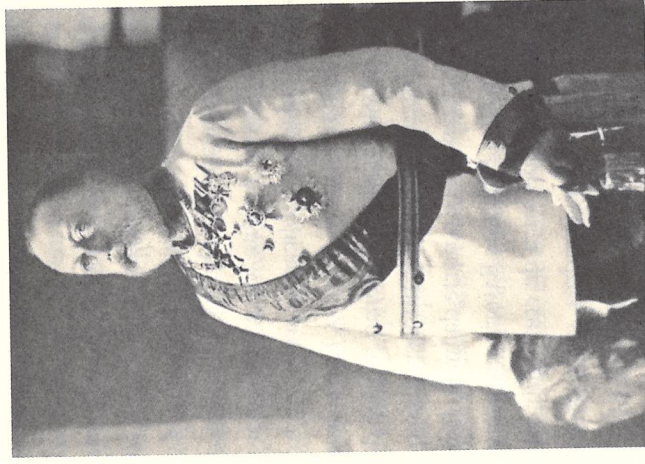
na opinião pública parisiense em 1903 facilitou o caminho para a assinatura da entente com a França no ano seguinte. Até o polido déspota Nicolau II foi saudado como um herói conquistador pelos franceses quando visitou Paris em 1896, apesar de sua filosofia política autocrática e de seu carisma irrisório, pois foi visto como a personificação da aliança franco-russa.¹ E quem incorporava os mais inquietantes aspectos da política externa alemã — vacilações, falta de foco e ambição frustrada — melhor do que o febril, inconstante, alarmista e autoritário cáiser Guilherme, o homem que ousou aconselhar Edvard Grieg sobre o modo de reger *Peer Gynt*?² Fosse ou não obra dele a política alemã, o fato é que a simbolizava para os oponentes da Alemanha.

No centro do clube monárquico que reinava na Europa pré-guerra estava o trio de primos imperiais: o tsar Nicolau II, o cáiser Guilherme II e George V. Na virada do século XX, a rede genealógica das famílias reinantes europeias adensara-se quase a ponto de fusão. O cáiser Guilherme II e o rei George V eram netos da rainha Vitória, e a esposa do tsar Nicolau II, Alexandra de Hesse-Darmstadt, era bisneta dela. A mãe de George V e de Nicolau II eram irmãs, nascidas na casa real da Dinamarca. O cáiser Guilherme e o tsar Nicolau II eram tataranetos do tsar Paulo I. A tia-avó do cáiser, Carlota da Prússia, era avó do tsar. Dessa perspectiva, a eclosão da guerra em 1914 mais parece a culminância de uma briga de família.

É difícil avaliar quanta influência esses monarcas exerciam no Poder Executivo de seu país. Grã-Bretanha, Alemanha e Rússia representavam três tipos bem diferentes de monarquia. A Rússia era, ao menos em teoria, uma autocracia na qual as restrições parlamentares e constitucionais sobre a autoridade monárquica eram fracas. Eduardo VII e George V eram monarcas constitucionais e parlamentares sem acesso direto às alavancas do poder. O cáiser Guilherme II estava em posição intermediária — na Alemanha, um sistema constitucional e parlamentar foi enxertado em elementos da antiga monarquia militar prussiana que sobreviveram ao processo de unificação nacional. Mas as estruturas de governo formais não eram necessariamente os determinantes mais significativos da influência monárquica. Outras variáveis importantes incluíam a determinação, a competência e a bagagem intelectual do próprio monarca, a capacidade dos ministros de bloquear iniciativas indesejáveis e o grau de concordância entre o monarca e seu governo.



13. Guilherme II.



14. Eduardo VII em seu uniforme de coronel do 12º Regimento de Hussardos austríacos.

Uma das características mais interessantes da influência dos soberanos sobre a formulação da política externa é sua variação no tempo. Eduardo VII, que encaixou os realinhamentos diplomáticos de 1904-7, tinha opiniões firmes sobre a política externa e se orgulhava de ser bem informado. Suas atitudes eram as de um imperialista "jingoísta": enfiou-se com a oposição liberal à Guerra Afegã de 1878-9, por exemplo, e disse ao administrador colonial Sir Henry Bartle Frere: "Se dependesse de mim, não me contentaria até que tivéssemos conquistado e mantido todo o Afeganistão".³ Ele exultou com a notícia do ataque à República do Transvaal em 1895, apoiou o envolvimento de Cecil Rhodes na operação e se irritou com o telegrama do cáiser a Kruger. Por toda a sua vida adulta, conservou uma resoluta hostilidade à Alemanha. As raízes dessa antipatia parecem dever-se, em parte, a uma oposição à sua mãe, a rainha Vitória, que ele considerava excessivamente amiga da Prússia, e em parte a seu medo e sua repulsa pelo barão Stockmar, o carrancudo pedagogo alemão nomeado por Vitória e Albert para manter o jovem Eduardo em um implacável regime de estudo. A guerra de 1864 entre Prússia e Dinamarca foi um episódio formativo no começo de sua vida política. As simpatias de Eduardo nesse conflito estavam firmemente do lado dos parentes dinamarqueses de sua noiva.⁴ Depois de ascender ao trono, ele foi um importante patrocinador do grupo de autoridades antigermânicas do círculo de Sir Francis Bertie.⁵

A influência do rei chegou ao auge em 1903, quando uma visita oficial a Paris — "a visita real mais importante da história moderna", como foi chamada — abriu o caminho para a entente das duas rivais imperiais. As relações entre os dois Impérios ocidentais ainda estavam espinhosas na época devido à indignação francesa com a Guerra dos Bôeres. A visita, organizada por iniciativa do próprio Eduardo, foi um triunfo de relações públicas e contribuiu imensamente para desanuviar o clima.⁶ Depois da assinatura da entente, Eduardo continuou empenhado em um acordo com a Rússia, ainda que, como muitos de seus compatriotas, ele detestasse o sistema político tsarista e continuasse desconfiado dos desígnios da Rússia sobre a Pérsia, o Afeganistão e o norte da Índia. Em 1906, quando ouviu que Izvolsky, o ministro russo das Relações Exteriores, estava em Paris, Eduardo partiu apressado da Escócia, na esperança de conseguir um encontro. Izvolsky respondeu à altura e fez a viagem até Londres, onde os dois se reuniram para conversas que, segundo Charles Hardinge, "ajudaram substancialmente a aplainar o caminho das negociações então em andamento para um acordo com a

Rússia".⁷ Em ambos os casos, o rei não recorreu aos Poderes Executivos propriamente ditos; agiu como uma espécie de embaixador extranumerário. Pôde fazer isso porque suas prioridades correspondiam acertadamente com as da facção imperialista liberal de Whitehall, cuja dominância na política externa ele próprio ajudara a reforçar.

George V foi um caso bem diferente. Até assumir o trono em 1910, ele pouco se interessou pelos assuntos externos e tinha apenas uma noção das mais superficiais sobre as relações da Grã-Bretanha com outras potências. O embaixador austríaco, conde Mensdorff, encantou-se com o novo rei, que, em contraste com seu pai, parecia não ter inclinações favoráveis ou contrárias a nenhum outro país.⁸ Se Mensdorff esperava que a mudança da guarda atenuasse o teor antigermânico da política britânica, logo se decepcionou. Na política externa, a aparente neutralidade de do novo monarca significava apenas que a política permanecia firmemente nas mãos dos imperialistas liberais em torno de Grey. O rei George V não formou uma rede política à altura daquela de seu pai, abstinha-se de intrigas de bastidores e evitava pronunciar-se sobre políticas sem permissão explícita de seus ministros.⁹ Comunicava-se com certa frequência com Edward Grey e concedia audiências a seu secretário das Relações Exteriores sempre que estava em Londres. Buscava escrupulosamente a aprovação de Grey para o conteúdo de suas conversas políticas com representantes estrangeiros, em especial seus parentes alemães.¹⁰ Assim, a ascensão de George V ao trono resultou em um drástico declínio da influência da Coroa sobre a orientação geral da política externa, embora os dois monarcas tivessem poderes constitucionais idênticos.

Mesmo no contexto autoritário da autocracia russa, a influência do tsar sobre a política externa, sujeita a grandes restrições, aumentou e diminuiu ao longo do tempo. Como George V, o novo tsar era uma folha de papel em branco quando assumiu o trono em 1894. Não formara uma rede política própria antes da coroação e, por respeito ao pai, evitava expressar-se sobre a política governamental. Na adolescência mostrara pouca aptidão para o estudo dos assuntos de Estado. Konstantin Pobedonostsev, o jurista conservador recrutado para dar ao adolescente Nicolau um curso sobre o funcionamento interno do Estado tsarista, recordou mais tarde: "Não pude deixar de observar que ele estava completamente absorto, futucando o nariz".¹¹ Mesmo depois de assumir o trono, sua timidez extrema e o pavor da perspectiva de ter de exercer a autoridade impediram-no, nos primeiros anos, de impor ao governo suas preferências políticas — na medida em que ele as tinha. Além disso,

faltava-lhe o tipo de apoio executivo de que ele precisaria para moldar o curso da política de algum modo consistente. Ele não contava com um secretário pessoal, por exemplo; nem secretário particular tinha. Podia exigir — e isso fazia — ser informado até sobre decisões ministeriais secundárias, mas, em um Estado tão vasto como a Rússia, isso apenas significava que o monarca se afogava em trivialidades enquanto questões verdadeiramente importantes ficavam de lado.¹²

Apesar de tudo isso, o tsar foi capaz, sobretudo a partir de 1900, aproximadamente, de impor certa direção à política externa russa. Em fins dos anos 1890, a Rússia estava profundamente envolvida na penetração econômica da China. Nem todos no governo aprovavam a política para o Extremo Oriente. Alguns censuravam o imenso custo com a infraestrutura e as Forças Armadas. Outros, como o ministro da Guerra, o general Aleksei A. Kuropatin, achavam que o Oriente Médio distraía a Rússia de problemas mais urgentes na periferia ocidental, em especial os Bálcãs e os estreitos da Turquia. Mas nessa época Nicolau II ainda acreditava firmemente que o futuro da Rússia estava na Sibéria e no Oriente Médio, e providenciou para que os expoentes da política oriental prevalecessem sobre seus oponentes. Apesar de algumas dúvidas iniciais, ele apoiou a política de tomar a cabeça de ponte chinesa em Porto Arthur (atual Lüshun) na península de Liaodong em 1898. Na Coreia, Nicolau acabou apoiando uma política de penetração russa que pôs São Petersburgo em rota de colisão com Tóquio.

As intervenções de Nicolau assumiram a forma de alinhamentos informais em vez de decisões executivas. Por exemplo, ele mantinha relações cordiais com os aristocratas empreendedores que exploravam a vasta concessão madeireira do rio Yalu, na Coreia. O magnata madeireiro do rio Yalu, A. M. Bezobrazov, ex-oficial da elite dos Cavaleiros da Guarda, usou sua ligação pessoal com o tsar para fazer do Yalu uma plataforma para estender o Império informal russo à península coreana. Em 1901, o ministro das Finanças Serguei Witte informou que Bezobrazov encontrava-se com o tsar “no mínimo duas vezes por semana — durante horas toda vez”, e o aconselhava sobre a política para o Extremo Oriente.¹³ Os ministros exasperavam-se com a presença desses forasteiros influentes na corte, mas pouco podiam fazer para contê-los. Essas ligações informais, por sua vez, impeliaram o tsar para uma visão ainda mais agressiva da política russa na região. “Não quero me apoderar da Coreia”, Nicolau disse ao príncipe Henrique da Prússia em 1901, “mas em nenhuma circunstância posso permitir que o Japão se estabeleça firmemente por lá. Isso seria um *casus belli*.”¹⁴

Nicolau intensificou ainda mais seu controle sobre a política nomeando um vice-rei do Extremo Oriente com total responsabilidade não só nos assuntos civis e militares, mas também nas relações com Tóquio. O ocupante desse cargo, o almirante E. I. Alekseev, era diretamente subordinado ao tsar, portanto imune à supervisão ministerial. A nomeação fora engendrada pelo grupo encabeçado por Bezobrazov, que a via como um jeito de contornar a relativamente cautelosa política para o Extremo Oriente do Ministério das Relações Exteriores. Em consequência, a Rússia implementava o que, na prática, eram duas políticas imperiais paralelas, a oficial e a extraoficial. Assim, Nicolau II podia escolher entre as opções e jogar uma façção contra a outra.¹⁵ O almirante Alekseev não tinha experiência nem conhecimento das formalidades diplomáticas e exibiu um estilo descortês e intransigente que sem dúvida desagradaria e enfureceria seus interlocutores japoneses. Não se sabe se Nicolau II alguma vez adotou conscientemente uma política de guerra com o Japão, mas com certeza foi o maior responsável pela guerra que eclodiu em 1904, e portanto pelos desastres que se seguiram.¹⁶

Poderíamos dizer, portanto, que às vésperas da Guerra Russo-Japonesa a influência do tsar estava em alta, e a de seus ministros, em queda. Mas esse estado de coisas durou pouco, pois o catastrófico resultado da política do tsar diminuiu drasticamente sua capacidade de estipular as linhas de ação. Conforme as notícias das sucessivas derrotas iam sendo conhecidas e a agitação social engolfava a Rússia, um grupo de ministros liderado por Serguei Witte providenciou reformas destinadas a unificar o governo. O poder foi concentrado em um Conselho de Ministros, chefiado pela primeira vez por um “presidente” ou primeiro-ministro. Sob Witte e seu sucessor, P. A. Stolypin (1906-11), o Executivo foi, em certa medida, protegido contra intervenções arbitrárias do monarca. Stolypin, em particular, um homem de grande determinação, inteligência, carisma e incansável diligência, conseguiu impor sua autoridade pessoal à maioria dos ministros e alcançar um nível de coerência no governo inexistente antes de 1905. Durante os anos Stolypin, Nicolau pareceu “curiosamente ausente da atividade política”.¹⁷

O tsar não aquiesceu por muito tempo com essa situação. Mesmo enquanto Stolypin estava no poder, encontrou modos de contornar seu controle fazendo tratados com ministros individualmente sem o conhecimento do premiê. Entre eles estava o ministro das Relações Exteriores, Izvolsky, cujos erros nas negociações com seu colega austro-húngaro desencadearam a crise da anexação da Bósnia em 1908-9. Em troca do apoio diplomático de Viena para o acesso da

Rússia aos estreitos da Turquia, Izvolsky aprovou a anexação austríaca da Bósnia-Herzegovina. Nem o primeiro-ministro Stolypin nem seus colegas do Ministério haviam sido informados de antemão sobre essa ousada iniciativa, que foi decidida diretamente com o próprio tsar Nicolau. Na época do assassinato de Stolypin por terroristas no outono de 1911, Nicolau solapava sistematicamente a autoridade do primeiro-ministro apoiando seus oponentes políticos. Confrontado com um bloco ministerial que ameaçava restringir sua liberdade de ação, Nicolau retirou seu apoio e tramou contra os homens que ele próprio havia instalado no poder. Witte foi vitimado por esse comportamento autocrático em 1906; Stolypin também teria o mesmo destino caso não tivesse sido assassinado, e seu sucessor, o afável Vladimir Kokovtsov, foi deposto em fevereiro de 1914 por também se revelar um devoto da ideia do “governo unido”. Adiante voltarei a discorrer sobre as consequências dessas conspirações para o rumo da política externa da Rússia. Por ora, o principal é que os anos 1911-4 viram um declínio no governo unido e a reafirmação do poder autocrático.¹⁸

Entretanto, esse poder autocrático *não* foi usado para apoiar uma visão política coerente. Deu-se a ele um uso negativo: salvaguardar a autonomia e o poder do monarca, rompendo quaisquer formações políticas que parecessem capazes de assegurar para si a iniciativa. A consequência da intervenção autocrática, portanto, não foi a imposição da vontade do tsar em si, mas uma prolongada incerteza quanto a quem tinha o poder de fazer o quê — um estado de coisas que alimentou os antagonismos faccionários e minou fundamentalmente a consistência da tomada de decisões na Rússia.

Dos três primos imperiais, Guilherme II foi e continua sendo o mais polêmico. O grau de seu poder no Executivo alemão ainda é ardorosamente debatido.¹⁹ O cáiser sem dúvida assumiu o trono *pretendendo* ser o autor da política externa de seu país. “O Ministério das Relações Exteriores? Ora, eu sou o Ministério das Relações Exteriores!”, ele exclamou uma ocasião.²⁰ “Sou o único senhor da política alemã”, salientou em uma carta ao príncipe de Gales (o futuro Eduardo VII), “e meu país tem de me seguir aonde quer que eu vá”.²¹ Guilherme interessava-se pessoalmente pela nomeação de embaixadores, e às vezes apoiava seus favoritos, contrariando conselhos do chanceler e do Ministério das Relações Exteriores. Em maior grau do que seus dois primos imperiais, ele considerava as reuniões e a correspondência com seus colegas dinásticos que eram parte da comunicação regular entre monarquias um recurso diplomático ímpar,

a ser explorado em benefício de seu país.²² Como Nicolau II, Guilherme frequentemente — sobretudo nos primeiros anos de reinado — passou por cima de seus ministros responsáveis consultando-se com “favoritos”, encorajou disputas faccionárias com o objetivo de erodir a unidade do governo e expressou ideias que não tinham sido debatidas com os ministros responsáveis ou que contradiziam a política prevalecente.

Essa última área — a exposição não autorizada de ideias políticas não sancionadas — é aquela em que o cáiser foi mais criticado, tanto por contemporâneos como por historiadores.²³ Não pode haver dúvidas quanto ao tom e ao conteúdo estapafúrdios de muitas das comunicações pessoais do cáiser em telegramas, cartas, anotações marginais, conversas, entrevistas e discursos sobre temas de política externa ou interna. Seu volume excepcional já é notável: o cáiser falou, escreveu, telegrafou, anotou e arengou mais ou menos continuamente durante os trinta anos de seu reinado, e uma gigantesca parcela dessas articulações foi registrada e preservada para a posteridade. Algumas eram de mau gosto ou impróprias. Dois exemplos, ambos ligados aos Estados Unidos, podem ilustrar essa afirmação. Em 4 de abril de 1906, o cáiser Guilherme II estava em um jantar como convidado da embaixada dos Estados Unidos em Berlim. Durante uma animada conversa com seus anfitriões americanos, ele falou sobre a necessidade de conseguir mais espaço para a população alemã, que crescia rapidamente; na época de sua ascensão ao trono, ele disse ao embaixador, a população andava pelos 40 milhões de pessoas, mas agora estava em torno de 60 milhões. Isso era bom, em si, mas a questão da alimentação se tornaria provavelmente nos próximos vinte anos. Por outro lado, grandes porções da França pareciam subpovoadas, necessitando de desenvolvimento; talvez conviesse perguntar ao governo francês se ele se importaria de recuar sua fronteira para oeste a fim de acomodar o excesso de alemães. Essa tagarelice vazia (que, podemos presumir, era para ser engraçada), foi registrada a sério por um de seus interlocutores e comunicada a Washington no próximo malote diplomático.²⁴ Outro exemplo vem de novembro de 1908, quando houve ampla especulação na imprensa em torno de uma possível guerra entre os Estados Unidos e o Japão. Estimulado por essa perspectiva e ávido por cair nas graças da potência atlântica, o cáiser mais que depressa enviou uma carta ao presidente Roosevelt oferecendo-lhe — dessa vez a sério mesmo — um corpo do Exército prussiano para ficar a postos na costa californiana.²⁵

Como, exatamente, essas iniciativas se relacionavam com o mundo dos verdadeiros resultados das políticas? Qualquer ministro das Relações Exteriores ou embaixador em uma democracia moderna que se permitisse fazer comentários gritantemente impróprios desse tipo seria demitido na hora. Mas qual era o peso das gafes do soberano no grande esquema das coisas? A extrema incoerência das palavras do cáiser dificultava avaliar seu impacto. Se Guilherme tivesse buscado implementar uma visão política clara e coerente, poderíamos simplesmente comparar as intenções com os resultados; no entanto, suas intenções eram sempre ambíguas, e o foco de sua atenção vivia mudando. Em fins dos anos 1890, o cáiser entusiasmou-se com um projeto para criar uma Neudeutschland (Nova Alemanha) no Brasil, e “exigiu impacientemente” que a migração para essa região fosse incentivada e aumentada o mais depressa possível. Nem é preciso dizer que isso não deu em nada. Em 1899, ele informou a Cecil Rhodes que pretendia fazer da Mesopotâmia uma colônia germânica. Em 1900, na época do Levante dos Boxers, o cáiser propôs que os alemães enviassem um corpo do Exército completo à China com o objetivo de reparar o país. Em 1903 ele declarava mais uma vez que a “América Latina é o nosso alvo!” e exortava o Estado-Maior do Almirantado — que pelo visto não tinha nada melhor para fazer — a elaborar planos para uma invasão de Cuba, Porto Rico e Nova York, os quais eram uma total perda de tempo, já que (entre outras coisas) o Estado-Maior jamais concordou em fornecer os soldados necessários.²⁶

O cáiser absorvia ideias, entusiasmava-se, depois se entediava e as descartava. Zangava-se com o tsar russo uma semana, mas se deslumbrou com ele na seguinte.²⁷ Fazia incessantes projetos de alianças: com a Rússia e a França *contra* o Japão e a Grã-Bretanha; com a Rússia, a Grã-Bretanha e a França *contra* os Estados Unidos; com a China e os Estados Unidos *contra* o Japão e a Tríplice Entente; com o Japão e os Estados Unidos *contra* a entente etc.²⁸ No outono de 1896, em um momento no qual as relações entre a Grã-Bretanha e a Alemanha haviam esfriado após tensões por causa da questão do Transvaal, ele propôs uma liga continental com a França e a Rússia para a defesa conjunta de possessões coloniais contra a Grã-Bretanha. Mas praticamente ao mesmo tempo acalentou a ideia de eliminar qualquer causa de conflito com os britânicos simplesmente se livrando de todas as colônias germânicas com exceção do leste da África. E na primavera de 1897 Guilherme havia abandonado essa ideia e propunha que a Alemanha estreitasse seus laços com a França.²⁹

Guilherme não só mandava bilhetes e anotações a seus ministros, mas também mencionava diretamente suas ideias a representantes de outras potências. Ora suas intervenções contrariavam a direção da política oficial, ora a endossavam; às vezes passavam dos limites e viravam uma paródia grosseiramente exagerada da posição oficial. Em 1890, quando o Ministério das Relações Exteriores esfriava as relações com os franceses, Guilherme tratava de reaquecê-las; fez a mesma coisa durante a crise do Marrocos de 1905 — enquanto o Ministério das Relações Exteriores aumentava a pressão sobre Paris, Guilherme assegurava a vários generais e jornalistas estrangeiros, e a um ex-ministro francês, que buscava a reconciliação com a França e não pretendia arriscar-se a uma guerra por causa do Marrocos. Em março, na véspera de sua partida para Tânger, o cáiser fez um discurso em Bremen anunciando que as lições da história haviam-no ensinado a “nunca se empenhar por um poder vazio sobre o mundo”. O Império Germânico, acrescentou, teria de conquistar “a mais absoluta confiança como um vizinho calmo, honesto e pacífico”. Várias figuras políticas de alto coturno — especialmente entre os falcões do comando militar — acharam que esse discurso frustrou a política oficial para o Marrocos.³⁰

Em janeiro de 1904, o cáiser, sentado ao lado do rei Leopoldo da Bélgica (que fora a Berlim para celebrar o aniversário de Guilherme) em um jantar de gala, aproveitou a ocasião para informar o rei belga de que ele esperava que a Bélgica ficasse do lado da Alemanha em caso de uma guerra com a França. Se Leopoldo optasse por aliar-se à Alemanha, Guilherme prometeu, os belgas ganhariam novos territórios no norte da França, e Guilherme recompensaria o rei belga com “a coroa da velha Borgonha”. Quando Leopoldo, confuso, replicou que seus ministros e o Parlamento belga dificilmente aceitariam um plano tão fantástico e audacioso, Guilherme retorquiu que não podia respeitar um monarca que achava que devia prestar contas a ministros e deputados em vez de a Deus nosso Senhor. Se o rei belga não fosse mais acessível, o cáiser seria obrigado a agir “segundo princípios puramente estratégicos” — em outras palavras, a invadir e ocupar a Bélgica. Dizem que Leopoldo irritou-se tanto com esses comentários que, ao levantar-se da cadeira no fim do jantar, pôs o capacete ao contrário.³¹

Era justamente por causa de episódios desse tipo que os ministros de Guilherme procuravam mantê-lo afastado do verdadeiro processo de tomada de decisões. É extraordinário que a mais importante decisão política do reinado de Guilherme — não renovar o Tratado de Resseguro com a Rússia em 1890 — tenha

sido tomada sem a participação ou o conhecimento antecipado do cáiser.³² No verão de 1905, o chanceler Bernhard von Bülow confiou a Guilherme a tarefa de fazer uma proposta de aliança a Nicolau II em Björkö, perto da costa finlandesa, mas descobriu, quando o cáiser retornou, que Guilherme se atrevera a fazer uma alteração na redação do tratado. A resposta do chanceler foi pedir demissão. Apavorado com a perspectiva de perder seu ministro mais poderoso, Guilherme imediatamente recuou; Bülow concordou em permanecer no cargo, e a emenda foi eliminada do tratado.³³

O cáiser reclamava constantemente por ser deixado de fora, por lhe negarem acesso a documentos diplomáticos importantes. Zangava-se sobretudo quando autoridades da política externa insistiam em vetar sua correspondência pessoal com chefes de Estado estrangeiros. Protestou veementemente, por exemplo, quando o embaixador alemão em Washington, Speck von Sternburg, recusou-se a entregar uma carta dele ao presidente Roosevelt em 1908, na qual o cáiser expressava sua profunda admiração pelo presidente americano. Não era o conteúdo político da carta que preocupava os diplomatas, e sim a efusividade e imaturidade de seu tom. Sem dúvida era inaceitável, observou um funcionário, que o soberano do Império Germânico escrevesse ao presidente americano “como um escolar apaixonado escreveria a uma costureirinha bonita”.³⁴

Eram declarações preocupantes, de fato. E até potencialmente perigosas em um meio no qual os governos estavam sempre tentando adivinhar as intenções uns dos outros. Não obstante, temos de ter em mente três aspectos. O primeiro é que, nesses encontros, o cáiser estava desempenhando um papel de liderança e controle que era incapaz de exercer na prática. Segundo, essas ameaças retóricas eram sempre associadas a cenários imaginados nos quais a Alemanha era a parte *atacada*. A proposta indecente de Guilherme a Leopoldo da Bélgica não foi concebida como uma iniciativa ofensiva, mas como parte de uma reação alemã a um ataque francês. O que é estranho nas reflexões do cáiser sobre a possível necessidade de a Bélgica romper a neutralidade em um futuro conflito não é a *ideia* do rompimento em si — a opção de uma invasão belga foi debatida e sopesada também pelos Estados-Maiores francês e britânico —, mas o contexto em que as reflexões foram mencionadas e a identidade dos dois interlocutores. Uma das muitas peculiaridades do cáiser era ser totalmente incapaz de adaptar seu comportamento aos contextos nos quais seu posto elevado o obrigava a atuar. Frequentemente ele falava não como um monarca, mas como um adolescente arrebatado dando

rédias às suas obsessões do momento. Era um exemplo extremo daquela categoria social eduardiana, o chato do clube que vive explicando algum projeto favorito ao vizinho de mesa. Não admira que a perspectiva de ser obrigado a escutar o cáiser durante um almoço ou jantar, quando escapar era impossível, metesse medo no coração de tantos membros da realeza europeia.

As intervenções de Guilherme deixavam o pessoal do Ministério das Relações Exteriores de cabelo em pé, mas pouco faziam para mudar o curso da política alemã. De fato, talvez fosse, em parte, uma sensação crescente de impotência e desligamento das verdadeiras alavancas do poder que incendiava as recorrentes fantasias de Guilherme sobre futuras guerras mundiais entre Japão e Estados Unidos, invasões de Porto Rico, jihad global contra o Império Britânico, um protetorado alemão na China etc. Eram cenários fictícios de um fantasista geopolítico inveterado, e não políticas propriamente ditas. E toda vez que um conflito real parecia iminente, Guilherme baixava a crista e logo encontrava razões para que a Alemanha não pudesse ir à guerra. Quando as tensões com a França atingiram um pico em fins de 1905, Guilherme amedrontou-se e informou ao chanceler Bülow que a agitação socialista na Alemanha excluía absolutamente qualquer ação ofensiva no exterior; no ano seguinte, abalado com a notícia de que o rei Eduardo VII acabara de fazer uma visita não agendada ao demissionário ministro francês das Relações Exteriores Théophile Delcassé, ele alertou o chanceler de que a Artilharia e a Marinha alemãs não estavam em condições de resistir em um conflito.³⁵ Guilherme podia falar grosso, mas quando havia problemas à vista tendia a se encolher. E faria exatamente isso durante a Crise de Julho de 1914. “É muito curioso”, observou Jules Cambon, embaixador francês em Berlim em uma carta a um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores da França em maio de 1912, “ver como esse homem, tão impetuoso, tão descuidado e impulsivo nas palavras, é todo cauteloso e paciência na ação.”³⁶

Um estudo dos monarcas do começo do século XX sugere um impacto variável e, em última análise, relativamente modesto sobre os verdadeiros resultados das políticas. O imperador Francisco José da Áustria-Hungria lia enorme quantidade de missivas e se reunia regularmente com seu ministro das Relações Exteriores. Mas, apesar de todo o seu estupendo trabalho como o “primeiro burocrata” de seu Império, Francisco José, como Nicolau II, achava impossível dominar o oceano de informações que vinham para sua mesa. Pouco esforço se fazia para assegurar que ele alocasse seu tempo segundo a importância relativa das questões

ue surgiam.³⁷ A política externa austro-húngara era moldada não pelos decretos executivos do imperador, mas pela interação de facções e lobbies dentro do Mimi-ário e ao seu redor. O rei Vittorio Emanuele III da Itália (que reinou de 1900 a 1946) trabalhava muito menos arduamente do que Francisco José. Passava a maior parte do tempo no Piemonte ou em suas propriedades em Castelporziano, embora se ocupasse um pouco em ler algumas mensagens diplomáticas, também gastava cerca de três horas por dia lendo jornais e anotando meticolosamente os erros que encontrava. O rei italiano cultivou relações próximas com seus ministros das Relações Exteriores e certamente apoiou a decisão de tomar a Líbia em 1911, mas as intervenções diretas dele foram esporádicas.³⁸ Nicolau II podia avorecer essa ou aquela facção ou ministro e assim erodir a coesão do governo, mas era incapaz de direcionar as políticas, especialmente depois do fiasco da Guerra Russo-Japonesa. Guilherme II era mais enérgico do que Nicolau, porém seus ministros também eram mais capazes do que seus colegas russos de proteger o processo de elaboração das políticas das intervenções do imperador. As iniciativas de Guilherme, de qualquer forma, eram demasiado díspares e descoordenadas para se constituir em algum tipo de plataforma operacional alternativa.

Independentemente de intervirem ou não de modo incisivo no processo político, os monarcas continentais ainda assim permaneciam, em virtude de sua própria existência, como um fator desestabilizante nas relações internacionais. Em sistemas apenas parcialmente democratizados, a presença de monarcas que se pressupunha serem o ponto focal de seus respectivos Executivos, com acesso a todos os papéis e funcionários do Estado e com a responsabilidade final por todas as decisões executivas, criava ambiguidade. Uma política externa puramente distática, na qual os monarcas se encontrassem para resolver os assuntos de Estado importantes, já não era apropriada, é claro — as inúteis reuniões em Björkö promoviam isso. No entanto, a tentativa de ver o monarca como o timoneiro e a personificação do Executivo continuava grande entre os diplomatas, estadistas e especialmente entre os próprios soberanos. A presença deles gerava uma persistente incerteza quanto a onde, exatamente, estava o pivô do processo de tomada de decisões. Nesse sentido, os reis e imperadores podiam tornar-se uma fonte de esnoiteamento nas relações internacionais. A falta de clareza resultante frustrava os esforços para estabelecer relações seguras e transparentes entre os Estados.

As estruturas monárquicas também encobriam as relações de poder em toda Executiva. Na Itália, por exemplo, não se sabia com clareza quem de fato

comandava o Exército — o rei, o ministro da Guerra ou o chefe do Estado-Maior. O chefe do Estado-Maior italiano fazia o possível para manter os civis fora de suas deliberações com os colegas alemães e austríacos, e as autoridades civis, corresponsavelmente, deixavam os oficiais militares fora do circuito político. Como resultado, por exemplo, o chefe do Estado-Maior da Itália não foi sequer informado sobre as cláusulas da Tríplice Aliança que definiam as condições nas quais a Itália poderia ser obrigada a entrar em uma guerra em defesa de seus aliados.³⁹

Em uma situação como essa — e podemos encontrar condições análogas em todas as monarquias continentais —, o rei ou imperador era o único ponto para onde convergiam as várias cadeias de comando. Se ele falhasse em desempenhar sua função integradora, se a Coroa não compensasse as insuficiências, digamos assim, da Constituição, o sistema permaneceria irresoluto, potencialmente incoerente. E com frequência os monarcas continentais fracassaram nesse papel, ou melhor dizendo, recusaram-se a desempenhá-lo, pois esperavam, lidando separadamente com altos funcionários do Executivo, preservar o que restava de sua própria iniciativa e preeminência no sistema. Isso, por sua vez, tinha um efeito danoso sobre os processos de tomada de decisão. Em um meio em que a decisão tomada por um ministro responsável podia ser anulada ou solapada por um colega ou rival, os ministros muitas vezes tinham dificuldade para determinar “como suas atividades se encaixavam no quadro mais amplo”.⁴⁰ A confusão resultante no ambiente encorajava ministros, altos funcionários, comandantes militares e especialistas em políticas a se julgarem no direito de defender suas ideias nos debates, porém não a se considerarem pessoalmente responsáveis pelos resultados das políticas. Ao mesmo tempo, a pressão para assegurar as graças do monarca estimulava um clima de competição e adulação que militava contra os tipos de troca de ideias interdepartamentais que poderiam ensejar um método mais equilibrado de tomada de decisões. A consequência era uma cultura faccionária e um excesso retórico que trariam frutos perigosos em julho de 1914.

QUEM GOVERNAVA EM SÃO PETERSBURGO?

Se os monarcas não determinavam o curso da política externa, quem determinava? A resposta óbvia deveria ser: os ministros das Relações Exteriores. Eles supervisionavam as atividades dos corpos diplomáticos e dos ministros plenipo-

tenciários, liam e respondiam as mais importantes missivas do exterior e eram responsáveis por explicar e justificar as políticas ao Parlamento e ao público. Na realidade, porém, o poder dos ministros das Relações Exteriores para moldar as políticas era tão variável, em grau e abrangência, quanto a tração política dos soberanos. Sua influência dependia de uma gama de fatores: o poder e o favor de outros ministros, especialmente o primeiro-ministro, a atitude e o comportamento do monarca, a disposição dos altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e dos embaixadores para aceitar a liderança do ministro, além do nível de instabilidade faccionária dentro do sistema.

Na Rússia, o ministro das Relações Exteriores e sua família ocupavam apartamentos privados no Ministério, um espaçoso edifício vermelho-escuro na grande praça defronte ao Palácio de Inverno; então, a vida social do ministro, assim como a de sua mulher e filhos, era entrelaçada ao funcionamento do Ministério.⁴¹ Sua capacidade para moldar a política era determinada pela dinâmica de um sistema político cujos parâmetros foram redefinidos na esteira da Guerra Russo-Japonesa e da Revolução de 1905. Um grupo de ministros poderosos empenhou-se em estabelecer uma estrutura mais concentrada para a tomada de decisões, que permitiria ao Executivo equilibrar os imperativos internos e externos do país e impor a disciplina aos funcionários mais graduados. Como exatamente isso deveria ser feito é um tema controverso. O mais ativo e talentoso dentre os reformadores foi Serguei Witte, um especialista em finanças e política econômica que se demitira do governo em 1903 porque se opunha à política de avanço na Coreia. Witte queria um “gabinete” chefiado por um “primeiro-ministro” com poder não só de disciplinar os demais ministros, mas também de controlar o acesso deles ao tsar. Vladimir Kokovtsov,* que de tempos em tempos foi o mais conservador ministro das Finanças, considerou essas propostas um ataque ao princípio da autocracia tsarista, que em sua opinião era a única forma de governo apropriada às condições russas. Chegou-se a um acordo: uma espécie de gabinete foi instituído na forma de um Conselho de Ministros, cujo presidente, ou primeiro-ministro, tinha o poder de demitir ministros não cooperativos. Manteve-se, porém, o “direito de consulta individual” — em outras

* Kokovtsov renunciou ao cargo de ministro das Finanças em 1905, mas reassumiu em novembro daquele mesmo ano e se manteve no posto até fevereiro de 1914. A partir de 1911 ele foi ao mesmo tempo ministro das Finanças e primeiro-ministro.



15. Pyotr Stolypin.

palavras, o direito de um ministro apresentar suas ideias ao tsar sem a intermediação do presidente do Conselho.

Resultado disso um sistema não totalmente estruturado no qual tudo dependia de contrabalançar as iniciativas dos sucessivos presidentes do Conselho, seus ministros e o tsar. Se o presidente fosse incisivo e forte, tinha grandes chances de conseguir impor sua vontade aos demais. Mas se um ministro confiante conseguisse o apoio do tsar, poderia dissentar de seus colegas e conseguir o que queria. Com a nomeação de Pyotr Stolypin para a presidência do Conselho no verão de 1906, o novo sistema ganhou um líder carismático e dominante. E o novo ministro das Relações Exteriores, Alexander Izvolsky, parecia ser o tipo de político capaz de fazer funcionar o novo sistema. Ele se considerava um homem da “nova política” e estabeleceu prontamente postos de ligação no Ministério das Relações Exteriores para administrar as relações com a Duma. Seu tom quando se dirigia ao tsar era respeitoso, porém menos submisso que o de seus predecessores. Seu objetivo era reformar e modernizar o Ministério, e ele era um franco entusiasta do “governo unificado”.⁴² O mais importante era que concordava com a maioria de seus colegas do Conselho de Ministros sobre a conveniência de um acordo com a Grã-Bretanha.

Logo se viu, porém, que Izvolsky divergia de seus colegas em aspectos fundamentais na visão da política externa russa. Stolypin e Kokovtsov achavam que a entente anglo-russa trazia a oportunidade de abandonar o aventureirismo dos anos anteriores à Guerra Russo-Japonesa e se concentrar nas tarefas de consolidação doméstica e crescimento econômico. Mas para Izvolsky o acordo com a Inglaterra era uma licença para implementar uma política mais assertiva. Izvolsky acreditava que as relações cordiais inauguradas pela entente lhe permitiriam conseguir a aceitação por Londres do livre acesso de navios de guerra russos aos estreitos da Turquia. Não era excesso de otimismo: o secretário britânico do Exterior, Sir Edward Grey, encorajara explicitamente Izvolsky a pensar nessas linhas. Em conversa com o embaixador russo em Londres em maio de 1907, Grey declarou que “se forem estabelecidas boas relações permanentes” entre os dois países, “a Inglaterra não mais terá como um objetivo fixo de sua política manter a situação existente” nos estreitos.⁴³

Foi nesse contexto que, em 1908, Izvolsky iniciou suas malfadadas negociações com Aehrenthal, prometendo a aprovação da Rússia à anexação da Bósnia-Herzegovina em troca do apoio austríaco a uma revisão do acordo sobre os estreitos. O acordo com Aehrenthal deveria ser o primeiro passo para uma revisão abrangente. Essa iniciativa teve o apoio do tsar; com efeito, talvez tenha sido Nicolau II quem impeliu Izvolsky a oferecer um trato aos austríacos. O tsar, que antes de 1904 preconizara veementemente a expansão no Extremo Oriente, agora concentrava sua atenção sobre os estreitos: “A ideia de tomar os Dardanelos e Constantinopla estava constantemente em seu pensamento”, recordou um político russo.⁴⁴ Não querendo se arriscar à rejeição de Stolypin, Kokovtsov e outros ministros, Izvolsky explorou o direito da consulta individual com o tsar. Esse foi o ponto alto da independência política do ministro das Relações Exteriores — uma independência adquirida manobrando nas margens entre os diferentes centros de poder do sistema. Mas o triunfo foi efêmero. Como não se fez o acordo em Londres, a política para os estreitos fracassou. Izvolsky caiu em desgraça junto à opinião pública russa e voltou para enfrentar a ira de Stolypin e Kokovtsov.

Portanto, no curto prazo o desastre da crise da anexação da Bósnia (como o desastre da guerra com o Japão) levou à reafirmação da autoridade coletiva do Conselho de Ministros. O tsar perdeu a iniciativa, pelo menos temporariamente. Izvolsky foi forçado a recuar e submeter-se à disciplina do “governo unido”. Stolypin, por outro lado, chegou ao auge de seu poder. Os conservadores partidários da

autocracia, alarmados, começaram a vê-lo como um superpoderoso “senhor” ou “grão-vizir” que havia usurpado os poderes de seu senhor imperial. A escolha de Serguei Sazonov para substituir Izvolsky em setembro de 1910 pareceu reforçar a dominância de Stolypin. Sazonov era um diplomata relativamente novato, tinha pouca experiência em postos elevados na Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores e carecia de contatos aristocráticos e imperiais. Conhecia pouco sobre a política de São Petersburgo e quase não tinha influência em círculos do governo. Suas principais qualificações para o posto, observaram críticos de fora, eram a reputação de “mediocridade e obediência” e o fato de ser cunhado de Stolypin.⁴⁵

Depois da derrocada da política de Izvolsky e seu afastamento do cargo, a política externa russa passou a ter a marca registrada não do ministro das Relações Exteriores, mas do primeiro-ministro e presidente do Conselho de Ministros Pyotr Stolypin, em cuja opinião a Rússia precisava de paz a todo custo e devia seguir uma política de conciliação em todas as frentes. A consequência foi um período de pronunciada aproximação com Berlim, apesar das tensões recentes por causa da Bósnia. Em novembro de 1910, uma visita de Nicolau II e Sazonov a Potsdam pôs em marcha discussões que culminaram em um acordo marcando um ponto alto na détente russo-germânica.⁴⁶

Inicialmente, o assassinato de Stolypin pouco alterou a orientação das políticas. Logo em seguida à morte de seu patrono, Sazonov lutou para encontrar sua própria voz. Mas a fraqueza de Sazonov, combinada à morte de Stolypin, amplificou outra potencial instabilidade no sistema; os agentes russos mais experientes e confiantes no exterior estavam livres para exercer um papel mais independente. Dois ministros em especial, N. V. Charykov, em Constantinopla, e Nikolai Hartwig, em Belgrado, sentindo o afrouxamento do controle de São Petersburgo, arriscaram-se em iniciativas independentes possivelmente perigosas, para aproveitar o agravamento da situação política nos Bálcãs.⁴⁷ Nesse meio-tempo, o embaixador russo na França era nada menos do que o ex-ministro das Relações Exteriores, Alexander Izvolsky, cuja determinação de moldar a política — especialmente para os Bálcãs — não diminuiria depois de ele ter sido chamado de volta ao serviço diplomático. Izvolsky preparava suas próprias tramas em Paris, o tempo todo “presionando Sazonov por intermédio do malote diplomático”.⁴⁸

O eclipse de Sazonov não foi permanente. Com o tempo ele começou a dar suas cartas na política dos Bálcãs, explorando a fraqueza política de Kokovtsov, o sucessor de Stolypin na presidência do Conselho de Ministros. Foi fundamental

que as influências que moldavam a política na Rússia estivessem em constante mudança. O poder fluía através do sistema e se concentrava em vários pontos: o monarca, o ministro das Relações Exteriores, o primeiro-ministro, os embaixadores. De fato, podemos falar em uma espécie de “hidráulica do poder”, na qual o resscimento de um eixo do sistema produzia a diminuição de outros. E a dinâmica le antagonismos no sistema era adicionalmente energizada pela tensão entre opções de política opostas. Os nacionalistas liberais e os pan-eslavos da Rússia endiam a favorecer uma política agressiva para os estreitos da Turquia e uma rostura de solidariedade com os “pequenos irmãos” eslavos da península balcânica. Os conservadores, em contraste, em geral se preocupavam intensamente com s fraquezas políticas e financeiras internas da Rússia e com os perigos — como lisse Kokovtsov — de seguir “uma política externa ativa em detrimento do estô-nago dos camponeses”; por isso, defendiam uma política de paz a todo custo.⁴⁹

Quando se debateu na Duma a importância da crise da anexação da Bósnia a primavera de 1909, por exemplo, os representantes dos interesses conservado-es no Conselho da Nobreza Unida argumentaram que a anexação não prejudica-a de modo algum os interesses ou a segurança da Rússia, e que o país devia adotar ma política de não interferência nos assuntos balcânicos e ao mesmo tempo usar a reconciliação com Berlim. O verdadeiro inimigo, afirmaram, era a Grã-Bretanha, que estava tentando impelir a Rússia para uma guerra com a Alemanha a fim de consolidar o controle britânico sobre os mercados mundiais. Contra ssa posição, os liberais pró-franceses e pró-britânicos do Partido Constitucional emocrata (Cadetes) clamavam pela transformação da Tríplice Entente em uma íplice Aliança que permitiria à Rússia projetar seu poder na região dos Bálcãs e eter o declínio de seu status de grande potência.⁵⁰ Esse era um dos principais roblemas para todos os executivos da política externa (e para os que tentam ntendê-la hoje): o “interesse nacional” não era um objetivo imperativo a pressio-ar o governo a partir do mundo exterior, e sim a projeção de interesses particula-ss de dentro da própria elite.⁵¹

UEM GOVERNAVA EM PARIS?

Na França a dinâmica era diferente, mas análoga em linhas gerais. Em um rau muito maior do que na Rússia, o Ministério das Relações Exteriores, ou Quai



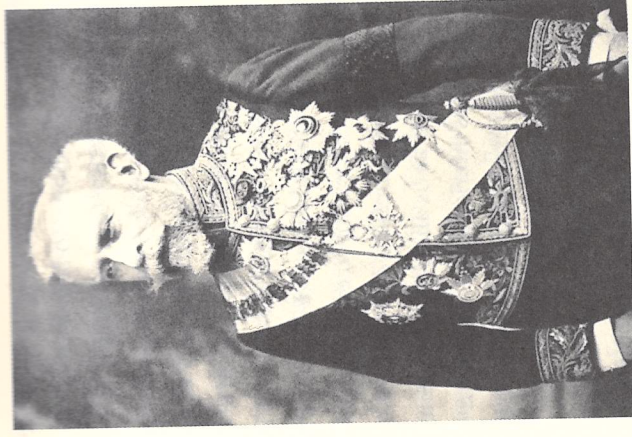
16. Joseph Caillaux.

d’Orsay, como era conhecido em virtude de sua localização, tinha poder e au-tonomia formidáveis. Era uma organização socialmente coesa e relativamente estável, com um elevado sentimento de dedicação à sua missão. Uma rede densa de ligações familiares reforçava o *esprit de corps* no Ministério: os irmãos Jules e Paul Cambon eram os embaixadores em Berlim e Londres, respectivamente; o embaixador em São Petersburgo em 1914, Maurice Paléologue, era cunhado de Jules e Paul, e havia outras dinastias — os Herbette, os De Margerie e os De Courcel, para citar apenas alguns. O Ministério das Relações Exteriores protegia sua independência com o hábito do sigilo. As informações delicadas só raramente eram repassadas aos ministros do gabinete. Não era incomum altos funcionários omitirem informações a políticos mais graduados, e até ao próprio presidente da República. Em janeiro de 1895, por exemplo, quando Gabriel Hanotaux era o mi-nistro das Relações Exteriores, o presidente Casimir Périer renunciou depois de apenas seis meses no cargo, protestando que o Ministério das Relações Exteriores não o mantinha informado nem mesmo dos acontecimentos mais importantes.

documentos sobre as políticas eram tratados como informações secretas. Raymond Poincaré só foi informado sobre os detalhes da aliança franco-russa quando tornou-se premiê e ministro das Relações Exteriores, em 1912.⁵²

Mas a relativa independência do Ministério não trazia necessariamente poder e autonomia ao ministro. Os ministros franceses das Relações Exteriores tendiam a ser fracos, até mais fracos do que seu próprio grupo de assessores ministeriais. Uma razão disso era sua rotatividade relativamente alta, decorrente dos crises sempre elevadas de turbulência política na França pré-guerra. Entre 1º de janeiro de 1913 e a eclosão da guerra, por exemplo, o país teve nada menos que seis ministros das Relações Exteriores. A chefia desse Ministério era uma etapa transitória e menos importante no ciclo de vida dos políticos franceses do que na Grã-Bretanha, na Alemanha e na Áustria-Hungria. E na ausência de qualquer código de solidariedade no gabinete, as energias e ambições dos ministros tendiam a se enfraquecer na acirrada luta faccionária que fazia parte do cotidiano governamental na Terceira República.

Obviamente havia exceções a essa regra. Se um ministro permanecesse no cargo por tempo suficiente, fosse engenhoso e determinado o bastante, com certeza podia imprimir sua personalidade ao funcionamento do Ministério. Théophile Delcassé é um bom exemplo. Ele permaneceu no cargo por espantosos sete anos (de junho de 1898 a junho de 1905) e estabeleceu seu domínio sobre o Ministério não só graças a um trabalho incansável, mas também não dando ouvidos a outros funcionários permanentes em Paris e cultivando uma rede de embaixadores e funcionários em toda a organização que pensavam como ele. Na França, como em outras partes da Europa, os períodos de ascensão e decadência de cargos espantosos no sistema produziam ajustes na distribuição do poder. Sob um ministro como Delcassé, a parcela de poder dos altos funcionários civis conhecidos coletivamente como a Centrale tendeu a encolher, ao passo que os embaixadores, ministros das restrições impostas pelo centro, prosperaram, exatamente como fizeram Izvolsky e Hartwig durante os anos iniciais de Sazonov no cargo. No longo período de Delcassé como ministro, um gabinete interno de embaixadores veteranos, encabeçado pelos irmãos Cambon (Londres e Berlim) e Camille Barrère (Berlim), ganhou importância. Os embaixadores reuniam-se regularmente em reuniões para conversar sobre política e fazer lobby junto a autoridades importantes. Eles comunicavam-se com o ministro por meio de cartas privadas, passando por cima dos funcionários da Centrale.



17. Paul Cambon.

Os embaixadores veteranos adquiriram uma noção extraordinariamente elevada de sua importância, em especial se compararmos com o etos profissional dos embaixadores atuais. Paul Cambon é um bom exemplo: ele comentou em uma carta de 1901 que toda a história diplomática da França era pouco mais do que uma longa lista de tentativas de agentes no exterior para obter alguma coisa em face da resistência de Paris. Quando discordava das instruções oficiais emanadas da capital, não era raro que ele as queimasse. Durante uma tensa conversa com Justin de Selves, ministro das Relações Exteriores de junho de 1911 a janeiro de 1912, Cambon, com certa falta de tato, informou seu interlocutor de que se considerava igual ao ministro.⁵³ Essa afirmação parece menos estapafúrdia se nos lembrarmos de que entre 1898, quando ele se tornou embaixador em Londres, e o verão de 1914, Cambon viu nove ministros entrarem e saírem do cargo — dois deles por duas vezes. Cambon não se considerava um funcionário subalterno do governo, mas um servidor da França, cujas habilidades davam-lhe o direito a um papel importante no processo de fazer política.

O exaltado sentimento de importância pessoal de Cambon fundamentava a crença, comum a muitos embaixadores de primeira linha, de que ele não mera-

mente representava a França, mas a *personificava*. Embora tenha sido embaixador em Londres de 1898 até 1920, Cambon não falava uma só palavra em inglês. Durante suas reuniões com Edward Grey (que não falava francês), ele fazia questão de que cada palavra fosse traduzida para o francês, inclusive aquelas facilmente reconhecíveis, como “yes”.⁵⁴ Tinha a certeza, como muitos membros da elite francesa, de que o francês era a única língua capaz de articular o pensamento racional, e era contra a fundação de escolas francesas na Grã-Bretanha com a justificativa excêntrica de que franceses criados na Grã-Bretanha tendiam a ser retardados mentais.⁵⁵ Cambon e Delcassé estabeleceram relações de trabalho muito próximas, cujo fruto foi a Entente Cordiale de 1904. Foi Cambon, mais do que ninguém, o responsável por assentar os alicerces da entente, trabalhando duro a partir de 1901 para persuadir seus interlocutores britânicos a consentir na questão do Marrocos e ao mesmo tempo exortando Delcassé a desistir dos supostos direitos da França ao Egito.⁵⁶

As coisas mudaram depois da saída de Delcassé no auge da primeira crise do Marrocos. Seus sucessores foram figuras menos enérgicas e autoritárias. Maurice Rouvier e Léon Bourgeois exerceram o cargo de ministro por apenas dez e sete meses, respectivamente. Stéphane Pichon permaneceu por um período maior, de outubro de 1906 a março de 1911, mas abominava o trabalho árduo e frequentemente se ausentava de sua mesa no Quai d’Orsay. O resultado foi um crescimento constante da influência da Centrale.⁵⁷ Em 1911, dois grupos faccionários tinham se formado no mundo das relações exteriores francesas. De um lado estavam os embaixadores veteranos e seus aliados na administração, que tendiam a favorecer a détente com a Alemanha e uma atitude pragmática e flexível nas relações exteriores da França. Do outro lado estavam os “jovens turcos”, como Jules Cambon os apelidou, da Centrale.

Os embaixadores tinham a autoridade da idade e da experiência adquirida nos muitos anos de serviço. Os homens da Centrale, por sua vez, contavam com formidáveis vantagens institucionais e estruturais. Podiam mandar comunicados à imprensa, controlavam a transmissão dos documentos oficiais e, sobretudo, tinham acesso ao gabinete noir do Ministério — um pequeno mas importante departamento responsável por abrir cartas, interceptar e decifrar o tráfego diplomático. E, tal como na Rússia, essas divisões estruturais e adversárias coincidiam com visões divergentes das relações exteriores. Assim, as agitações da luta interna por influência podiam ter impacto direto sobre a orientação das políticas.

A política francesa na questão marroquina é um bom exemplo. Depois do confronto franco-alemão pelo Marrocos em 1905 e da derrocada alemã em Algeiras no ano seguinte, Paris e Berlim se esforçaram arduamente para chegar a um acordo que lhes permitisse deixar o conflito do Marrocos para trás. Do lado francês, as opiniões dividiam-se a respeito de como lidar com as pretensões alemãs sobre aquela região. Paris devia atender os interesses alemães no Marrocos ou agir como se esses direitos simplesmente não existissem? O mais direto expoente da primeira dessas visões era Jules Cambon, irmão de Paul e embaixador francês em Berlim. Cambon tinha várias razões para buscar a détente com a Alemanha. Ele argumentava que os alemães tinham o direito de defender os interesses de seus industriais e investidores no estrangeiro. Também chegou à conclusão de que os mais graduados responsáveis pelas políticas na Alemanha — do cáiser e seu amigo, o conde Phillip zu Eulenburg ao chanceler Bernhard von Bülow, o secretário das Relações Exteriores Heinrich von Tschirschky e seu sucessor, Wilhelm von Schoen — desejavam sinceramente melhores relações com Paris. Era a França, ele dizia, com sua política faccionada e sua exaltada imprensa nacionalista, a principal responsável pelos mal-entendidos que haviam surgido entre as duas potências vizinhas. O fruto dos esforços de Cambon foi o acordo franco-alemão de 9 de fevereiro de 1909, que excluiu Berlim de qualquer iniciativa política no Marrocos e afirmou o valor da cooperação franco-germânica na esfera econômica.⁵⁸

Do outro lado do argumento estavam os homens da Centrale, que se opunham a qualquer tipo de concessão. Nos bastidores, funcionários importantes, como o desvairadamente germanófilo Maurice Herbet, chefe de comunicações no Quai d’Orsay de 1907 a 1911, usavam seus numerosos contatos na imprensa para sabotar as negociações, vazando polêmicas propostas conciliatórias aos jornais franceses antes que fossem conhecidas pelos alemães e até insuflando campanhas da imprensa jingoísta contra o próprio Cambon.⁵⁹ Herbet foi um excelente exemplo de alto funcionário que conseguiu imprimir suas próprias ideias à elaboração das políticas na França. Em um memorando de 1908 que lembra o famoso memorando escrito no ano anterior por Eyre Crowe, do Ministério das Relações Exteriores britânico (com a diferença de que, enquanto o documento de Crowe ocupava 25 páginas impressas, o de Herbet se alongava por assombrosas trezentas páginas caoticamente manuscritas), Herbet pintou a história recente das relações franco-alemãs em cores sinistras, como um catálogo de “insinuações”, ardis e ameaças. Os alemães, ele escreveu, eram insinceros, desconfiados,

lesleais, enganadores. Seus esforços pela conciliação eram tramas astutas destinadas a lograr e isolar a França; suas argumentações em favor de seus interesses no exterior eram meras provocações; sua política externa, uma alternância repelente de “ameaças e promessas”. A França, ele concluiu, não tinha absolutamente nenhuma responsabilidade pelo péssimo estado das relações entre os dois países, pois sempre fora “conciliatória e digna” em seu trato com a Alemanha: “Um exame imparcial dos documentos prova que a França e seu governo não podem, de modo algum, ser responsabilizados por essa situação”. Como o memorando de Browne no ano anterior, o documento de Herbertte concentrou-se em atribuir notificações e “sintomas” compreensíveis em vez de apontar verdadeiras transgressões.⁶⁰ Não há indícios de que Herbertte tenha mudado de ideia a respeito da Alemanha. Ele e outros oficiais intransigentes da Centrale foram um formidável obstáculo à détente com Berlim.

Com o colapso do governo no começo de março de 1911 e a queda de Pichon no Ministério, a influência da Centrale chegou ao auge. O sucessor de Pichon como ministro das Relações Exteriores foi o consciencioso mas totalmente inexperiente Jean Cruppi, um ex-magistrado cuja principal qualificação para a pasta das Relações Exteriores era o fato de que muitos indivíduos mais bem preparados já haviam recusado o posto — indício da pouca valorização desse cargo no Ministério. No breve período de Cruppi como ministro — ele tomou posse em março de 1911 e saiu em 27 de junho —, a Centrale apoderou-se efetivamente do controle da política. Sob pressão do diretor político e comercial no Quai d'Orsay, Cruppi concordou em pôr fim a todas as ligações econômicas com a Alemanha no Marrocos, um inequívoco repúdio do acordo de 1909. Seguiu-se uma série de iniciativas unilaterais: as negociações para a administração conjunta franco-alemã de uma ferrovia de Fez a Tânger foram interrompidas sem aviso, e um novo acordo financeiro com o Marrocos foi redigido sem menção alguma à participação alemã. Cambon ficou horrorizado e alertou: os franceses estavam se comportando com “espírito de porco” em suas relações com a Alemanha.⁶¹

Finalmente, ao decidir, sem consultar outros países interessados, enviar uma força substancial de soldados da metrópole à cidade marroquina de Fez na primavera de 1911, a pretexto de reprimir um levante local e proteger os colonos franceses, Paris violou abrangentemente o acordo de Algeciras e o acordo franco-alemão de 1909. A alegação de que essa conduta era necessária para proteger a comunidade de europeus em Fez era espúria; a rebelião ocorrera no interior do

território marroquino, e o perigo para os europeus era remoto. O apelo do sultão pela ajuda de Paris fora, na verdade, formulado pelo cônsul francês e entregue ao sultão para ser assinado depois que Paris já decidira intervir.⁶² Retornaremos adiante à crise de Agadir que se seguiu a essas medidas. Por ora, o mais importante é que não foi o governo francês propriamente dito quem gerou a política agressiva no Marrocos, mas os falcões do Quai d'Orsay, cuja influência sobre as políticas não teve rivais na primavera e no começo do verão de 1911.⁶³ Aqui, como na Rússia, o fluxo do poder de uma parte a outra do Executivo produziu mudanças rápidas no tom e na direção da política.

QUEM GOVERNAVA EM BERLIM?

Também na Alemanha a política externa era moldada pela interação entre centros de poder dentro do sistema. Havia, porém, algumas diferenças estruturais. A mais importante era que, na complexa estrutura federal criada para acomodar o Império Germânico fundado em 1871, o papel de ministro das Relações Exteriores era, em grande medida, absorvido pelo cargo de chanceler do Império. Na verdade, esse posto central era um composto no qual vários cargos diferentes ligavam-se em uma pessoa. Geralmente, o chanceler do Império Germânico era, ao mesmo tempo, o ministro-presidente e o ministro das Relações Exteriores da Prússia, o Estado federal dominante que abrangia cerca de três quintos dos cidadãos e do território do novo Império. Não havia um ministro das Relações Exteriores, apenas um secretário de Estado do Exterior, diretamente subordinado ao chanceler. E a íntima ligação do chanceler com a elaboração da política externa manifestava-se fisicamente no fato de que seus apartamentos privados ficavam no pequeno e apinhado palácio no número 76 da Wilhelmstrasse, onde funcionava também o Ministério das Relações Exteriores alemão.

Esse foi o sistema que permitiu a Otto von Bismarck administrar sozinho os assuntos externos e dominar a singular estrutura constitucional que ele ajudara a criar em seguida às Guerras de Unificação da Alemanha. A saída de Bismarck no começo da primavera de 1890 deixou um vácuo de poder que ninguém pôde preencher.⁶⁴ Leo von Caprivi, o primeiro chanceler e ministro das Relações Exteriores da Prússia pós-bismarckiana, não tinha experiência em assuntos externos. Sua decisão de marcar época, não renovando o Tratado de Resseguro, foi, na verdade, impelida

por uma facção no Ministério das Relações Exteriores alemão que por algum tempo fizera oposição à linha bismarckiana. Essa facção não encontrou dificuldade de conquistar o apoio do novo chanceler. Era liderada por Friedrich von Holstein, diretor do Departamento Político do Ministério das Relações Exteriores — um homem muito inteligente e bem falante, perverso na vida privada e socialmente recluso que despertava admiração mas pouco afeto em seus colegas. Portanto, assim como na França, a fraqueza do ministro das Relações Exteriores (ou, neste caso, do chanceler) permitiu que a iniciativa ficasse nas mãos dos funcionários permanentes da Wilhalmstrasse, os equivalentes berlinenses do pessoal da Centrale. Essa situação continuou sob o sucessor de Caprivi, o príncipe Chlodwig von Hohenlohe-Schillingsfürst, que assumiu a Chancelaria entre 1894 e 1899. Foi Holstein, e não o chanceler ou o secretário das Relações Exteriores do Império, quem determinou os contornos da política externa alemã no começo e em meados dos anos 1890.

Em parte, Holstein pôde fazer isso porque tinha excelentes laços tanto com os políticos responsáveis como com o círculo de conselheiros do cáiser Guilherme II.⁶⁵ Esses foram os anos em que Guilherme se empenhou mais vigorosamente em exercer influência, decidido a tornar-se “seu próprio Bismarck” e estabelecer seu “governo pessoal” sobre o desajeitado sistema alemão. Não conseguiu seu objetivo, mas, paradoxalmente, suas extravagâncias produziram uma concentração do Poder Executivo, pois os políticos e funcionários mais graduados aliaram-se para prevenir ameaças do soberano à integridade do processo de tomada de decisão. Friedrich von Holstein, o conde Phillip zu Eulenburg, amigo íntimo e influente conselheiro do cáiser, e até o ineficaz chanceler Hohenlohe tornaram-se hábeis em “manobrar o imperador”.⁶⁶ Seu método consistia em não levá-lo demasiado a sério. Em uma carta de fevereiro de 1897 a Eulenburg, Holstein observou que estava vendo o “terceiro programa político” do soberano em três meses. Eulenburg aconselhou-o a se acalmar: os projetos do cáiser não eram “programas”, ele assegurou a Holstein, e sim excêntricos “comentários marginais” de importância limitada para a condução política. O chanceler também não se preocupava. “Parece que Sua Majestade está recomendando outro novo programa”, escreveu Hohenlohe, “mas não acho que seja uma grande tragédia; já vi programas demais irem e virem.”⁶⁷

Foram Eulenburg e Holstein que puseram o diplomata de carreira Bernhard von Bülow no caminho para a Chancelaria. Já como secretário das Relações Extre-

riores do Império sob o chanceler Hohenlohe (1897-1900), Bülow conseguiu, com ajuda de amigos, obter o controle da política alemã. Sua posição ficou ainda mais forte depois de 1900, quando o cáiser, seguindo um conselho de Eulenburg, nomeou Bülow para a Chancelaria. Mais do que qualquer outro chanceler antes dele, Bülow recorreu a toda a arte de um cortesão experiente para ganhar a confiança de Guilherme. Apesar de rivalidades e desconfianças internas, o trio Bülow-Holstein-Eulenburg conseguiu por algum tempo exercer forte influência sobre os rumos das políticas.⁶⁸ O sistema funcionava bem contanto que três condições fossem atendidas: 1) os parceiros estivessem de acordo sobre seus objetivos finais; 2) suas políticas fossem bem-sucedidas; 3) o cáiser permanecesse sossegado.

Durante a crise do Marrocos em 1905-6, essas três condições prévias falharam. Primeiro, Holstein e Bülow discordaram sobre os objetivos alemães no Marrocos (Bülow queria a compensação; Holstein esperava, com irrealismo, expandir a entente anglo-francesa). Depois, na Conferência de Algeciras em 1906, onde a delegação alemã se viu isolada e suplantada pela França, ficou claro que a política para o Marrocos havia sido desastrosamente mal orientada. Uma consequência desse fiasco foi que o cáiser, que sempre se mostrara cético quanto às negociações marroquinas, dissociou-se de seu chanceler e ressurgiu como uma ameaça ao processo de elaboração das políticas.⁶⁹

Foi o inverso do que aconteceu mais ou menos na mesma época na Rússia, onde o fiasco da política do tsar para o leste da Ásia enfraqueceu a posição do soberano e preparou o terreno para a preponderância do gabinete. Na Alemanha, em contraste, o fracasso dos altos funcionários restaurou temporariamente a liberdade de movimento do cáiser. Em janeiro de 1906, quando subitamente ficou vago o cargo de secretário das Relações Exteriores (porque seu ocupante morreu por excesso de trabalho), Guilherme II impôs um substituto que ele próprio escolheu, desconsiderando a recomendação de Bülow. Sabia-se que Heinrich von Tschirschky, grande amigo e frequente companheiro de viagem do cáiser, fora nomeado para substituir a política de Bülow-Holstein por algo mais conciliatório. No começo de 1907 falava-se em rixa entre o “campo de Bülow” e o “círculo de Tschirschky”.

Nos últimos anos como chanceler, até 1909, Bülow lutou implacavelmente para reaver a supremacia. Tentou, como fizera Bismarck nos anos 1880, formar um novo bloco parlamentar definido pela lealdade à sua pessoa, na esperança de tornar-se politicamente indispensável ao cáiser. Ajudou a arquitetar o devastador

escândalo do “Caso do *Daily Telegraph*” (novembro de 1908), no qual comentários imaturos de Guilherme em uma entrevista publicada em um jornal britânico provocaram uma onda de protestos do público alemão, farto de seus deslizes públicos. Bülow até se envolveu indiretamente na série de campanhas da imprensa em 1907-8 que expôs homossexuais do círculo íntimo do cáiser, entre eles Eulenburg, velho amigo e aliado do chanceler, agora vilipendiado por Bülow, que provavelmente também era homossexual, por ser um possível rival pela preferência do cáiser.⁷⁰ Apesar dessas manobras extravagantes, Bülow nunca recuperou sua antiga influência sobre a política externa.⁷¹ A nomeação de Hollweg para a Chancelaria em 14 de julho de 1909 trouxe alguma estabilidade. Ele podia carecer de experiência em assuntos externos, mas era uma figura equilibrada, moderada e formidável que rapidamente impôs sua autoridade sobre os ministros e secretários imperiais.⁷² Ajudou o fato de o cáiser, depois do choque e da humilhação dos escândalos do *Daily Telegraph* e Eulenburg, estar menos inclinado do que nos anos anteriores a desafiar em público a autoridade de seus ministros.

A ATRIBULADA SUPREMACIA DE SIR EDWARD GREY

A Grã-Bretanha apresenta um quadro bem diferente. Ao contrário de Stolypin e Kokovtsov ou de seus colegas alemães Bülow e Hollweg, o secretário das Relações Exteriores britânico, Sir Edward Grey, não tinha razão para temer intervenções inoportunas do soberano. George v estava plenamente satisfeito em ser conduzido por ele nos assuntos internacionais. E Grey também contava com o irrestrito apoio de seu primeiro-ministro, Herbert Asquith. Além disso, não precisava disputar, como seus colegas franceses, com funcionários superpoderosos no Ministério que ele comandava. A continuidade de Grey no cargo, por si só, já lhe assegurou uma influência mais consistente sobre a política do que a maioria dos seus colegas franceses jamais desfrutou. Enquanto Edward Grey permaneceu ininterruptamente no controle do Ministério das Relações Exteriores de dezembro de 1905 a dezembro de 1916, na França esse mesmo período viu entrar e sair quinze ministros. Além disso, a chegada de Grey ao Ministério consolidou a influência de uma rede de altos funcionários que tinham ideias muito semelhantes à dele sobre a política externa britânica. Ele foi, sem dúvida, o mais poderoso ministro das Relações Exteriores da Europa pré-guerra.



18. Sir Edward Grey.

Como a maioria de seus predecessores do século XIX, Sir Edward Grey nasceu na camada superior da sociedade britânica. Descendia de uma ilustre linhagem de whigs poderosos — seu tio-bisavô era o conde Grey da Lei da Reforma de 1832. De todos os políticos que subiram ao palco da política europeia antes de 1914, Grey é um dos mais desnordeantes. Seu estilo distante e altivo não era bem digerido pelas bases do Partido Liberal. Ele fora por muito tempo um parlamentar liberal, mas acreditava que a política externa era importante demais para estar sujeita às agitações do debate parlamentar. Foi um secretário das Relações Exteriores que sabia pouco sobre o mundo fora da Grã-Bretanha, nunca demonstrou muito interesse em viajar, não falava outras línguas e não se sentia à vontade na companhia de estrangeiros. Grey foi um político liberal cuja visão da política era combatida pela maioria dos liberais e apoiada pela maioria dos conservadores. Ele se tornou o membro mais poderoso da facção conhecida como “os imperialistas liberais”, e no entanto parece não ter se preocupado muito como o Império Britânico — suas ideias sobre política externa e segurança nacional estavam rigorosamente centradas no continente europeu.

Havia uma curiosa dissonância entre a persona de Grey — privada e pública — e seu modus operandi na política. Na mocidade ele não dera muitos sinais de

curiosidade intelectual, ambição política ou dinamismo. Viveu no ócio seus anos de estudante no Balliol College, em Oxford, vencendo campeonatos de tênis real na universidade até se formar com louvor em jurisprudência, uma disciplina que escolhera pela reputação de ser fácil. Seu primeiro cargo político (sem remuneração) foi conseguido por obra de seus contatos familiares nos círculos whig da política. Já adulto, Grey cultivou a imagem de um homem para quem a política era um dever enfadonho, e não uma vocação. Quando o Parlamento foi dissolvido em 1895 após uma derrota dos liberais em uma votação decisiva, ele, que na época era membro do Parlamento e subsecretário parlamentar de Estado das Relações Exteriores, declarou que não lamentava. “Nunca mais ocuparei nenhum cargo, e meus dias na Câmara dos Comuns provavelmente estão contados. Nós [ele e sua mulher, Doroty] estamos muito aliviados.”⁷³ Grey era um naturalista, observador de pássaros e pescador apaixonado. Na virada do século já era conhecido como o autor de um merecidamente aclamado ensaio sobre pesca. Até como secretário das Relações Exteriores costumava deixar sua mesa sempre que a oportunidade se apresentava para ir passear no campo e detestava ser chamado de volta a Londres mais cedo que o absolutamente necessário. Alguns dos homens que trabalhavam com ele, por exemplo o diplomata Cecil Spring-Rice, achavam que aquelas excursões bucólicas estavam saindo de controle e que seria bom o secretário das Relações Exteriores “usar parte do seu tempo com os patos para aprender francês”.⁷⁴ Os colegas achavam difícil perceber motivação política em Grey; ele lhes parecia “destituído de ambição pessoal, sendo ativo e arredo”.⁷⁵

No entanto, Grey acabou adquirindo um alentado apetite pelo poder e a disposição para recorrer a métodos conspiratórios a fim de obtê-lo e mantê-lo. Sua nomeação como secretário das Relações Exteriores foi fruto de um planejamento metucioso junto a seus amigos de confiança e colegas imperialistas liberais Herbert Asquith e R. B. Haldane. No Pacto Relugas, um plano tramado no chalé de pesca de Grey no vilarejo escocês desse nome, os três homens concordaram em puxar o tapete do líder liberal, Sir Henry Campbell-Bannerman, e se estabelecer em postos-chave no gabinete. A preferência pelo segredo e pela ação nos bastidores permaneceu como marca registrada de seu estilo como secretário das Relações Exteriores. E sua postura de respeito cavalheiresco destoava de sua habilidade intuitiva nos métodos e nas táticas das disputas políticas.

Com rapidez e sem dificuldade, Grey obteve o controle do processo de elaboração das políticas e assegurou que elas se direcionassem principalmente para

a “ameaça alemã”. É claro que seria ir longe demais afirmar que essa reorientação da política britânica se deveu exclusivamente ao poder de Edward Grey. Ele não era um titereiro; os homens da nova política — Bertie, Hardinge, Nicolson, Mallet, Tyrrell e outros — não eram manipulados ou controlados por ele; trabalhavam em conjunto com Grey como membros de uma vaga coalizão movida por sentimentos comuns. Aliás, Grey era dependente de alguns desses colaboradores. Muitas de suas decisões e memorandos, por exemplo, basearam-se em relatórios de Hardinge.⁷⁶ A ascendência de seu grupo foi facilitada por reformas estruturais recentes no Ministério das Relações Exteriores, cujo objetivo não era fortalecer a autoridade do secretário, e sim distribuir mais amplamente a influência por um conjunto de funcionários do alto escalão.⁷⁷ Não obstante, era impressionante como Grey dedicava tanta energia e vigilância para manter sua ascendência. Ajudava, obviamente, o fato de ele contar com o firme apoio de seu ex-colega de maquinações Herbert Asquith, primeiro-ministro de 1908 até 1916. Além disso, o respaldo de grande parcela do bloco conservador na Câmara dos Comuns era outra vantagem importante, e Grey revelou-se hábil em manter seu atrativo para todos os partidos.

Entretanto, a plenitude de poder e a coerência da visão de Grey não protegiam totalmente a elaboração das políticas britânicas das agitações características dos Executivos europeus. A posição antigermânica adotada pelo grupo de Grey não tinha apoio fora do Ministério das Relações Exteriores, nem mesmo na maioria do gabinete britânico. O governo liberal, e o movimento liberal como um todo, estavam polarizados pela tensão entre seus elementos imperialistas e radicais. Muitos dos principais radicais, e neles se incluíam algumas das mais veneráveis figuras do partido, deploravam a política de alinhamento com a Rússia do secretário das Relações Exteriores. Acusavam Grey e seu grupo de adotar uma desnecessária atitude provocadora diante da Alemanha. Duvidavam que as vantagens de apaziguar a Rússia pudessem compensar os potenciais benefícios de uma amizade com o Império Germânico. Receavam que a criação de uma Tríplice Entente pudesse pressionar a Alemanha a adotar uma postura ainda mais agressiva e insistiam em uma détente com Berlim. Outro problema eram as tendências da opinião pública britânica, especialmente da elite cultural e política que, apesar de intermitentes “guerras de imprensa” anglo-germânicas, pendia para um sentimento mais pró-germânico nos últimos anos antes da eclosão da guerra.⁷⁸ Nas elites britânicas, o antagonismo contra a Alemanha coexistia com muitas camadas

de laços culturais e uma profunda admiração pelas glórias culturais, econômicas e científicas da nação germânica.⁷⁹

Grey enfrentou esses desafios blindando o processo de elaboração das políticas contra a vigilância de olhos inamistosos. Muitos documentos que emanavam de sua mesa eram classificados como de circulação restrita; uma típica anotação de seu secretário particular dizia: "Sir E. Grey considera esta circulação suficiente". As consultas sobre decisões políticas importantes — notavelmente as relacionadas com o maior comprometimento com a França — eram limitadas a contatos de confiança na administração. O gabinete não foi informado, por exemplo, sobre as discussões entre a França e a Grã-Bretanha em dezembro de 1905 e maio de 1906, nas quais representantes militares dos dois países concordaram, em princípio, sobre a forma que assumiria a intervenção militar britânica em apoio à França em caso de guerra. Tal modo de proceder convinha à visão elitista que Grey tinha da política e à sua declarada visão da entente, de que devia ser cultivada "em um espírito de lealdade e generosidade", assegurando que quaisquer perigos que surgissem viessem a "fortalecer" ao invés de enfraquecer o "acordo", e que o avanço gradual para um comprometimento maior devia ser sempre isolado de "controvérsias partidárias".⁸⁰ Em outras palavras, Grey fazia uma política de duas vias. Em público, negava repetidamente que a Grã-Bretanha tivesse qualquer obrigação de ir em socorro da França. As mãos de Londres permaneciam absolutamente livres. Se fosse pressionado por colegas hostis, ele sempre podia dizer que os cenários de mobilização interligada das Forças Armadas eram apenas planos contingenciais. Por meio dessas manobras complexas, conseguiu dar uma notável coerência interna à condução da política externa britânica.

No entanto, é fácil ver como esse estado de coisas — movido pelo mutável equilíbrio de poder entre facções do governo e a elite na Grã-Bretanha — ensejava confusão. Para os interlocutores franceses que lidavam diretamente com o secretário das Relações Exteriores e seu grupo, estava claro que "Sir Grey", como alguns o chamavam, ficaria do lado da França em caso de guerra, não obstante a afirmação oficial do caráter não vinculante da entente. Mas para os alemães, que não participavam das conversas, a impressão era de que a Grã-Bretanha poderia se afastar da coalizão continental, especialmente se a aliança franco-russa tomasse a iniciativa contra a Alemanha, e não vice-versa.

A flutuação do poder por diferentes pontos das estruturas decisórias amplificou a complexidade e a imprevisibilidade das interações no sistema internacional europeu, especialmente naqueles momentos de crise política em que dois ou mais Executivos interagiram entre si em um clima de pressão e ameaça crescentes. Podemos observar esse efeito com especial nitidez na disputa pelo Marrocos que eclodiu entre Alemanha e França no verão de 1911. O acordo franco-alemão sobre o Marrocos de 1909 foi desfeito, como já vimos, após uma série de medidas tomadas pelo Quai d'Orsay, culminando no envio de uma grande força francesa para o sultanato em abril de 1911. Em 5 de junho de 1911, alarmado com a perspectiva de uma tomada unilateral do poder no Marrocos pelos franceses, o governo espanhol mobilizou tropas para ocupar Larache e Ksar el-Kebir, no norte e noroeste do país. Uma intervenção alemã tornou-se então inevitável, e a canho-neira *Panther*, uma embarcação despretensiosa que já deveria ter sido mandada para o ferro-velho dois anos antes, deitou âncoras próximo à costa marroquina em 1º de julho de 1911.

A crise de Agadir foi um processo bem estranho. Permitiu-se que ela se agravasse a tal ponto que uma guerra na Europa Ocidental parecia estar iminente, e no entanto as pretensões das partes oponentes não eram incompatíveis e acabaram fornecendo a base para um acordo duradouro. Por que ocorreu o agravamento, então? Parte da razão foi a intransigência do Quai d'Orsay. A Centrale foi quem tomou e manteve a iniciativa na fase inicial da crise. A posição dos altos funcionários permanentes fortaleceu-se pelo fato de o ministro das Relações Exteriores, Jean Cruppi, deixar o cargo em 27 de junho, alguns dias antes de o *Panther* ancorar próximo a Agadir. Seu sucessor, Justin de Selves, escolhido, como Cruppi, por falta de outro melhor, imediatamente caiu na teia do *chef du cabinet* no Ministério das Relações Exteriores francês, Maurice Herbet. Como chefe de comunicações entre 1907 e 1911, Herbet construiu uma vasta rede de contatos na imprensa, e durante a crise de Agadir trabalhou arduamente para desacreditar a própria ideia de negociações com a Alemanha. Foi, em parte, por causa da intransigência de Herbet e outros poderosos funcionários permanentes que só em fins de julho de 1911 o embaixador francês em Berlim fora instruído a começar a deliberação com Berlim sobre como a Alemanha poderia ser compensada pela con-solidação do domínio exclusivo do Marrocos pela França.

Essa iniciativa conciliatória só foi possível porque o embaixador Jules Cambon, sem consultar seu ministro das Relações Exteriores, fez um apelo de seu posto em Berlim ao enérgico e franco premiê Joseph Caillaux, que assumira o cargo em 27 de junho, pouco antes da eclosão da crise. Filho de um ministro das Finanças, o célebre Eugène Caillaux, que tão rapidamente pagara a indenização da França à Alemanha depois de 1870, tinha uma visão liberal da economia, defendia a modernização fiscal e via os assuntos externos com os olhos pragmáticos de um homem de negócios. Em sua opinião, não havia motivo para que os interesses comerciais alemães no Marrocos não recebessem exatamente o mesmo tratamento dispensado às outras nacionalidades, e ele criticava o estilo mercantilista da estratégia econômica que se tornara marca registrada do imperialismo europeu.⁸¹ O gabinete dividia-se entre Caillaux, que defendia uma política conciliatória para o Marrocos, e Justin de Selves, que atuava como um porta-voz para os falcões do Quai d'Orsay. De Selves foi pressionado por seu Ministério para enviar cruzadores franceses a Agadir, uma medida que poderia ter desencadeado um agravamento ainda mais sério da crise. Depois que Caillaux vetou essa opção, os falcões começaram a se organizar contra ele e Jules Cambon. Comunicados à imprensa foram usados para desacreditar os defensores da conciliação. Caillaux exasperou-se tanto com o emprego de Herbetta para sabotar sua política que o chamou a seu escritório e lhe disse, demonstrando fisicamente suas palavras: "Vou quebrar você como este lápis".⁸² Caillaux por fim conseguiu que se fizesse um acordo com a Alemanha, mas só por meio de conversas confidenciais e extraoficiais com Berlim (por intermédio da embaixada alemã em Paris, de Jules Cambon em Berlim e da mediação de um empresário chamado Fondère) que passaram ao largo do ministro e seus funcionários.⁸³ Como resultado, no começo de agosto Caillaux havia secretamente aceitado um acordo de compensação com Berlim, ao qual seu ministro das Relações Exteriores, Justin de Selves, continuava a se opor inflexivelmente.⁸⁴

Essa diplomacia de bastidores ajudou o premiê a desviar-se dos falcões germanófobos do Ministério das Relações Exteriores francês, mas trouxe seus próprios riscos adicionais. Na primeira semana de agosto de 1911, uma breve interrupção nas comunicações levou a uma escalada totalmente desnecessária que incluiu ameaças de enviar navios de guerra franceses e britânicos a Agadir, muito embora àquela altura Caillaux e o chanceler alemão estivessem ambos dispostos a entrar em acordo.⁸⁵ Caillaux culpou seu mediador, Fondère, pelo mal-entendido, mas não teria havido a necessidade de um intermediário como Fondère, nem de

conversas de bastidores por parte de Caillaux, se os altos funcionários do Ministério não estivessem conspirando para tirá-lo do cargo e arruinar as negociações para um entendimento com a Alemanha. Inevitavelmente, isso também significava que Caillaux às vezes era forçado a voltar atrás nos compromissos assumidos, pois seus colegas de Ministério recusavam-se a aceitar as garantias que ele dera a Berlim. E essas manobras complexas aumentavam em Berlim a incerteza sobre como interpretar as ações francesas: era preciso sopesar tendências contraditórias, como fez um diplomata alemão de segundo escalão quando observou que, "apesar da gritaria da imprensa e do chauvinismo do Exército", a política de Caillaux provavelmente prevaleceria.⁸⁶

Quanto à política alemã durante a crise, ela foi formulada não pelo chanceler Hollweg, e certamente não pelo cáiser, que não tinha o menor interesse pelo Marrocos, mas pelo enérgico secretário de Estado imperial das Relações Exteriores, o sábio Alfred von Kiderlen-Wächter. Kiderlen participara da redação do acordo franco-alemão para o Marrocos em fevereiro de 1909, e era natural que tivesse um papel importante na formulação da resposta alemã ao envio de tropas francesas. De um modo característico nos altos escalões do Executivo alemão, o secretário das Relações Exteriores assumiu pessoalmente o controle das medidas cabíveis para o caso do Marrocos, incumbindo-se das comunicações com Paris e mantendo o chanceler afastado da crise em curso.⁸⁷ Kiderlen não tinha interesse em assegurar uma parcela do Marrocos para a Alemanha, mas estava decidido a não permitir que a França impusesse unilateralmente seu controle exclusivo sobre a área. Esperava, respondendo aos avanços franceses com uma série incremental de gestos de protesto, obter o reconhecimento dos direitos alemães e alguma forma de compensação territorial no Congo francês. Tinha boas razões para crer que seu objetivo seria atingido sem conflito, pois em maio de 1911, Joseph Caillaux, na época ministro das Finanças, assegurara a diplomatas alemãs em Paris que "a França estaria disposta, se nós [os alemães] reconhecêssemos seu interesse vital no Marrocos, a nos fazer concessões em outra parte".⁸⁸ Depois de Caillaux assumir como premiê em junho, portanto, Kiderlen supôs que essa seria a conduta da França. Ele rejeitou planos de enviar dois navios a Agadir; acreditava que o *Panther*, que não era equipado para organizar um desembarque efetivo e não tinha instruções para tentar isso, bastaria como demonstração simbólica.⁸⁹

A evolução subsequente da crise revelou que Kiderlen estava totalmente equivocado em sua avaliação da reação francesa. Ele também administrou muito

mal o clima interno na Alemanha. As relações pessoais de Kiderlen com o cáiser Guilherme II não eram especialmente cordiais, e em 1911 o imperador viu a política do governo para o norte da África com tanto ceticismo quanto em 1905.⁹⁰ Para proteger-se de uma possível oposição por esse lado, Kiderlen batalhou pelo apoio de políticos e jornalistas ultranacionalistas alemães. Mas, uma vez iniciada a campanha, ele foi incapaz de controlar seu tom ou conteúdo. Em consequência, uma política alemã que invariavelmente teve por objetivo manter a crise abaixo do limiar do confronto armado avançou contra o pano de fundo de uma troyejante agitação da imprensa nacionalista que fez soar alarmes em Paris e Londres. Manchetes nos jornais ultranacionalistas bradando “Oeste do Marrocos para a Alemanha!” foram muito bem aproveitadas pelos falcões em Paris. Elas também preocuparam o cáiser, que criticou tão asperamente a política do secretário das Relações Exteriores que em 17 de julho Kiderlen pediu demissão. Só com a mediação do chanceler Hollweg foi possível salvar a política e mantê-lo no cargo.⁹¹

Em 4 de novembro de 1911, um tratado franco-alemão finalmente definiu os termos do acordo. O Marrocos tornou-se um protetorado exclusivamente francês, um tratamento respeitoso aos interesses comerciais alemães foi garantido e partes do Congo foram concedidas à Alemanha. Mas a crise marroquina de 1911 havia exposto a perigosa incoerência da diplomacia francesa. Um comitê disciplinar interno formado em 18 de novembro de 1911 para investigar as ações de Maurice Herbertte revelou as elaboradas maquinações dos altos funcionários permanentes em Paris. Caillaux também caiu em descrédito. Ele e seu gabinete estavam associados, aos olhos do público, a um tratado que, na opinião de muitos nacionalistas franceses, fizera concessões demais aos alemães, o que é surpreendente, considerando que o tratado concedeu menos do que Delcassé pensava em oferecer em troca do Marrocos no fim dos anos 1890. Revelações das negociações secretas do premiê com os alemães (que o gabinete noir obteve já decifradas e a Centrale taticamente vazou para a imprensa) selaram o destino dele, e Caillaux perdeu o cargo em 21 de janeiro de 1912, depois de ocupá-lo por apenas sete meses.

Também na Alemanha o tratado de novembro de 1911 foi criticado, mas por conceder muito pouco aos alemães. Kiderlen levou parte da culpa por isso. Havia uma enorme discrepância entre o que a Alemanha podia esperar obter desafiando os franceses na questão do Marrocos e os reluzentes prêmios — um “oeste do Marrocos alemão”, por exemplo — vendido ao público pela imprensa ultranacionalista, cuja agitação Kiderlen insensatamente encorajara por algum tempo. Com

essa ação, o secretário das Relações Exteriores contribuiu para alienar ainda mais o governo e aqueles que se diziam seus “defensores naturais” da extrema direita. No entanto, esse pacto faustiano com a mídia nacionalista só fora necessário porque Kiderlen não tinha outros meios para assegurar que o soberano não compromettesse seu controle da elaboração da política.

Talvez a mais importante consequência da oscilação da política alemã durante a crise tenha sido a crescente tendência, em Paris, de interpretar erroneamente as ações alemãs como movidas por uma estratégia de blefe. Quando leu os arquivos do Quai d’Orsay nos primeiros meses de 1912, o novo premiê e ministro das Relações Exteriores Raymond Poincaré espantou-se com a alternância de firmeza e concessões na política alemã: “Todas as vezes que procuramos adotar medidas conciliatórias com os alemães, eles as violaram”, observou; “por outro lado, cederam em toda ocasião na qual demonstramos firmeza”. Dessa tendência ele tirou a dura conclusão de que a Alemanha só entendia “a linguagem da força”.⁹²

O envolvimento da Grã-Bretanha na crise também teve a marca de profundas divisões na estrutura do Executivo. A reação do gabinete liberal em Londres inicialmente foi cautelosa, pois julgava-se que a França era a grande responsável por desencadear a crise e devia ser instada a ceder. Em 19 de julho, o gabinete até autorizou Grey a informar a Paris que havia circunstâncias nas quais a Grã-Bretanha poderia aceitar a presença alemã no Marrocos. O governo francês replicou com irritação que a aquiescência britânica significaria a violação do tratado anglo-francês de 1904.⁹³ Ao mesmo tempo, os antigermânicos do grupo de Grey adotaram uma posição fortemente pró-França. Nicolson, Buchanan, Haldane e o próprio Grey ampliaram a ameaça representada pela Alemanha e reviveram a ideia de que o que estava em jogo era a manutenção da entente. Em 19 de julho, o secretário de Estado da Guerra, Richard Haldane, pediu ao diretor de operações militares, Sir Henry Wilson, que postergasse sua partida para o continente a fim de passar uma manhã avaliando a força militar esperada para o caso de um conflito na fronteira franco-alemã.⁹⁴ Quando Justin de Selves expressou surpresa com o grau das exigências alemãs para a compensação no Congo, Sir Francis Bertie escreveu de Paris a Grey sobre as demandas “excessivas” dos alemães, que “eles sabem que não poderão ser aceitas e se destinam a fazer os franceses se resignarem com o estabelecimento da Alemanha na costa marroquina”.⁹⁵ Essa foi uma interpretação equivocada da posição alemã, e calculada para insuflar o medo nos navalistas britânicos, para quem o estabelecimento de um reduto alemão no Atlântico teria sido inaceitável.

Foi a perspectiva de um porto alemão no Atlântico que permitiu a Grey conseguir a aprovação do gabinete para que se desse um aviso privado ao embaixador alemão, em 21 de julho: se a Alemanha pretendesse desembarcar em Agadir, a Grã-Bretanha seria obrigada a defender seus interesses no local; Grey queria dizer, com isso, que a Grã-Bretanha mandaria navios de guerra.⁹⁶ No mesmo dia, seu grupo elevou ainda mais a temperatura: na noite de 21 de julho de 1911, o ministro das Finanças David Lloyd George fez um discurso na Mansion House com um conteúdo alerta a Berlim. Disse que era imperativo a Grã-Bretanha manter “seu lugar e seu prestígio entre as grandes potências do mundo”. O poder britânico mais de uma vez “livrara” países continentais do “desastre esmagador e até da extinção nacional”. Se a Grã-Bretanha viesse a ser forçada a escolher entre a paz e a renúncia à sua preeminência internacional, ele prosseguiu, “digo enfaticamente que a paz a esse preço seria uma humilhação intolerável para uma nação grandiosa como a nossa”.⁹⁷ Nos dias seguintes, Grey aticou o fogo de um pânico naval em Londres, alertando Lloyd George e Churchill de que a frota britânica estava em risco de ataque iminente e informando Reginald McKenna, primeiro lorde do Almirantado, de que a frota alemã estava mobilizada e pronta para atacar. Na verdade, a frota de alto-mar estava dispersa, e os alemães não tinham intenção de concentrá-la.⁹⁸

O discurso na Mansion House não foi uma improvisação impulsiva, e sim uma jogada cuidadosamente planejada por Grey, Asquith e Lloyd George. Assim como Caillaux desviou-se de seu Ministério das Relações Exteriores para impor seus planos pacíficos às negociações com Berlim, também os antigermânicos do círculo de Grey desviaram-se dos radicais pró-paz do gabinete liberal para mandar uma mensagem dura e potencialmente provocativa aos alemães. Lloyd George não discutira os trechos delicados de seu discurso com o gabinete, apenas com o primeiro-ministro Asquith e com o secretário das Relações Exteriores, Grey.⁹⁹ O discurso foi ainda mais importante por sinalizar que Lloyd George estava saindo do campo dos radicais pró-paz e indo para o dos imperialistas liberais. Suas palavras causaram consternação em Berlim, deixando a sensação de que o governo britânico estava perturbando desnecessariamente o andamento das negociações franco-alemãs. “Quem é Lloyd George para ditar a lei à Alemanha e impedir um rápido acordo franco-alemão?”, perguntou Arthur Zimmermann, subsecretário de Estado para o Exterior ao embaixador britânico em Berlim.¹⁰⁰

As palavras de Lloyd George também horrorizaram os ministros do gabinete britânico que não haviam aderido à linha de Grey. O visconde Morley, secretário

de Estado para a Índia, criticou o pronunciamento — e a subsequente defesa do discurso por Grey em conversa com o embaixador alemão em Londres — como uma “provocação desautorizada e infeliz à Alemanha”. O presidente da Câmara dos Pares, Lord Loreburn, consternou-se por ver a Grã-Bretanha apoiando a França tão agressivamente em uma disputa na qual (assim parecia a Loreburn) Paris não estava nem um pouco isenta de culpa. Ele exortou Grey a renegar seu discurso e deixar claro que a Grã-Bretanha não tinha intenção de interferir nas negociações entre a França e a Alemanha.¹⁰¹

O grupo de Grey prevaleceu. Em uma reunião do Comitê de Defesa Imperial convocada em 23 de agosto de 1911, ficou acertado que, se uma guerra franco-alemã eclodisse, a Grã-Bretanha organizaria uma rápida intervenção continental que incluiria o envio de uma força expedicionária britânica por mar e terra. Asquith, Grey, Haldane, Lloyd George e os chefes das Forças Armadas estavam presentes, mas radicais importantes, entre eles Morley, Crewe, Harcourt e Esher, não foram informados nem convidados. As semanas seguintes foram dedicadas (para horror dos radicais) a animados planos para a guerra. Até Asquith recusou das abrangentes “conversações militares” destinadas a coordenar os planos e a estratégia de mobilização com os franceses em setembro de 1911, mas Grey recusou-se a interrompê-las.¹⁰² Em maior grau do que as duas partes que originaram a disputa, a Grã-Bretanha estava disposta a considerar a possibilidade de uma drástica escalada.¹⁰³ Em contraste com os franceses, que não haviam feito preparativos para a guerra nem mesmo no auge da crise, Hollweg observou em uma carta ao embaixador alemão em Londres que “a Grã-Bretanha parece ter estado pronta a atacar todos os dias”.¹⁰⁴ O ministro das Relações Exteriores austríaco, conde Aehrenthal, chegou a conclusão semelhante, comentando em 3 de agosto que a Inglaterra por um momento parecera pronta para usar a disputa pelo Marrocos como pretexto para um direto “acerto de contas” com sua rival alemã.¹⁰⁵ Era notável o contraste com a posição relativamente reservada e conciliatória da Rússia.¹⁰⁶ Só depois dessa reação britânica é que Viena abandonou a política de neutralidade adotada até então na questão do Marrocos.¹⁰⁷

A batalha entre falcões e pombos ainda não tinha terminado. Assim como os altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores francês vingaram-se de Caillaux e do desafortunado Justin de Selvez tirando-os de seus cargos em janeiro de 1912, também na Grã-Bretanha os céticos liberais radicais retomaram seu ataque à política de Grey. Entre os ministros estavam muitos que nunca haviam

avaliado a profundidade dos comprometimentos dele com a França antes de Agadir. Em dezembro de 1911 o segundo escalão do Parlamento revoltou-se contra Grey. Parte da animosidade contra ele resultava da frustração com sua tática sigilosa. Por que ninguém fora comunicado sobre as medidas que o governo supostamente estava tomando em nome do povo britânico? Arthur Ponsoby e Noel Buxton, ambos destacados ativistas liberais que se opunham a Grey, exigiram a formação de um comitê para melhorar as relações anglo-germânicas. A reação contra o secretário das Relações Exteriores agitou praticamente toda a imprensa liberal. Mas enquanto os reacionários em Paris conseguiram desacreditar Caillaux e sua abordagem conciliatória, o lobby “pró-germânico” na Grã-Bretanha fracassou em remover Grey ou sua política.

Havia três razões para isso. Primeiro, os ministros britânicos eram inerentemente menos vulneráveis a esse tipo de campanha, graças à robusta estrutura partidária da política parlamentar no país. Segundo, se a política de Grey fosse repudiada em massa, ele poderia renunciar, levando consigo Lloyd George, Halldane e possivelmente Churchill — esse seria o fim dos liberais no governo, uma ideia desalentadora para os liberais não intervencionistas. Terceiro, e não menos importante, os conservadores no Parlamento apoiavam a política de entente militar com a França defendida por Grey. Uma das coisas que ajudaram o secretário das Relações Exteriores a resistir às tempestades da crise de Agadir foi a garantia secreta de apoio de Arthur Balfour, líder do Partido Conservador até novembro de 1911.¹⁰⁸ Essa dependência da oposição parlamentar se revelaria uma desvantagem no verão de 1914, quando uma crise iminente por causa da Irlanda suscitou questões sobre a continuação do apoio conservador.

Mas se a essência da política ententista de Grey permanecia em vigor, a necessidade de defender sua posição contra uma oposição doméstica tão vociferante e influente o impediu de articular seus comprometimentos tanto quanto talvez desejasse. Depois de Agadir, Grey precisou andar numa corda bamba entre as exigências francesas de que ele deixasse claro seu comprometimento e a insistência dos não intervencionistas no gabinete (que ainda eram a maioria, afinal de contas) para que não fizesse nada disso. Em duas resoluções do gabinete em novembro de 1911, quinze de seus colegas ministros interpelaram Grey e exigiram que ele desistisse de patrocinar discussões militares de alto nível entre a Grã-Bretanha e a França sem que fossem previamente avisados e dessem sua aprovação. Em janeiro de 1912, entre os não intervencionistas liderados por Loreburn,

falou-se em apresentar uma declaração do gabinete informando que a Grã-Bretanha não tinha “nenhuma obrigação, direta ou indireta, expressa ou implícita, de apoiar a França contra a Alemanha com armas”. Grey e seus partidários só foram poupados desse golpe graças à doença e aposentadoria de Loreburn.¹⁰⁹

A necessidade de contrabalançar essa oposição combinada no seio do governo com uma política voltada para manter a entente como um recurso de segurança produziu uma ambiguidade desnorteante na sinalização diplomática britânica. Por um lado, os comandantes militares britânicos sempre haviam contado com alguma capacidade de decisão ao tratar com seus colegas franceses, e suas garantias de apoio militar britânico em caso de conflito com a Alemanha ajudaram a endurecer a posição da França.¹¹⁰ Tais iniciativas não foram sancionadas pelo gabinete, muito menos pelo Parlamento britânico. Durante a crise de Agadir de 1911, o novo diretor de operações militares, o general de divisão Henry Wilson, foi enviado a Paris para deliberar com o Estado-Maior francês sobre um cronograma de mobilização conjunta anglo-francesa contra a Alemanha. O memorando de Wilson-Dubail resultante desse encontro em 21 de julho de 1911 (o general Auguste Dubail era na época o chefe do Estado-Maior francês) estipulou que até o 15º dia de mobilização a Grã-Bretanha postaria no flanco esquerdo francês seis divisões de Infantaria, uma divisão de Cavalaria e duas brigadas montadas (um total de 150 mil homens e 67 mil cavalos).¹¹¹ A decisão, nos primeiros meses de 1912, de neutralizar a expansão naval alemã coordenando a estratégia naval anglo-francesa fortaleceu a pressuposição de que estava surgindo algum tipo de aliança defensiva.

Por outro lado, as famosas cartas Grey-Cambon de 22-23 de novembro de 1912, “extorquidas” de Grey, como Morley diria mais tarde, por seus oponentes não intervencionistas, deixaram claro que a entente não era nenhuma aliança, pois afirmavam que os dois parceiros eram livres para agir com independência, mesmo se um deles fosse atacado por uma terceira potência. Afinal, havia ou não uma obrigação de apoiar a França? Uma coisa era Grey declarar em público que se tratava meramente de planos de contingência, sem poder vinculante. Em particular, o secretário das Relações Exteriores admitia que considerava as conversas militares anglo-francesas como “um compromisso nosso de cooperação com a França”, tanto que as ações francesas fossem “não provocativas e razoáveis”. Quando o subsecretário permanente do Exterior, Sir Arthur Nicolson, pressionou Grey, no começo de agosto de 1914, dizendo “o senhor prometeu vezes sem conta a

Monsieur Cambon que, se a Alemanha fosse a agressora, ficaria do lado da França”, Grey meramente replicou: “Sim, mas ele não tem nada por escrito”.¹¹²

Assim, no mais alto escalão, a diplomacia anglo-francesa acabou caracterizada — pelo lado britânico — por uma espécie de “duplipensar”. Era um entendimento tácito que Grey devia adequar seus pronunciamentos públicos e até suas comunicações oficiais às expectativas dos não intervencionistas do gabinete e do público em geral. No entanto, quando Paul Cambon falava com seus amigos antigermânicos em Londres, ou com Bertie em Paris, ouvia o que desejava ouvir. Para os franceses era uma situação no mínimo desnordeante. Quando a Crise de Julho de 1914 chegasse ao clímax, isso custaria aos responsáveis pelas decisões em Paris, ao embaixador francês em Londres e até ao próprio Grey alguns momentos de extremo nervosismo. Mais importante era que a incerteza quanto ao comprometimento britânico forçava os estrategistas franceses a compençar no leste sua fraqueza no oeste, comprometendo-se ainda mais fortemente a militarizar a aliança com a Rússia.¹¹³ O governo francês, observou na primavera de 1913 o barão Guillaume, ministro belga em Paris, era obrigado a “estretar cada vez mais sua aliança com a Rússia, pois sabia que a amizade da Grã-Bretanha pelo país era cada vez menos sólida e concreta”.¹¹⁴ Também para a Alemanha a irresolução da política britânica era fonte de confusão e irritação. Por um lado, Grey era forçado a manter a aparência de portas abertas a Berlim a fim de aplacar os não intervencionistas. No entanto, também se sentia obrigado, de quando em quando, a dar duras alertas aos alemães, para que não chegassem à conclusão de que a França fora totalmente abandonada e podia ser atacada sem receio de uma reação britânica. O resultado desse sistema de mensagens dúbias, consequência da mutabilidade das relações de poder nos Executivos europeus, foi uma perene incerteza quanto às intenções britânicas que perturbou os responsáveis pelas políticas em Berlim durante toda a Crise de Julho.

SOLDADOS E CIVIS

“A situação [na Europa] é extraordinária”, informou o coronel Edward House ao presidente americano Woodrow Wilson depois de uma viagem à Europa em maio de 1914. “É o militarismo que enlouqueceu de vez.”¹¹⁵ A opinião de House pode ter sido moldada, em parte, por uma experiência pessoal: ele era um

“coronel político” do tipo americano. Fora promovido a esse posto na milícia do Texas em retribuição a serviços prestados naquele estado. Mas quando o coronel House foi a Berlim, os alemães pensaram que ele fosse um militar, e nos jantares o sentavam sempre com os generais. As ideias de House sobre a prevalência do militarismo talvez devessem algo a esse equívoco lamentável.¹¹⁶ Seja como for, não há dúvida de que, vista do outro lado do Atlântico, a Europa pré-guerra apresentava um espetáculo curioso. Estadistas veteranos, imperadores e reis compareciam a ocasiões públicas usando uniforme militar; esmeradas revistas militares eram parte indissociável do cerimonial público de poder; imensos desfiles navais iluminados atraíam multidões e enchiam as páginas de publicações ilustradas; exércitos alistados aumentavam seus contingentes até se tornarem microcosmos masculinos da nação, e o culto da exibição militar entrava na vida pública e privada até das menores comunidades. De que modo esse “militarismo” moldou as decisões que levaram a Europa à guerra em 1914? As raízes da Crise de Julho estiveram, como argumentaram alguns historiadores, na abdicação da responsabilidade por parte dos políticos civis e na usurpação do poder político pelos generais?

Sem dúvida havia uma luta entre soldados e civis nos círculos executivos

pré-guerra: a uma luta por dinheiro. Os gastos com a defesa absorviam uma por-

cela substancial do dispêndio do governo. Os comandantes militares, ávidos para

melhorar equipamentos, treinamento e infraestrutura, tinham de competir (tan-

to quanto hoje) com os políticos civis pelo acesso aos recursos governamentais.

Inversamente, os ministros das Finanças e seus aliados políticos empenhavam-se

em impor restrições em nome do rigor fiscal ou da consolidação interna. O que

determinava quem prevaleceria nessas disputas era a estrutura do ambiente insti-

tucional e a constelação política interna e externa do momento.

Até 1908, a caótica estrutura do comando militar russo dificultou para os

generais fazer lobby eficazmente junto ao governo. Mas a balança começou a

pender para seu lado a partir de 1908, quando reformas na administração militar

criaram uma estrutura executiva mais concentrada, estabelecendo o ministro da

Guerra como principal autoridade da defesa, com direito a prestar contas exclusi-

vamente ao tsar nos assuntos militares.¹¹⁷ A partir de 1909 surgiu uma acerba riva-

lidade entre o novo ministro da Guerra, Vladimir Sukhominov (que continuava

no cargo em julho de 1914), e o enérgico ministro das Finanças conservador,

Vladimir Kokovtsov. Apoiado pelo poderoso premiê Pyotr Stolypin, Kokovtsov,

um paladino da responsabilidade fiscal e do desenvolvimento econômico interno,

rotineiramente bloqueava ou reduzia as verbas de Sukhomlinov para o alistamento militar. O atrito profissional logo descambou para um forte ódio pessoal.¹¹⁸ Sukhomlinov chamou Kokovtsov de “tacanho, prolixo e interesseiro”; Kokovtsov acusou o ministro da Guerra (com mais justiça) de incompetente, irresponsável e corrupto.¹¹⁹

O equivalente alemão de Kokovtsov era Adolf Wermuth, ministro do Tesouro entre 1909 e 1911. Com o apoio do chanceler Hollweg, ele trabalhou arduamente para reequilibrar o orçamento do Reich e reduzir a dívida pública. Wermuth criticava os gastos da gestão de Tirpitz e reclamava frequentemente da irresponsabilidade do secretário naval, da mesma forma que Kokovtsov se queixava da prodigalidade com que Sukhomlinov administrava as verbas militares.¹²⁰ O lema do ministro do Tesouro era: “Não se gasta sem receita”.¹²¹ Também havia uma tensão perene entre o chefe do Estado-Maior e o ministro da Guerra, pois o primeiro frequentemente negava ou contestava as solicitações de aumento de verba do segundo.¹²² Um estudo recente sugeriu, inclusive, que o famoso memorando de 1905 no qual o chefe do Estado-Maior, Alfred von Schlieffen, esquematiizou os passos de uma grande ofensiva a oeste, não era um “plano de guerra” propriamente dito, mas um apelo por mais dinheiro do governo — entre outras coisas, o esquema de Schlieffen incluía a mobilização de 81 divisões, na época mais do que o Exército alemão efetivamente possuía quando mobilizado.¹²³ A questão das finanças militares era complicada na Alemanha porque a Constituição federal designava receitas de tributação direta aos Estados-membros, e não ao governo do Reich. Essa estrutura de repasse do Império Germânico impunha aos gastos do Reich com a Defesa um limite fiscal que não tinha correspondente direto na Grã-Bretanha, na França ou na Rússia.¹²⁴

No entanto, o conflito por recursos era atenuado na Alemanha pela prática de submeter os orçamentos militares ao Parlamento apenas a cada cinco anos, um sistema conhecido como Quinquennat. Como os militares do escalão superior valorizavam o Quinquennat como um meio de proteger o Exército de constantes interferências parlamentares, relutavam em pôr o sistema em risco pleiteando créditos orçamentários extraordinários muito vultosos. Tal esquema funcionava como um poderoso incentivo ao autocontrole. Como observou o ministro da Guerra da Prússia, Karl von Einem, em julho de 1906, o Quinquennat era um sistema desajeitado, mas ainda assim útil, porque “a selvagem e persistente agitação contra a existência do Exército que surge a cada expansão militar se

tornaria ainda mais perigosa se acontecesse anualmente”.¹²⁵ Até em 1911, ano de renovação do Quinquennat, o chefe do Estado-Maior, Moltke, e o ministro da Guerra, Heeringen, uniram as forças para pressionar por um aumento substancial, mas a oposição do ministro do Tesouro Wermuth e do chanceler Hollweg assegurou que o crescimento resultante no contingente do Exército em tempo de paz fosse muito modesto (10 mil homens).¹²⁶

Podemos discernir tensões análogas no Poder Executivo de cada país europeu. Na Grã-Bretanha, os liberais basearam sua campanha de 1906 (vencida com maioria absoluta) na promessa de cortar os vultosos gastos militares dos anos da Guerra dos Bôeres, com o mote “Paz, Contenção e Reforma”. Restrições orçamentárias foram um fator importante na decisão de buscar um entendimento com a França e a Rússia. Em consequência, enquanto os orçamentos navais britânicos continuaram a ter altas estratosféricas (o gasto naval britânico foi o triplo do alemão em 1904 e ainda mais que o dobro em 1913), o dispêndio do Exército permaneceu constante durante os anos pré-guerra, forçando o ministro da Guerra Haldane a concentrar-se não em expandir, mas em poupar e reorganizar tendo em vista a eficiência.¹²⁷ Na Áustria-Hungria, a tumultuada política interna do dualismo praticamente paralisou o desenvolvimento das Forças Armadas da monarquia depois da virada do século, pois grupos autônomos no Parlamento recebesse o garo se empenharam para que o Exército conjunto da monarquia recebesse o mínimo possível de receitas e recrutas húngaros. Nesse ambiente, as propostas de aumento de alocações para as Forças Armadas esgotavam-se em contendas legislativas intermináveis, e o poder bélico dos Habsburgo definhava em uma condição descrita pelo chefe do Estado-Maior austríaco como “estagnação persistente”. Essa foi uma das razões por que, já em 1912, a Áustria-Hungria gastou apenas 2,6% de seu produto nacional líquido com a defesa, uma proporção menor do que qualquer outra potência europeia, e certamente muito inferior ao que sua economia permitia (as parcelas da Rússia, França e Alemanha nesse ano foram respectivamente 4,5%, 4,0% e 3,8%).¹²⁸

Na França, o Caso Dreyfus dos anos 1890 destruiu o consenso civil-militar da Terceira República e trouxe uma nuvem de desconfiança por parte da opinião pública, especialmente da esquerda republicana e anticlerical, contra o alto escalão do Exército, visto como um baluarte de atitudes clericais e reacionárias. Na esteira do escândalo, três governos radicais sucessivos empenharam-se em um incisivo programa de reforma militar “republicanizadora”, especialmente sob os

primeiros-ministros Émile Combes (1903-5) e Georges Clemenceau (1906-9). O controle do Exército pelo governo aumentou, o Ministério da Guerra, encabeçado por um civil, tornou-se mais forte em relação aos comandantes regulares do Exército, e o período de serviço militar foi reduzido em março de 1905 — contrariando a recomendação de especialistas militares — de três para dois anos, com o objetivo de transformar a politicamente suspeita “guarda pretoriana” dos anos Dreyfus em um “exército de cidadãos” composto de reservistas civis para a defesa nacional em tempo de guerra.

Só nos últimos anos pré-guerra a maré começou a virar em favor das Forças Armadas francesas. Na França, como antes na Rússia, a liderança do Exército foi enxugada em 1911, e o chefe do Estado-Maior, Joseph Joffre, foi designado oficial responsável pelo planejamento militar em tempo de paz e para o comando do Exército principal na guerra. A “longa e dolorosa história” da luta para obter mais verbas prosseguiu, mas em 1912-4 a atitude pró-militar do governo Poincaré e depois de sua presidência, reforçada pelos complexos realinhamentos na política e na opinião francesas, criou um ambiente mais conducente ao rearmamento.¹²⁹ Em 1913 foi politicamente viável pressionar pela volta do sistema de treinamento de três anos, ainda que sob protestos do ministro das Finanças, Louis-Lucien Klotz, em cuja opinião o reforço das fortificações nas fronteiras seria mais barato e mais eficaz.¹³⁰ Também na Alemanha o agastamento por causa de Agadir encorajou o ministro da Guerra Josias von Heeringen e o chefe do Estado-Maior Helmuth von Moltke a fazer maior pressão pelo crescimento do Exército. De seu posto no Departamento do Tesouro do Reich, Adolf Wermuth reagiu vigorosamente contra o aumento de gastos, mas renunciou em março de 1912, depois de ficar claro que sua postura não contava mais com o apoio do governo. Abandonou-se o rigorismo fiscal da era Wemuth, e os paladinos dos gastos militares gradualmente conseguiram predominar sobre seus rivais da Marinha. Após longo período de relativa estagnação, a lei de 1913 para o Exército alçou os gastos militares alemães a alturas inéditas.¹³¹

Na Rússia, Vladimir Kokovtsov, que continuou como ministro das Finanças e sucedeu no cargo o premiê assassinado Pyotr Stolypin, encontrou cada vez mais dificuldade para combater o lobby e as intrigas incessantes do ministro da Guerra Sukhomlinov. A animosidade entre os dois chegou ao auge em uma importante reunião ministerial na primavera de 1913, quando Sukhomlinov emboscou o premiê com uma proposta orçamentária radical sobre a qual todos à mesa haviam

sido informados, exceto o próprio Kokovtsov. O apoio do soberano foi crucial para essa mudança no equilíbrio de poder. “Em seus conflitos com Sukhomlinov, você sempre está certo”, disse Nicolau II a Kokovtsov em outubro de 1912. “Mas quero que entenda minha atitude: se apoio Sukhomlinov, não é porque não confio em você, mas porque não posso me recusar a concordar com a concessão de verbas militares.”¹³²

Essa valiosa transferência de recursos implicou uma transferência de poder, ou pelo menos de influência política? Uma resposta a essa pergunta precisa levar em conta as diversas condições prevaletentes nos vários Estados. O país onde encontramos o regime de controle civil mais firme é, sem dúvida, a França. Em dezembro de 1911, quando Joffre delineou seu novo plano estratégico voltado para uma grande mobilização ofensiva na fronteira franco-alemã, o primeiro-ministro radical Joseph Caillaux informou rispidamente ao chefe do Estado-Maior que a tomada de decisão era, em última análise, da alçada das autoridades civis.¹³³ A tarefa do chefe do Estado-Maior, Caillaux frisava frequentemente, era apenas aconselhar seus superiores políticos nas questões pertinentes à sua especialidade. A mudança para um maior gasto militar e a decisão de investir na mobilização ofensiva proposta por Joffre em 1912-4 emanaram não das Forças Armadas, porém dos políticos, sob a liderança do belicoso mas enfaticamente civil (pelo menos segundo a Constituição) Raymond Poincaré.

Na Rússia a situação era bem diferente. Ali a presença do tsar como o foco do sistema autocrático possibilitou que os ministros, individualmente, buscassem alguma autonomia relativa. O ministro da Guerra, Vladimir Sukhomlinov, é um exemplo característico. Na época de sua nomeação em 1909, travava-se em São Petersburgo uma luta pelo controle parlamentar do Exército. Um grupo influente de deputados estava tentando assegurar o direito da Duma de supervisionar a política de Defesa. Sukhomlinov foi convocado para tirar a Duma de campo, impedir a infiltração de “atitudes civis” na tomada de decisões militares e proteger a prerrogativa do tsar, um papel que lhe trouxe o ódio da opinião pública, mas o forte apoio do trono.¹³⁴ Esse respaldo do soberano permitiu que o ministro da Guerra formulasse uma política de segurança drasticamente destoante dos compromissos oficiais da Rússia na aliança com a França.

Em vez de atender as exigências francesas de um rápido ataque à Alemanha na primeira fase de mobilização, a Reorganização de 1910 arquitetada por Sukhomlinov transferiu o foco das mobilizações russas das zonas fronteiriças ocidentais no

saliente polonês para locais no interior da Rússia. O objetivo era equilibrar melhor as forças das unidades com a densidade populacional e criar uma força capaz de ser enviada, se necessário, para um teatro de operações no leste. O extremo oeste deveria ser abandonado ao inimigo na primeira fase das hostilidades e aguardar uma grande contraofensiva combinada dos exércitos russos.¹³⁵ Aparentemente não se fez esforço nenhum para combinar essa inovação com o Ministério das Relações Exteriores. De início, os especialistas militares franceses horrorizaram-se com o novo plano, julgando que ele privaria a aliança franco-russa da iniciativa militar contra a Alemanha. Os russos acabaram levando em conta esses receios da França, mas é notável o fato de Sukhomlinov gozar de independência suficiente para conceber e implementar uma política que parecia agredir a essência da aliança com a França, a peça central da política externa russa.¹³⁶

Armado com o apoio do tsar, Sukhomlinov também conseguiu minar a autoridade do primeiro-ministro Kokovtsov, não só contestando-o na questão do orçamento militar, mas também criando um bloco hostil no Conselho de Ministros. E isso, por sua vez, forneceu-lhe uma plataforma para expor suas ideias sobre a situação da segurança da Rússia. Em uma série de reuniões decisivas na quarta semana de novembro de 1912, Sukhomlinov expôs a ideia de que a guerra era inevitável e declarou: “Seria mais proveitoso para nós começá-la o mais cedo possível”; uma guerra, ele argumentou, “só faria bem [à Rússia]”. Essas afirmações estapafúrdias e delirantes estarreceram o cauteloso Kokovtsov.¹³⁷ Mas Sukhomlinov só pôde agir dessa forma porque contava com o apoio de outros ministros civis: Rukhlov, Maklalov, Shcheglovitov e, mais importante, o poderoso A. V. Krivoshein, ministro da Agricultura e confidante do tsar. Nos últimos meses de 1912 emergiu um “partido da guerra” no Conselho de Ministros, liderado por Sukhomlinov e Krivoshein.¹³⁸

Na Alemanha, também, o caráter pretoriano do sistema tinha assegurado aos militares alguma liberdade de manobra. Figuras importantes como o chefe do Estado-Maior podiam claramente adquirir uma influência intermitente sobre o processo da tomada de decisões, sobretudo em momentos de maior tensão.¹³⁹ Não é difícil descobrir o que os comandantes militares disseram, mas determinar o peso de suas recomendações na tomada de decisões pelo governo é um processo muito menos direto, ainda mais em um ambiente no qual a ausência de um órgão colegial para a tomada de decisões, como o Conselho de Ministros russo, eliminava a necessidade de conflito declarado entre as autoridades militares e civis.

Um modo de entender a interação entre civis e militares na elaboração das políticas é examinar a relação entre o aparato diplomático oficial de embaixadores, ministros e secretários de legação com a rede paralela dos adidos militares e navais, encabeçada pelo Estado-Maior e o Almirantado, cuja perspectiva dos acontecimentos às vezes divergia da encontrada nas redes diplomáticas oficiais. Vejamos apenas um exemplo: em outubro de 1911, Wilhelm Widenmann, o adido do naval alemão em Londres, enviou a Berlim um relatório assustador. Oficiais navais britânicos, ele escreveu, agora estavam admitindo abertamente que a Inglaterra havia “mobilizado toda a sua frota” durante os meses de verão da crise de Agadir. Parecia que a Inglaterra estivera “meramente à espera de um sinal da França para atacar a Alemanha”. Para piorar, o novo primeiro lorde do mar era o “inescrupuloso, ambicioso e traiçoeiro demagogo” Winston Churchill. Por isso, a Alemanha devia preparar-se para a possibilidade de um ataque sem provocação nos moldes da aniquilação da frota dinamarquesa pelos britânicos em Copenhague no ano de 1807. Era essencial um rearmamento naval adicional, pois “na Inglaterra só uma coisa impressiona: um objetivo firme e a vontade indômita de atingi-lo”.¹⁴⁰ Essa comunicação foi passada a Guilherme II, que a cobriu de anotações embevecidas: “correto”, “excelente” etc. Não havia nada de especialmente notável em tudo isso — Widenmann estava reagindo, em parte, ao que observara em Londres, mas seu objetivo básico era impedir que o Estado-Maior em Berlim usasse a crise de Agadir para contestar a preeminência financeira da Marinha.¹⁴¹

Menos do que no conteúdo ou nas reações do cáiser, a importância dos relatórios de Widenmann está na resposta que mereceram do chanceler e do secretário das Relações Exteriores. Irritado por essa geração de pânico paradiplomática, Hollweg solicitou ao embaixador alemão em Londres, o conde Metternich, que redigisse um contradespacho refutando os argumentos de Widenmann. Metternich respondeu com um relatório que relativizava os argumentos de Widenmann. Embora fosse verdade que “toda a Inglaterra” tivesse sido “preparada para a guerra” no verão de 1911, isso não implicava a prontidão para uma ação agressiva. É verdade que havia muitos oficiais navais mais jovens para quem uma guerra “não seria mal recebida”, mas essa era uma atitude comum aos militares de outros países. De qualquer modo, observou Metternich — e aqui estava a ferroada —, na Inglaterra tais questões eram decididas não por oficiais do Exército ou da Marinha, nem por ministros da Guerra, nem pelo primeiro lorde do mar, mas por um gabinete composto de ministros responsáveis. “Por aqui”, Metternich declarou,

“frota e Exército são vistos como os mais importantes instrumentos da política, um meio para um fim, mas não como determinantes do curso das políticas.” Fosse como fosse, agora os ingleses estavam ansiosos para deixar para trás as tensões do verão. Portanto, em vez de apostar tudo nos armamentos, o governo alemão devia empenhar-se em melhorar suas relações com Londres.¹⁴²

Dessa vez o cáiser ficou menos satisfeito: “errado”, “disparate”, “asneira inacreditável”, “medroso”, gritavam seus comentários nas margens do documento. “Não concordo com a avaliação do embaixador! O adido naval está certo!”¹⁴³ O curioso nesse par de relatórios conflitantes é que ambos serviram para moldar o curso de ação: o cáiser usou o relatório de Widenmann como pretexto para exigir mais uma lei naval, enquanto Hollweg persistiu na política de détente recomendada por Metternich. Na Alemanha, como comentou mais tarde um comandante veterano, “o cáiser seguia uma linha de ação, o chanceler, outra, [e] o Estado-Maior achava suas próprias respostas”.¹⁴⁴

À primeira vista, parece que podemos traçar uma linha entre, de um lado, a Grã-Bretanha e a França parlamentares e democráticas, onde dirigentes civis davam as ordens, e as Constituições mais autoritárias da Rússia, Áustria e Alemanha, onde, apesar das variações do grau de parlamentarismo, os militares podiam competir com seus colegas civis em condições iguais ou superiores pela influência política, graças a seu privilegiado acesso ao soberano. Mas a realidade era mais complexa do que uma dicotomia como essa permitiria. Na França, a reestruturação das Forças Armadas depois de 1911 resultou em uma extraordinária concentração de autoridade nas mãos do chefe do Estado-Maior, Joffre, dando-lhe mais poder sobre os militares do que tinha seu aristocrático e militarista colega alemão, Helmuth von Moltke; além disso, as novas medidas francesas conferiram ao Exército uma autonomia quase completa dentro do Estado — embora essa autonomia dependesse, diferentemente do Exército alemão, da cooperação e do apoio dos ministros civis pertinentes.¹⁴⁵

Também na Grã-Bretanha o reforço da entente com a França foi impulsionado por negociações e acordos militares, e não civis. Já vimos que importantes figuras militares britânicas expressaram veementemente seu apoio à França durante a crise do Marrocos em 1905-6. E não se pode dizer que os principais comandantes militares britânicos consideravam-se dóceis subordinados de seus superiores

políticos. Wilson não estava simplesmente seguindo instruções; tinha suas próprias ideias sobre o papel das Forças Armadas da Grã-Bretanha em uma futura guerra continental e invariavelmente pressionava por um confronto militar. Como seus colegas do continente, Wilson desprezava os políticos civis, julgando-os incapazes de entender os assuntos militares. Sir Edward Grey, escreveu Wilson em seu diário, era um “homem ignorante, vaidoso e fraco, totalmente despreparado para ser ministro das Relações Exteriores de qualquer país maior do que Portugal”. Quanto ao resto do gabinete liberal, não passavam de “vira-latas sújos e ignorantes”. Toda a ideia do governo civil do Exército era “perversa na teoria e inviável na prática”.¹⁴⁶ Conservador em suas linhas de ação, Wilson tramava energicamente contra uma liderança política liberal que ele desprezava, extraindo informações do Ministério das Relações Exteriores através de seu colega e amigo Sir Arthur Nicolson, subsecretário permanente, e passando-as a seus aliados do Partido Conservador. O general de divisão Henry Wilson era a versão britânica de Conrad na Áustria-Hungria e de Ápis na Sérvia.¹⁴⁷ A importância das discussões militares com a França não estava apenas na pressão que exerciam sobre a liderança civil, mas também no fato de que, por sua própria existência, elas pareciam implicar uma obrigação moral de lutar ao lado da França no caso de uma guerra com a Alemanha. A militarização da entente, portanto, evidenciou o aumento da discrepância entre o planejamento militar britânico e uma postura diplomática oficial para a qual os compromissos associados ao termo “aliança” ainda eram anátema.

Algo análogo aconteceu no contexto da aliança francesa com a Rússia. Os esforços dos comandantes militares franceses para desfazer os efeitos do plano de mobilização de Sukhomlinov em 1910 aumentaram a interdependência do planejamento militar nos dois Estados aliados — um processo gerenciado pelos militares, mas sancionado pela liderança civil. No entanto, mesmo que os civis tivessem que dar seu aval ao processo, não podiam impedi-lo de mudar os parâmetros nos quais era possível tomar decisões políticas. Quando os franceses insistiram, nas reuniões anuais do Estado-Maior Conjunto Franco-Russo, para que os russos gastassem altas quantias de dinheiro emprestado para melhorar as ferrovias estratégicas que levavam ao oeste, o efeito foi modificar o equilíbrio de poder em São Petersburgo, enfraquecendo Kokovtsov e fortalecendo seus adversários no comando militar russo. Kokovtsov provavelmente tinha razão quando acusou o comando militar de explorar laços interserviços na aliança a fim de aumentar sua própria influência no sistema político russo.¹⁴⁸

Inversamente, as exigências dos russos a seus aliados franceses tinham conseqüências potencialmente abrangentes para a política interna francesa. Em 1914, quando os russos alertaram que qualquer redução no tempo de serviço militar nacional diminuiria o valor da França como aliada, obrigaram os principais estadistas do país a apoiar uma medida (a recém-adoptada Lei dos Três Anos) que era convertida para o eleitorado francês. Até os detalhes mais técnicos do planejamento operacional podiam fornecer munição para explosões políticas.¹⁴⁹ Na França, um pequeno grupo de importantes dirigentes fez o possível para ocultar o grau e a natureza dos comprometimentos estratégicos da aliança aos olhos daqueles que poderiam objetar por razões políticas (principalmente os radicais e os socialistas radicais). A necessidade de discrição aumentou mais ainda no começo de 1914, quando Poincaré cooperou com os militares para esconder do gabinete, da Câmara e do público cada vez mais a favor da abordagem defensiva o caráter essencialmente ofensivo do planejamento estratégico francês. Poincaré foi tão sigiloso ao lidar com essa questão que ele e Joffre omitiram os detalhes dos novos planos de mobilização da França até para o ministro da Guerra, Adolphe Messimy.¹⁵⁰ Na primavera de 1914, o compromisso francês com uma estratégia militar coordenada franco-russa tornara-se uma força potencialmente deletéria na política, pois obrigava a França a se ater a uma forma de planejamento e preparação militar cuja legitimidade era questionada pelo público. Nunca saberemos por quanto tempo Poincaré conseguiria continuar com tais malabarismos, uma vez que a eclosão da guerra no verão de 1914 tornou a questão obsoleta.

Podemos, portanto, falar em dois processos recíprocos, um no qual se outorgou um generoso grau de iniciativa a uma liderança militar constitucionalmente subordinada, e outro no qual uma oficialidade pretoriana com relativa independência em termos constitucionais foi contida, guiada ou desviada pelos estadistas. Os clamores de Moltke pela guerra preventiva foram bloqueados pelo cáiser e pelos líderes civis, do mesmo modo que o imperador, o arquiduque Francisco Ferdinando e Leopold von Berchtold bloquearam os de Conrad.¹⁵¹ Kokovtsov foi notavelmente bem-sucedido, pelo menos por algum tempo, em barrar as iniciativas mais ambiciosas do ministro da Guerra. No fim de 1913, quando Sukhomlinov tentou excluir totalmente Kokovtsov, primeiro-ministro e ministro das Finanças, das deliberações sobre o orçamento militar, o Conselho reconheceu que o imperioso ministro da Guerra tinha ido longe demais, e não permitiu.¹⁵² Na Rússia, Alemanha, Áustria, Grã-Bretanha e França, a política para as Forças Armadas

permaneceu essencialmente subordinada aos objetivos políticos e estratégicos das lideranças civis.¹⁵³

No entanto, questões não respondidas sobre o equilíbrio de forças entre as facções civil e militar e sua respectiva influência sobre a tomada de decisões continuaram a toldar as relações entre os Executivos das grandes potências. Todas as potências europeias supunham que uma facção militar pró-guerra no governo de cada possível oponente existia, e se empenhavam arduamente para descobrir quanta influência exerceria. Em conversa com o conde Pourtalès, embaixador alemão em São Petersburgo, no começo de fevereiro de 1913, quando grassavam as tensões austro-russas por causa dos Balcãs, o ministro das Relações Exteriores, Sazonov, reconheceu que o ministro das Relações Exteriores austro-húngaro, de quem ele se lembrava do período em que servira em São Petersburgo, era um homem de ideias e intenções pacíficas. Mas seria ele suficientemente forte para resistir à pressão do chefe do Estado-Maior, general Conrad von Hötzendorf, cujos planos beligerantes eram bem conhecidos pela inteligência militar russa? E mesmo se Berchtold ainda estivesse momentaneamente no controle, não havia a possibilidade de o poder resvalar para as mãos dos militares quando a monarquia dual enfraquecesse e buscase soluções cada vez mais radicais?¹⁵⁴ Havia nessas especulações alguma projeção. Sazonov, que observou pessoalmente a luta de poder entre Sukhomlinov e Kokovtsov e recentemente vira o chefe do Estado-Maior impelir a Rússia para o limiar da guerra contra a Áustria-Hungria, sabia melhor do que ninguém o quanto podiam ser instáveis as relações entre os decisores militares e civis. Em uma análise sutil dos ânimos em São Petersburgo em março de 1914, Pourtalès discerniu uma espécie de equilíbrio entre elementos beligerantes e pacíficos: “Assim como não há personalidades de quem possamos dizer que possuem *tanto* o desejo *como* a influência para mergulhar a Rússia em uma aventura militar, também não dispomos de homens cuja posição e influência sejam suficientemente fortes para despertar a confiança de que eles serão capazes de conduzir a Rússia por um caminho pacífico no decorrer de anos”.¹⁵⁵ Kokovtsov fez uma análise menos otimista desse mesmo problema. Parecia-lhe que o tsar passava cada vez mais tempo em companhia de “círculos militares” cujas “visões simplistas” vinham “ganhando cada vez mais força”.¹⁵⁶

A dificuldade intrínseca de interpretar essas relações a partir de um ponto de vista externo era acentuada pelo fato de que os políticos civis não eram avessos a explorar (ou até a inventar) a existência de um “partido da guerra” com o fito de

respaldar seus argumentos; por exemplo, durante a missão de Haldane em 1912, os alemães encorajaram os britânicos a acreditar que o governo de Berlim estava dividido entre uma facção pacifista e uma facção beligerante, e que as concessões britânicas fortaleceria o chanceler Hollweg contra os elementos belicosos em Berlim. Adotaram a mesma tática em maio de 1914, argumentando (por meio de uma série de artigos “inspirados” na imprensa) que a continuação das conversas navais anglo-russas fortaleceria ainda mais os militaristas contra a liderança civil moderada.¹⁵⁷ Aqui, como em outras áreas da comunicação intergovernamental, a mutabilidade das relações civis-militares nos respectivos sistemas foi amplificada por percepções e representações errôneas.

A IMPRENSA E A OPINIÃO PÚBLICA

“A maioria dos conflitos vistos no mundo nas últimas dez décadas”, declarou o chanceler alemão Bernhard von Bülow ao Parlamento alemão em março de 1909, “não foi provocada por ambição de príncipes ou conspirações de Ministérios, e sim pela exaltada agitação da opinião pública, que, por meio da imprensa e do Parlamento, levou de roldão o Executivo.”¹⁵⁸ Havia alguma verdade nessa afirmação de Bülow? O poder de moldar a política externa resvalava das mãos de chanceleres e ministros para as de grupos lobistas e da imprensa política?

De uma coisa não há dúvida: nas últimas décadas antes da eclosão da guerra houve uma drástica expansão da esfera pública na política e uma ampliação da discussão pública das questões ligadas às relações internacionais. Na Alemanha surgiu uma série de grupos de pressão nacionalistas dedicados a canalizar o sentimento popular e fazer lobby junto ao governo. A consequência foi uma transformação na substância e no estilo da crítica política, que se tornou mais demagógica e mais difusa e extrema em seus objetivos, levando com frequência os governos, na defensiva, a refutar as acusações de que lhes faltava assertividade na busca dos objetivos nacionais.¹⁵⁹ Na Itália também podemos discernir o nascimento de um público político mais assertivo e exigente: sob a influência do ultranacionalista Enrico Corradini e do demagogo Giovanni Papini, foi fundado em 1910 o primeiro partido nacionalista italiano, a Associazione Nazionalista Italiana; através de seus deputados parlamentares e de seu jornal, *L'Idée Nazionale*, o partido exigia a imediata “repatriação” dos territórios povoados por italianos na costa adriática do

Império Austro-Húngaro e estava disposto a apoiar a guerra se outros meios não resolvessem. Em 1911 jornais ainda mais moderados, como *La Tribuna* de Roma e *La Stampa* de Turim, empregavam jornalistas nacionalistas.¹⁶⁰ Aqui, ainda mais do que na Alemanha, havia grande potencial para atrito com um governo forçado a equilibrar prioridades conflitantes.¹⁶¹ Também na Rússia, nas últimas décadas do século XIX, surgiu uma imprensa de massa — em 1913, o *Russkoe Slovo*, o diário popular de Moscou, vendia 800 mil exemplares por dia. Embora a censura ainda atuasse, as autoridades permitiam uma discussão razoavelmente livre dos assuntos externos (contanto que não houvesse críticas diretas ao tsar ou seus ministros), e muitos dos diários mais importantes contratavam diplomatas aposentados para escrever sobre política externa.¹⁶² Além disso, na esteira da crise da Bósnia a opinião pública russa tornou-se mais assertiva, especialmente nos assuntos balcânicos, e mais antigovernamental.¹⁶³ Também na Grã-Bretanha uma crescente imprensa de massas alimentava seus leitores com uma rica dieta de jingoísmo, xenofobia, medos ligados à segurança e febre de guerra. Durante a Guerra dos Bôeres, o *Daily Mail* vendeu 1 milhão de exemplares por dia; em 1907, ainda vendia em média entre 850 mil e 900 mil.

Assim, monarcas, ministros e altos funcionários tinham boas razões para levar a imprensa a sério. Em sistemas parlamentares, podia-se esperar que a publicidade positiva se traduzisse em votos, ao passo que uma cobertura negativa beneficiava a oposição. Em sistemas mais autoritários, o apoio do público era um substituto indispensável para a legitimidade democrática. Alguns monarcas e estadistas eram totalmente obcecados pela imprensa, e todo dia passavam horas lendo notícias. Guilherme II foi um caso extremo, mas sua sensibilidade à crítica do público não era, em si, nada incomum.¹⁶⁴ “Se perdermos a confiança da opinião pública em nossa política externa, tudo estará perdido”, disse o tsar Alexandre III ao ministro das Relações Exteriores Lamzdorf.¹⁶⁵ Era difícil encontrar alguém nos Executivos da Europa do começo do século XX que não reconhecesse a importância da imprensa nos processos da política externa. Mas deixavam-se influenciar por ela?

Havia uma ambivalência subjacente à preocupação com a opinião pública. Por um lado, ministros, altos funcionários e monarcas acreditavam na imprensa e às vezes a temiam como um espelho e um canal dos sentimentos e atitudes do público. Todos os ministros das Relações Exteriores sabiam o que era ser exposto a uma campanha hostil da imprensa doméstica sobre a qual eles não tinham

controle — Grey foi alvo da imprensa liberal em 1911, Kiderlen-Wächter foi atacado pelos jornais nacionalistas depois da crise de Agadir; o cáiser era ridicularizado por várias razões, entre elas sua postura supostamente tímida e irresoluta na área da política externa. Políticos franceses suspeitos de brandura com a Alemanha podiam ser perseguidos até perder o cargo, como aconteceu com Joseph Caillaux. Em janeiro de 1914, Sazonov e seu Ministério foram acusados de “pusilanimidade” pela imprensa nacionalista russa.¹⁶⁶ O medo da publicidade negativa foi uma das razões do estilo secretista de tantos ministros das Relações Exteriores. Charles Hardinge observou em 1908 em uma carta a Nicolson, na época embaixador britânico em São Petersburgo, que a política de aproximação com a Rússia defendida por Edward Grey era difícil de vender ao público britânico: “Temos às vezes de suprimir a verdade e recorrer a subterfúgios para lidar com a opinião pública hostil”.¹⁶⁷ Em São Petersburgo, a lembrança da tempestade de publicidade que arruinara Izvolsky permaneceu vívida por todos os anos pré-guerra.¹⁶⁸

A maioria dos responsáveis pelas políticas tinha uma opinião inteligente e diferenciada sobre a imprensa. Percebiam que ela era volátil, sujeita a breves agitações e frenesim que logo amainavam. Entendiam que o sentimento do público era movido por impulsos contrários, e que as exigências feitas pelo povo aos governantes raramente eram realistas; viam, parafraseando Theodore Roosevelt, que a opinião pública em geral combinava “a língua sem freios com a mão despreparada”.¹⁶⁹ A opinião pública era frenética e propensa ao pânico, mas também era acentuadamente mutável — haja vista o modo como a anglofobia estabelecida na imprensa francesa derreteu-se durante a visita de Eduardo VII a Paris em 1903: no caminho do rei e sua comitiva da estação de trem de Porte Dauphine até os Champs Élysées, ouviram-se gritos de: “*Vive Fachoda!*”, “*Vivent les Boers!*” e “*Vive Jeanne d’Arc!*”, sem falar nas manchetes hostis e nas insultantes caricaturas. Mas, em poucos dias, o rei conquistou seus anfitriões com discursos cativantes e comentários simpáticos que foram rapidamente aceitos pelos principais jornais.¹⁷⁰ Na Sérvia, a onda de indignação nacional provocada pela interdição austríaca da união aduaneira com a Bulgária em 1906 logo se dissipou, pois os cidadãos sérvios se deram conta de que os termos do tratado comercial oferecido pela Áustria-Hungria eram até melhores para os consumidores sérvios do que a participação na união com Sófia.¹⁷¹ Houve oscilações drásticas no sentimento público na Alemanha durante a crise de Agadir em 1911; no começo de setembro, uma manifestação pela paz em Berlim reuniu 100 mil pessoas, porém apenas algumas semanas depois os

ânimos estavam menos pacíficos, como refletiu a decisão do Congresso de Jena, do Partido Social-Democrata, de rejeitar a convocação para uma greve geral em caso de guerra.¹⁷² Já na primavera e no verão de 1914, o enviado francês em Belgrado notou agudas flutuações na cobertura das relações com a Áustria-Hungria pela imprensa sérvia: se em março e abril houve vigorosas campanhas contra Viena, a primeira semana de junho trouxe um espírito inesperado de détente e conciliação para os dois lados da fronteira austro-sérvia.¹⁷³

Quanto àquelas organizações ultranacionalistas agressivas cujas vezes se ouviam em todas as capitais europeias, a maioria delas representava grupos pequenos e extremistas de eleitores. Uma característica notável dos lobbies ultranacionalistas mais beligerantes era o fato de suas lideranças serem solapadas por constantes lutas e cisões internas — a Liga Pan-Germânica estava fendida por disputas faccionárias; até a Liga Naval, mais moderada e de muito maior porte, sofreu nos anos 1905-8 com uma “guerra civil” interna entre seus grupos pró-governo e oposicionista. A União do Povo Russo, uma organização chauvinista, antissemita e ultranacionalista fundada em agosto de 1906, com cerca de novecentos escritórios em numerosas cidades grandes e pequenas da Rússia, depois de uma grave luta interna fragmentou-se, em 1908-9, em vários grupos menores e mutuamente hostis.¹⁷⁴

Até hoje não se sabe qual era a relação entre a opinião pública das elites articuladas que tinham acesso direto à imprensa e as atitudes prevalentes entre a massa da população. Alarques de guerra e campanhas jingoistas vendiam muitos jornais, mas qual seu verdadeiro impacto na sociedade? Era um erro grave, alertou o cônsul-geral alemão em Moscou em dezembro de 1912, supor que a beligerância e a germanofobia do “partido da guerra” na Rússia e a imprensa eslavófila caracterizavam os ânimos do país, pois esses círculos tinham “a mais débil ligação com as verdadeiras tendências da vida russa”. O problema na cobertura dessas questões pelos jornais alemães, argumentou o cônsul, era que em geral quem escrevia eram jornalistas com pouca experiência sobre a Rússia e um conjunto limitadíssimo de contatos sociais na elite.¹⁷⁵ Em maio de 1913, o ministro belga em Paris, o barão Guillaume, reconheceu o florescimento de “certo chauvinismo” na França. Ele podia ser encontrado não só nos jornais nacionalistas, mas também nos teatros, nas revistas e nos cafés-concerto, onde inúmeros espetáculos mostravam conteúdo jingoista “calculado para exaltar os ânimos”. No entanto, ele acrescentou, “o verdadeiro povo da França não aprova essas manifestações”.¹⁷⁶

Todos os governos, com exceção do britânico, tinham escritórios de imprensa cujo objetivo era monitorar e, quando possível, moldar a cobertura pela imprensa de questões relacionadas à segurança e às relações internacionais. Na Grã-Bretanha, o secretário das Relações Exteriores aparentemente não via muita necessidade de convencer (ou mesmo de informar) o público sobre os méritos de suas políticas, e não se faziam esforços oficiais para influenciar a imprensa; muitos dos principais jornais recebiam generosos subsídios, porém vindos de fontes privadas ou político-partidárias, e não do governo. Isso, obviamente, não impediu o surgimento de uma densa rede de relações informais entre as autoridades de Whitehall e os principais jornalistas.¹⁷⁷ Na Itália o quadro era bem diferente. Giovanni Giolitti, primeiro-ministro (pela quarta vez) entre 1911-4, fazia pagamentos regulares a pelo menos trinta jornalistas em troca de cobertura positiva de suas políticas.¹⁷⁸ O Ministério das Relações Exteriores da Rússia adquiriu um Departamento de Imprensa em 1906, e a partir de 1910 Sazonov orquestrou ali reuniões regulares na hora do chá com os mais importantes editores e os líderes da Duma.¹⁷⁹ As relações dos diplomatas russos com alguns jornais favoritos eram tão próximas, relatou um jornalista em 1911, que o Ministério das Relações Exteriores em São Petersburgo “frequentemente parecia uma sucursal do *Novoye Vremya*”. O editor desse jornal, Jegorov, era visto assiduamente no escritório de imprensa do Ministério, e Nelidov, chefe do escritório e ex-jornalista, era visitante regular da sede editorial do jornal.¹⁸⁰ Na França, a relação entre diplomatas e jornalistas era especialmente íntima: quase metade dos ministros das Relações Exteriores na Terceira República havia sido jornalista ou escritor, e as “linhas de comunicação” entre os ministros das Relações Exteriores e a imprensa estavam “quase sempre abertas”.¹⁸¹ Em dezembro de 1912, quando era primeiro-ministro da França, Raymond Poincaré chegou a fundar um novo jornal, *La Politique Étrangère*, para divulgar suas ideias sobre política externa a toda a elite política francesa.

Jornais semioficiais e artigos “inspirados” plantados na imprensa doméstica para testar o clima da opinião eram ferramentas bem conhecidas da diplomacia continental. O jornalismo inspirado disfarçava-se como expressão autônoma de uma imprensa independente, mas sua eficácia dependia justamente de os leitores desconfiarem que suas mensagens emanavam da sede do poder. Por exemplo, na Sérvia todos sabiam que o *Samoupravna* representava as ideias do governo; o *Nord-deutsche Allgemeine Zeitung* era considerado o órgão oficial do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha; na Rússia, o governo divulgava suas ideias por

intermédio de seu jornal semioficial, o *Rossiya*, mas também promovia, de vez em quando, campanhas inspiradas em outros jornais mais populares, como o *Novoye Vremya*.¹⁸² O Ministério das Relações Exteriores francês, assim como o alemão, pagava a jornalistas com dinheiro de um fundo secreto e mantinha laços estreitos com *Le Temps* e *Agence Havas*, enquanto usava o menos sério *Le Matin* para lançar “balões de ensaio”.¹⁸³

As intervenções desse tipo podiam dar errado. Se viesse a público que determinado jornal costumava publicar matérias inspiradas, havia o risco de que reportagens indiscretas, tendenciosas ou errôneas nesse mesmo jornal fossem confundidas com sinais intencionais do governo, como aconteceu, por exemplo, em fevereiro de 1913, quando *Le Temps* publicou um artigo baseado em vazamentos não autorizados provenientes de uma fonte não identificada que revelou alguns detalhes de deliberações recentes do governo sobre o rearmamento da França — fúrias negativas oficiais não tardaram.¹⁸⁴ Os esforços do ministro das Relações Exteriores russo Izvolsky em 1908 para “preparar a opinião pública e a imprensa” para a notícia de que a Rússia tinha aprovado a anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria revelaram-se totalmente inadequados à força da reação do público.¹⁸⁵ E em 1914 o *Novoye Vremya*, apesar de sua relação anteriormente íntima com o Ministério das Relações Exteriores, voltou-se contra Sazonov, acusando-o de excessiva timidez na defesa dos interesses russos, possivelmente porque agora o jornal estava sob a influência do Ministério da Guerra.¹⁸⁶ Na esteira do Caso Friedjung de 1909, quando o ministro das Relações Exteriores austríaco Aehrenthal usou sua influência sobre uma campanha na imprensa baseada em falsas alegações de traição contra políticos sérvios proeminentes, o governo foi forçado a sacrificar o chefe do Escritório Literário do Ministério das Relações Exteriores; seu sucessor foi demitido em meio a uma tempestade de críticas da imprensa e do Parlamento ao desastrado Caso Prochaska do inverno de 1912, quando se descobriu que acusações de que sérvios haviam maltratado um funcionário consular austríaco também eram falsas.¹⁸⁷

Também havia manipulações oficiais da imprensa fora das fronteiras nacionais. No começo de 1905, os russos estavam distribuindo cerca de 8 mil libras por mês à imprensa parisiense para estimular o apoio do público a um vultoso empréstimo francês. O governo francês subsidiou jornais pró-França na Itália (e na Espanha por ocasião da Conferência de Algeciras), e durante as guerras russo-japonesa e dos Bálcãs os russos pagaram subornos graúdos a jornalistas franceses.¹⁸⁸

Os alemães mantinham um fundo bem modesto para sustentar jornalistas amigos em São Petersburgo e abasteciam editores de jornais em Londres com propinas, na esperança, o mais das vezes frustrada, de conseguir uma cobertura mais positiva da Alemanha.¹⁸⁹

Editoriais inspirados também podiam ser formulados para os olhos de um governo estrangeiro. Durante a crise do Marrocos em 1905, por exemplo, para intimidar os alemães, Théophile Delcassé usou comunicados à imprensa mal disfarçados divulgando os detalhes do planejamento militar britânico. Neste caso, a imprensa inspirada funcionou como uma forma de comunicação internacional negável, subdiplomática, que pudesse ter um efeito dissuasivo ou motivador sem atrelar ninguém a um compromisso específico; se o próprio Delcassé fizesse uma ameaça mais explícita, teria deixado o Ministério das Relações Exteriores britânico em uma posição insustentável. Em fevereiro de 1912, o embaixador francês em São Petersburgo, Georges Louis, enviou a tradução de um artigo no *Novoye Vremya* junto com uma carta observando que a matéria refletia “com notável exatidão a opinião dos círculos militares russos”.¹⁹⁰ Nesse exemplo, a imprensa inspirada permitiu que uma organização distinta do governo, o Ministério da Guerra, comunicasse sua posição sem comprometer oficialmente o governo. Mas às vezes acontecia de diferentes ministros instruírem a imprensa em direções opostas, como aconteceu em março de 1914, quando o *Birzheviia Vedomosti* (Jornal da Bolsa de Valores) publicou um editorial que muitos supuseram ter sido “inspirado” por Sukhomlinov, anunciando que a Rússia estava “pronta para a guerra” e havia “abandonado” a ideia de uma estratégia puramente defensiva. Sazonov replicou com um editorial conciliatório no jornal semioficial *Rossiya*. Esse foi um caso clássico de sinalização paralela: Sukhomlinov assegurava os franceses de que a Rússia estava decidida e preparada para cumprir as obrigações que assumira na aliança, enquanto a resposta de Sazonov destinava-se ao Ministério das Relações Exteriores alemão e possivelmente ao Ministério das Relações Exteriores britânico.

Um artigo publicado no *Kölnische Zeitung* mais ou menos na mesma época atribuía intenções agressivas a São Petersburgo por causa do mais recente aumento no gasto militar russo, e quase certamente foi obra do Ministério das Relações Exteriores alemão, com o fito de motivar uma resposta esclarecedora da Rússia.¹⁹¹ Em áreas onde as potências europeias competiam pela influência local, era comum recorrer a órgãos da imprensa subsidiados para conquistar amigos e descreditar as maquinções do adversário. Os alemães preocupavam-se com a imensa

influência do “dinheiro inglês” sobre a imprensa russa, e enviados da Alemanha em Constantinopla frequentemente se queixavam da dominância da imprensa de língua francesa, cujos editorialistas subsidiados faziam “todo o possível para inclinar [hostilidade] contra nós”.¹⁹²

Nesse contexto, a imprensa era o *instrumento* da política externa, e não o determinante. Mas isso não impedia os responsáveis pelas políticas de levar a imprensa a sério como um indicador da opinião. Na primavera de 1912, Jules Cambon rezeou que o chauvinismo da imprensa francesa pudesse aumentar o risco de conflito: “Quisera que os franceses cuja profissão é criar ou representar a opinião pública se contivessem e não se divertissem brincando com fogo, falando em guerra inevitável. Não existe nada inevitável neste mundo”.¹⁹³ Seis meses depois, com a Primeira Guerra dos Balcãs a caminho e o sentimento pan-eslavo em alta em partes da imprensa russa, o embaixador da Rússia em Berlim temia — ou pelo menos declarava temer — que “o estado de espírito da população deste país possa dominar a conduta de seu governo”.¹⁹⁴

Ministros e diplomatas que julgavam seu governo capaz de proteger a formulação das políticas das vicissitudes da opinião doméstica publicada frequentemente duvidavam da capacidade de governos estrangeiros para fazer o mesmo. Na esteira da crise de Agadir em 1911, a liderança militar alemã temeu que a agitação nacionalista e o revivimento da confiança na França pudessem pressionar o governo em Paris, em tudo o mais pacífico, a atacar a Alemanha de surpresa.¹⁹⁵ Por sua vez, o medo de que uma liderança alemã essencialmente pacífica fosse arrastada para uma guerra com seus vizinhos por líderes de opinião chauvinistas em casa era um tema recorrente nos debates políticos franceses.¹⁹⁶ O governo russo, em especial, era considerado suscetível a pressões do público — principalmente quando vinham na forma de agitação por causa dos Balcãs — e havia alguma verdade nessa ideia, como demonstraria o rumo tomado pela Crise de Julho. Mas os russos também viam os governos parlamentares ocidentais como muito vulneráveis à pressão do público justamente por sua condição democrática, e os britânicos encorajavam essa inferência sugerindo, como Grey costumava fazer, que “a linha de ação do governo inglês em [...] uma crise deve depender da posição assumida pela opinião pública inglesa”.¹⁹⁷ Estadistas costumavam esconder-se atrás da afirmação de que estavam agindo sob restrições impostas pela opinião de seu país: em 1908-9, os franceses alertaram os russos para que não começassem uma guerra por causa dos Balcãs, por exemplo, porque essa região não era importante

para o público francês; Izvolsky deu o troco em 1911, quando exortou Paris — fazendo questão de lembrar aos interlocutores franceses o conselho anterior — a entrar em acordo com a Alemanha, pois “a Rússia teria dificuldade para fazer a opinião pública aceitar uma guerra pelo Marrocos”.¹⁹⁸ O embaixador sérvio em Viena avisou em novembro de 1912 que o primeiro-ministro Nikola Pašić não tinha escolha a não ser adotar uma política irredentista em nome de seu país — se, em vez disso, ele procurasse uma conciliação com a Áustria, o “partido da guerra” em Belgrado o tiraria do poder para substituí-lo por alguém de seu próprio círculo, e Sazonov justificou as posturas beligerantes do líder sérvio em público referindo-se à natureza “um tanto nervosa” da opinião pública sérvia.¹⁹⁹

A declaração de que a preocupação com a opinião pública obrigava-o a defender os interesses da Sérvia contra a Áustria-Hungria, feita por Sazonov ao embaixador alemão Pourtalès em novembro de 1912, era bem característica. Ele usou o mesmo argumento para persuadir os romenos a não iniciar um conflito com a Bulgária em janeiro de 1913: “Tenham muito cuidado! Se entrarem em guerra com a Bulgária, não terei condições de resistir ao arrebatamento da opinião pública”.²⁰⁰ Na verdade, Sazonov não tinha respeito pelos editores dos jornais, e julgava entender a opinião pública russa melhor do que a imprensa. Ele não se esquivava, quando necessário, de remar contra a maré dos comentários nos jornais, explorando o tempo todo campanhas jingoístas no país para persuadir os representantes de outras potências de que estava sob pressão para tomar certas medidas.²⁰¹ Muitas vezes quem lia esses comunicados conseguia perceber esses subterfúgios; o cáiser Guilherme, quando foi informado em 1908 e 1909 de que a opinião pública pró-eslava poderia impelir o governo russo a agir no caso da Bósnia-Herzegóvina, anotou nas margens do jornal: “Blefe”.²⁰² No entanto, a posição divulgada de que os governos estrangeiros estavam sob pressão para alinhar-se à opinião pública doméstica significava que as matérias na imprensa eram o recheio usual dos comunicados diplomáticos. Resmas de recortes de jornal e traduções engordavam as pastas enviadas pelas legações europeias a seus Ministérios das Relações Exteriores.

Os esforços de todos os governos para moldar, por algum meio, as opiniões publicadas aumentavam a importância de monitorar a imprensa, pois isso trazia a possibilidade de que ela fornecesse a chave, se não para a opinião pública, ao menos para a opinião e as intenções do governo. Grey, por exemplo, enxergou nas campanhas antibritânicas da imprensa na crise de Agadir em setembro de 1911

uma manobra tática do governo alemão para mobilizar apoio para leis navais adicionais nas próximas eleições para o Reichstag, enquanto o embaixador austríaco acusou o ministro russo das Relações Exteriores de encorajar uma cobertura negativa dos esforços austro-russos pela déntente depois da crise da Bósnia.²⁰³ Diplomatas costumavam vasculhar os jornais em busca das matérias inspiradas que pudessem lhes dar a chave para o pensamento desse ou daquele ministro. Mas, como a maioria dos governos usava diversas publicações, geralmente era difícil saber se determinado artigo era inspirado ou não. Em maio de 1910, por exemplo, quando o jornal francês *Le Temps* publicou um artigo criticando duramente os mais recentes planos russos de mobilização de tropas, o Ministério das Relações Exteriores do país supôs (erroneamente) que tinha sido oficialmente inspirado e comunicou seu desagrado a Paris.²⁰⁴ Era engano, escreveu o embaixador alemão em Paris, sempre supor que as ideias veiculadas no *Le Temps* refletiam a posição do Ministério das Relações Exteriores ou do governo — seu editor, André Tardieu, às vezes se desentendia com as autoridades em razão de suas declarações heterodoxas sobre questões de interesse nacional.²⁰⁵ Em janeiro de 1914, o ministro belga em Paris alertou seu governo de que, embora os grandes editoriais políticos do *Le Temps* geralmente fossem obra de Tardieu, costumavam ser sugeridos pelo embaixador russo, Izvolsky.²⁰⁶ Essa névoa de incerteza significava não só que os funcionários da embaixada precisavam ser vigilantes quando vasculhassem a imprensa, mas também que comentários adversos publicados sobre governos estrangeiros podiam ensejar rixas, com dois ministros das Relações Exteriores se engalfinhando por intermédio das páginas da imprensa inspirada e, no processo, excitando as emoções do público de modos que poderiam vir a ser difíceis de controlar. Os Ministérios das Relações Exteriores alemão e britânico mostravam a típica tendência a exagerar o grau em que a opinião pública era controlada pelo outro governo.²⁰⁷

Brigas na imprensa também podiam irromper espontaneamente, sem a participação do governo. Os governantes sabiam muito bem que competições de afrontas entre editores de jornais chauvinistas podiam agravar-se a ponto de ameaçar envenenar a atmosfera das relações internacionais. Em uma reunião entre o tsar Nicolau II, o rei Eduardo VII e Charles Hardinge na cidade de Reval em junho de 1908, o tsar confidenciou a Hardinge que a “liberdade” da imprensa russa havia causado a ele e ao seu governo “considerável embaraço”, pois “a cada incidente em qualquer província distante do Império, como um terremoto ou

tempestades, imediatamente se põe a culpa na Alemanha”, e queixas graves haviam sido feitas recentemente a ele e ao governo sobre o tom inamistoso da imprensa russa. Mas o tsar confessou-se incapaz de remediar isso, exceto por um ocasional comunicado oficial à imprensa, que em geral tinha “um efeito insignificante”. Ele “queria muito que a imprensa voltasse sua atenção para os assuntos internos em vez dos externos”.²⁰⁸

Entre 1896, quando os jornais britânicos reagiram com indignação ao telegrama do cáiser a Kruger, e 1911, quando jornais britânicos e alemães digladiaram-se pela questão do Marrocos, houve repetidas guerras de imprensa entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Em 1906 e 1907, pouco efeito tiveram os esforços dos dois governos em prol do “desarmamento da imprensa”, permutando delegações de jornalistas importantes.²⁰⁹ As guerras de imprensa eram possíveis porque os jornais em cada país frequentemente publicavam matérias sobre as atitudes de jornais estrangeiros em questões de interesse nacional; não era raro artigos inteiros serem reproduzidos ou parafraaseados. Por exemplo, em fevereiro de 1913, Tatishchev, um plenipotenciário militar russo em Berlim, informou ao tsar Nicolau II que artigos pan-eslavistas no *Novoye Vremya* estavam causando uma “imprensa perturbadora” na Alemanha.²¹⁰ As relações na imprensa internacional eram especialmente tensas entre Áustria e Sérvia, onde os principais jornais vigiavam seus congêneres do outro lado da fronteira com olhos de águia (ou eram abastecidos de recortes e traduções pelos respectivos ministros das Relações Exteriores) e onde as queixas sobre a cobertura da imprensa do outro país eram um tema batido. Esse problema teria um papel destacado na diplomacia da Crise de Julho de 1914.

Ainda assim, é questionável que a imprensa europeia estivesse se tornando cada vez mais belicosa nos anos anteriores a 1914. Estudos recentes sobre os jornais alemães indicam um quadro mais complexo. Um exame da cobertura da imprensa alemã durante uma série de importantes crises no pré-guerra (Marrocos, Bósnia, Agadir, Balcãs etc.) discerniu uma visão mais e mais polarizada das relações internacionais e um declínio na confiança em soluções diplomáticas. Mas também houve períodos de tranquilidade, e a era das guerras de imprensa anglo-germânicas encerrou-se abruptamente em 1912 — os dois últimos anos pré-guerra foram, em contraste, um período de “incomum harmonia e paz”.²¹¹ Tanto que Friedrich von Bernhardi, cujo livro *Deutschland und der Nächste Krieg* [A Alemanha e a próxima guerra], de 1911, é frequentemente citado como exemplo da crescente beligerância da opinião pública alemã, iniciou seu tratado estarrecedoramente agressivo

com uma longa passagem lamentando o “pacifismo” de seus compatriotas.²¹² O chauvinismo também não falava com uma só voz. Na Grã-Bretanha o sentimento antirruso ainda era uma poderosa força pública nos últimos anos antes da guerra, apesar da entente anglo-russa de 1907. No inverno de 1911-2, quando a crise de Agadir amainava, as bases do Partido Liberal acusaram Grey de buscar uma intimidade excessiva com a Rússia às custas de uma relação mais cooperativa com a Alemanha. Os comícios convocados por todo o país em fins de janeiro de 1912 para exigir um entendimento anglo-germânico foram motivados, em parte, pela hostilidade contra a Rússia, cujas maquinacões eram vistas como uma ameaça aos interesses britânicos em vários pontos da periferia do Império.²¹³

Muitos políticos falavam, ou reclamavam, da opinião como uma força externa a pressionar o governo. Ao fazê-lo, insinuavam que essa opinião — pública ou publicada — era algo externo ao governo, como uma névoa querendo penetrar pelas vitraças das salas ministeriais, algo que os dirigentes podiam escolher excluir de sua esfera de ação. E quando diziam opinião, referiam-se sobretudo ao apoio ou à rejeição do público às suas pessoas e políticas. No entanto, existe algo mais profundo do que a opinião, algo que poderíamos chamar de mentalidade — uma malha de “suposições tácitas”, como a definiu James Joll, que moldava as atitudes e o comportamento de estadistas, legisladores e jornalistas.²¹⁴ Nessa esfera, talvez possamos discernir uma disposição crescente para a guerra em toda a Europa, particularmente entre as elites educadas. Ela não assumia a forma de sangrentos clamores por violência contra outro Estado, mas de um “patriotismo defensivo”²¹⁵ que incluía a possibilidade da guerra, mas não necessariamente com prazer — um ponto de vista fundamentado na convicção de que o conflito era uma característica “natural” da política internacional. “A ideia de uma paz prolongada é um sonho vão”, escreveu em 1910 o visconde Esher, um promotor da entente anglo-francesa e grande amigo e conselheiro de Eduardo VII. Dois anos depois, ele aconselhou uma plateia de universitários em Cambridge a não subestimar “os aspectos poéticos e românticos do entretchoque das armas”, alertando que fazê-lo seria “exibir um espírito débil e uma imaginação pobre”.²¹⁶ Em sua aula inaugural, o professor Henry Spenser Wilkinson, da cátedra Chichelle de História Militar em Oxford, observou que a guerra era “um dos modos de interação humana”. Essa aceitação fatalista da inevitabilidade da guerra baseava-se em um amontoado desconexo de argumentos e atitudes. Uns alegavam, com base em princípios derivados das ideias de Darwin ou Huxley, que em consequência de sua

energia e ambição a Inglaterra e a Alemanha estavam fadadas a se chocar, apesar de seu parentesco próximo; outros, que o tumulto era uma característica natural de civilizações altamente desenvolvidas, com armamentos avançados; e havia quem elogiasse a guerra como terapêutica, “benéfica à sociedade, uma força para o progresso”.²¹⁷

A recepção de ideias desse tipo na Grã-Bretanha e na Alemanha alicerçava-se em uma “ideologia do sacrifício”, que, por sua vez, nutria-se de descrições positivas de conflitos militares publicadas em jornais e em obras lidas por meninos em idade escolar.²¹⁸ Um panfleto escrito por um clérigo beligerante da Nova Zelândia e publicado pela Liga para o Serviço Militar Nacional exortava cada aluno a lembrar-se de que ele era a barreira que defendia “sua mãe e suas irmãs, sua namorada e suas amigas e todas as mulheres que ele encontra e vê contra a inconcebível infâmia de uma invasão estrangeira”.²¹⁹ Até o escotismo, fundado em 1908, possuiu desde o princípio — a despeito de seu louvor ao conhecimento da floresta, aos acampamentos e a aventuras ao ar livre — uma “forte identificação militar que foi enfatizada durante todo o período pré-guerra”.²²⁰ Na Rússia, os anos seguintes à Guerra Russo-Japonesa viram um “renascimento militar” movido pelo desejo de reforma das Forças Armadas: em 1910 foram publicados 572 novos títulos sobre temas militares. A maioria não consistia em tratados belicosos, mas em intervenções políticas no debate sobre como a reforma das Forças Armadas russas devia ser associada a processos mais amplos de mudança social que orientassem o povo para os sacrifícios exigidos por um grande esforço de guerra.²²¹

Essas tendências, que tinham congêneres em todos os Estados europeus, ajudaram a explicar a prontidão com que as legislaturas aceitaram o ônus financeiro dos gastos crescentes com armamentos durante o período pré-guerra. Na França, o apoio da Câmara dos Deputados, depois de acirrada controvérsia, à nova lei dos três anos de serviço militar em 1913 refletiu o revivido “prestígio da guerra” em uma esfera do público que desde o Caso Dreyfus se mostrava inclinada a um etos fortemente antimilitarista, embora não devamos esquecer que os deputados radicais apoiaram essa lei em parte porque, pela primeira vez, ela seria financiada por um imposto progressivo sobre a propriedade.²²² Na Alemanha, também, Hollweg conseguiu assegurar o apoio da centro-direita à vultosa lei do Exército em 1913; para a lei separada que financiaria essas medidas, ele conseguiu o apoio de uma coalizão de centro-esquerda, mas só porque se dispôs a levantar parte do dinheiro cobrando um novo imposto das classes proprietárias. Nos dois casos, os argumentos para o

maior preparo das Forças Armadas tiveram de ser combinados a outros incentivos político-sociais a fim de assegurar o apoio necessário para a aprovação desses projetos de lei colossais pelo Parlamento. Na Rússia, em contraste, tamanho era o entusiasmo da elite política por armamentos depois de 1908 que a Duma aprovava alocações até mais rápido do que os comandantes militares conseguiram atingir com o destino que poderiam dar aos recursos; nesse caso, foi o bloco outubrista da Duma, e não os ministros, que inicialmente encabeçou a campanha pela expansão do Exército.²²³ Na Grã-Bretanha, do mesmo modo, o clima prevalentemente de patriotismo defensivo deixou sua marca na legislação: enquanto em 1902 apenas três parlamentares apoiaram a Liga para o Serviço Militar Nacional, em 1912 foram 180.²²⁴

A imprensa entrou nos cálculos dos responsáveis pelas políticas de muitos modos. Nunca esteve sob o controle deles, e eles nunca estiveram sob o controle dela. Devemos falar, isto sim, de uma reciprocidade entre a opinião pública e a vida pública, um processo de interação constante no qual os responsáveis pelas políticas buscavam intermitentemente guiar a opinião em uma direção conveniente, mas com o cuidado de proteger sua autonomia e a integridade dos processos decisórios. Por outro lado, os estadistas continuaram a ver a imprensa estrangeira como um indicador não só da opinião pública, mas também das ideias e intenções oficiais, e isso significava que as incertezas quanto a quem estava inspirando ou autorizando aquelas declarações podia complicar ainda mais as comunicações entre os Estados. Mais fundamentais, e mais difíceis de medir, foram as mudanças de mentalidade que se articularam não nos clamores chauvinistas por firmeza ou confrontação, mas em uma profunda e muito difundida disposição para aceitar a guerra, concebida como uma convicção imposta pela natureza das relações internacionais. O peso dessa tendência acumulada se manifestaria durante a Crise de Julho de 1914 não na forma de declarações programáticas agressivas, mas através do eloquente silêncio dos líderes civis que, em um mundo melhor, talvez tivessem salientado que uma guerra entre grandes potências seria a pior coisa do mundo.

A FLUIDEZ DO PODER

Mesmo se assumíssemos que as políticas externas das potências europeias no pré-guerra foram formuladas e administradas por Executivos compactos

animados por um propósito unificado e coerente, reconstruir as relações entre elas ainda assim seria uma tarefa formidável, pois nenhum relacionamento entre duas potências quaisquer pode ser plenamente compreendido sem referência a relações com todas as demais. Mas na Europa de 1903-14, a realidade era ainda mais complexa do que sugeriria o modelo "internacional". As caóticas intervenções de monarcas, as relações ambíguas entre civis e militares, o antagonismo competitivo entre políticos importantes em sistemas caracterizados por baixos níveis de solidariedade nos Ministérios ou no gabinete, além das agitações de uma imprensa de massa crítica em um contexto de crise intermitente e tensão crescente por questões de segurança, tudo isso fez desse um período de incerteza sem precedentes nas relações internacionais. As oscilações políticas e a sinalização mista resultantes dificultaram, não só para os historiadores, mas também para os estadistas dos últimos anos pré-guerra, interpretar o ambiente internacional.

Seria errado levar essa observação longe demais. Todos os Executivos políticos complexos, inclusive os autoritários, são sujeitos a tensões e oscilações internas.²²⁵ A literatura sobre as relações exteriores dos Estados Unidos no século xx examina minuciosamente as lutas e as intrigas intragovernamentais pelo poder. Em um brilhante estudo sobre a entrada do país na Guerra do Vietnã, Andrew Preston mostra que, embora os presidentes Lyndon B. Johnson e John F. Kennedy relutassem em fazer a guerra e o Departamento de Estado em grande medida se opusesse à intervenção, o Conselho de Segurança Nacional, menor e mais ágil, que era fortemente a favor da guerra e operava livre da supervisão do Congresso, reduziu as opções do presidente até que a guerra fosse praticamente inevitável.²²⁶

No entanto, a situação na Europa às portas da Primeira Guerra Mundial foi diferente (e pior) em um aspecto importante. Apesar de todas as tensões que podem surgir em seu âmbito, em termos constitucionais o Poder Executivo americano é, na verdade, uma organização acentuadamente convergente na qual, em última análise, a responsabilidade pelas decisões executivas na política externa recai sem ambiguidades sobre o presidente. Não era o que acontecia com os governos europeus pré-guerra. Havia dúvidas perenes quanto a Grey ter ou não o direito de assumir compromissos como fez sem consultar o gabinete ou o Parlamento; de fato, essas dúvidas foram tão prementes que o impediram de declarar suas intenções de modo claro e inequívoco. Na França a situação era ainda mais nebulosa, pois ali o equilíbrio das iniciativas entre o Ministério das Relações Exteriores, o gabinete e a presidência permanecia sem resolução, e até o imperioso e resolutivo

Poincaré enfrentou tentativas de mantê-lo fora do processo de tomada de decisões na primavera de 1914. Na Áustria-Hungria, e em menor grau na Rússia, o poder de moldar a política externa fluiu em torno de um circuito humano impreciso, dentro da estrutura compartimentalizada da elite política, concentrando-se em diferentes partes do sistema, na dependência de quem constituía os mais eficazes e decididos alinhamentos. Nesses casos, como na Alemanha, a presença de um soberano no topo da hierarquia, ao invés de aclarar, enevoou as relações no sistema.

A questão não é, como na crise dos mísseis de Cuba, reconstituir o raciocínio de duas superpotências examinando suas opções; é entender as incessantes interações entre estruturas executivas que sabiam relativamente pouco sobre as intenções umas das outras, operavam com baixos níveis de garantia e confiança (mesmo no âmbito de suas respectivas alianças) e com altos níveis de hostilidade e paranoia. A volatilidade inerente a essa constelação era acentuada pela fluidez do poder em cada Executivo e sua tendência a migrar de um eixo do sistema a outro. É possível que a dissensão e a polêmica nos serviços diplomáticos tivessem seus efeitos salutares, suscitando questões e objeções que, em um ambiente político mais disciplinado, poderiam ter sido suprimidas.²²⁷ Mas sem dúvida os riscos superavam os benefícios: quando os falções dominavam o processo de sinalização em ambos os lados de uma interação potencialmente conflitante, como aconteceu na crise de Agadir e tornaria a acontecer depois de 28 de junho de 1914, escaladas rápidas e imprevisíveis podiam ser o resultado.

- revisonista desta e de outras declarações, ver Keith M. Wilson, *The Policy of the Entente*, op. cit., p. 100.
123. Eyre Crowe, op. cit., 1 jan. 1907, *BD*, v. 3, pp. 397-420, apêndice ao doc. 445, aqui p. 432. Sobre a consolidação da “falange antigermana” no ápice do gabinete das Relações Exteriores, ver Jürgen Angelow, *Der Weg in die Urkatastrophe. Der Zerfall des alten Europas 1900-1914* (Berlim: Bebra, 2010), pp. 51-2.
124. Esses números são tirados de Hans-Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte: 1700-1815*. Munique: Beck H. C. 2008, v. 3: Vion der “deutschen Doppelrevolution” bis zum Beginn des Ersten Weltkrieges, 1849-1914, pp. 610-2.
125. Clive Trebilcock, *The Industrialisation of the Continental Powers: 1780-1914*. Londres: Longman, 1981, p. 22.
126. Keith Neilson, “Quot hominess, tot setentiae: Bertie, Haringe, Nicolson and British policy 1906-1916” (manuscrito inédito). Sou extremamente grato ao professor Neilson por me permitir ler uma cópia desse texto antes de sua publicação.
127. Hardinge para Bertie, carta particular, 14 fev. 1904. Documentos Bertie, TNA, FO 800/176; Hardinge para Bertie, carta particular, 11 maio 1904, Documentos Bertie, *ibid.*, FO 800/183, ambos citados em Keith Neilson, “Quot hominess, tot setentiae”, op. cit.
128. Keith Neilson, “My Beloved Russians: Sir Arthur Nicolson and Russia, 1906-1916”, *The International History Review*, v. 9, n. 4, nov. 1987, pp. 521-54, aqui pp. 524-5.
129. “The Invention of Germany” é o título do sexto capítulo de Keith M. Wilson, *The Policy of the Entente*, op. cit., pp. 100-20.
130. Sobre as preocupações britânicas acerca da capacidade de defesa após a Guerra dos Bôeres, ver Aaron L. Friedberg, *The Weary Titan. Britain and the Experience of Relative Decline, 1895-1905*. Princeton: Princeton University Press, 1988, pp. 232-4, pass.; David Reynolds, *Britannia Overruled. British Policy and World Power in the Twentieth Century*. 2. ed. Harlow: Longman, 2000, pp. 63-7.
131. Sobre essa característica da política externa dos Estados Unidos, ver John A. Thompson, “The Exaggeration of American Vulnerability: The Anatomy of a Tradition”, *Diplomatic History*, v. 16, n.1, pp. 23-43, 1992.
132. Para exemplos desse tipo de fantasia, ver A. Dekhnewallah (pseud.), *The Great Russian Invasion of India. A Sequel to the Afghanistan Campaign of 1879-9*. Londres: [s.n.], 1879; William Le Queux, *The Great War in England in 1897*. Londres: Tower, 1894 (prevê uma invasão franco-russa da Grã-Bretanha que é rechaçada por uma galante intervenção da Alemanha Imperial); para um apêndice geral excelente, ver Ignatius Frederick Clarke, *Voices Prophesying War, 1763-1984*. Londres: Panther, 1970.
133. Entrada de diário, 29 nov. 1906, em Georges Maurice Paléologue, *The Turning Point*, op. cit., p. 328.
134. David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia 1900-1914*, op. cit., pp. 103-11.
135. E. W. Edwards, “The Franco-German Agreement on Morocco, 1909”, *English Historical Review*, v. 78, n. 308, pp. 483-513, 1963, aqui p. 413; sobre a reação hostil britânica e russa, ver Paul Cambon para Jules Cambon, 9 dez. 1911, em Paul Cambon, *Correspondance 1870-1924*. Paris: Grasset, 1940-6, v. 2, pp. 354-5; Jean-Claude Allain, *Agadir, 1911. Une Crise impérialiste en Europe pour la conquête du Maroc*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1976, pp. 232-46.

136. Klaus Hildebrand, *Das vergangene Reich*, op. cit., pp. 256-7; Uwe Liszkowski, *Zwischen Liberalismus und Imperialismus: Die zaristische Außenpolitik von dem Ersten Weltkrieg im Urteil Miljukov und der Kadettenpartei 1905-1914*. Stuttgart: Ernst Klett, 1974, pp. 70, 156; sobre tendências “detenistas” em geral durante esse período, ver Friedrich Kiessling, op. cit., *Gegen den Grossen Krieg?*, pass.

4. AS MUITAS VOZES DA POLÍTICA EXTERNA EUROPEIA [pp. 196-269]

- Johannes Paulmann, *Pomp und Politik: Monarchienbegegnungen in Europa zwischen Ancien Régime und Ersten Weltkrieg*. Paderborn: Schöningh, 2000, pp. 338-40.
- Sobre a capacidade do cáiser para moldar a linguagem com a qual os alemães comuns captavam as relações exteriores, ver Michael A. Obst, *Einer nur ist Herr im Reiche: Wilhelm II als politischer Redner* (Paderborn: Schöningh, 2010), pp. 406-7.
- Christopher Hibbert, *Edward VII: A Portrait*. Londres: Allen Lane, 1976, p. 282.
- Virginia Cowles, *Edward VII and His Circle*. Londres: Hamish Hamilton, [1956], p. 110.
- Zara S. Steiner, *The Foreign Office and Foreign Policy*, op. cit., pp. 69-71.
- Robert Tombs e Isabelle Tombs, *That Sweet Enemy. The French and British from the Sun King to the Present*. Londres: Heinemann, 2006, p. 438; Christopher Hibbert, *Edward VII*, op. cit., pp. 258-9; Roderick McLean, *Royalty and Diplomacy in Europe, 1890-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 147-8.
- Citado em Christopher Hibbert, *Edward VII*, op. cit., p. 262.
- Harold Nicolson, *King George the Fifth: His Life and Reign*. Londres: Constable, 1952, p. 175.
- Kenneth Rose, *George V*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1983, p. 166.
- Harold Nicolson, *King George the Fifth*, op. cit., p. 175.
- Citado em Miranda Carter, *The Three Emperors. Three Cousins. Three Empires and the Road to World War One*. Londres: Penguin, 2009, p. 82.
- Dominic C. B. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 117.
- Citado em David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia 1900-1914*, op. cit., p. 31.
- Citado em Dominic C. B. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 97.
- David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., pp. 38-57.
- Dominic C. B. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 100.
- David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., pp. 106
- Ibid.*, pp. 168-98.
- John C. G. Röhl, *Germany Without Bismarck. The Crisis of Government in the Second Reich, 1890-1900*. Londres: Batsford, 1967, *Id.*, “The ‘kingship mechanism’ in the Kaiserreich”. In: *The Kaiser and His Court. Wilhelm II and the Government of Germany*. Trad. de T. F. Cole. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 107-30; Hans-Ulrich Wehler, *Das deutsche Kaiserreich*, op. cit., S. 60-69; *Id.*, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, op. cit., v. 3, pp. 1016-20.
- Lamar Cecil, “Der diplomatische Dienst im kaiserlichen Deutschland”. In: Klaus

Schwabe (org.), *Das diplomatische Korps, 1871-1945*. Boppard am Rhein: Harald Boldt, 1985, pp. 15-9, aqui p. 39.

21. Citado em John C. G. Röhl, "Kaiser Wilhelm II: A Suitable Case for Treatment?". In: ———. *The Kaiser and His Court*, op. cit., pp. 2-27, aqui p. 12.

22. John C. G. Röhl, "The Splendour and Impotence of the German Diplomatic Service". In: ———. *The Kaiser and His Court*, op. cit., pp. 150-61, aqui p. 159; Friedrich-Christian Sthal, "Preussische Armee und Reichsheer, 1871-1914". In: Oswald Hauser, *Zur Problematik Preussens und das Reich*. Colonia: Böhlau, 1984, pp. 181-245, aqui p. 202; Johannes Paulmann, "Dearest Nicky...: Monarchical Relations between Prussia, the German Empire and Russia during the Nineteenth Century". In: Roger Bartlett e Karen Schönwalder (orgs.), *The German Lands and Eastern Europe. Essays on the History of Their Social, Cultural and Political Relations*. Londres: MacMillan, 1999, pp. 157-81.

23. O relato crítico de máxima autoridade é de John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., p. 26.

24. O'Brien para Elihu Root, Berlim, 7 abr. 1906, citado em Alfred Vagts, *Deutschland und die Vereinigten Staaten in der Weltpolitik*. 2 v., Nova York: MacMillan, 1935, p. 1878, citado em John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., p. 488.

25. Ragnhild Fiebig-von Hase, "Die Rolle Kaiser Wilhelms II. In den Deutschamerikanischen Beziehungen, 1890-1914". In: John C. G. Röhl (org.), *Der Ort Kaiser Wilhelms in der deutschen Geschichte*, op. cit., pp. 223-57, aqui p. 251; id., *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., p. 653.

26. John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., pp. 253, 125, 109, 269.

27. Ver Holstein para Eulenburg, Berlim, 20 out. 1891, em John C. G. Röhl (org.), *Philipp Eulenburgs Politische Korrespondenz*. Boppard am Rhein: Harald Boldt, 1976-83, v. 1, p. 716.

28. John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., pp. 82, 90.

29. Harald Rosenbach, op. cit., pp. 58-61; para confusão similar na política do cáiser para o Extremo Oriente, ver Gordon A. Craig, *Germany 1866-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1981, p. 244.

30. John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., p. 375; Holger Afflerbach, *Falkenhayn: Politische Denken und Handeln im Kaiserreich*. Munique: Oldenbourg, 1994, pp. 58-9.

31. Esse episódio é discutido em John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., p. 348.

32. Klaus Hildebrand, *Das vergangene Reich*, op. cit., pp. 155-6; Rainer Lahme, *Deutsche Außenpolitik 1890-1894: Von der Gleichgewichtspolitik Bismarcks zur Allianzstrategie Caprivis*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994, p. 18; Norman Rich, Max Henry Fisher e Werner Frauendienst (orgs.), *Die geheimen Papiere Friedrich von Holsteins*. Frankfurt: Musterschmidt, 1957, v. 1, p. 130.

33. Wilhelm para Büllow, 11 ago. 1905, em GP, v. 19/2, pp. 496-8; ver também Katharine Anne Lerman, *The Chancellor as Courtier*, op. cit., pp. 129-30; Christopher Clark, *Kaiser Wilhelm II*, op. cit., pp. 99-100.

34. John C. G. Röhl, *Wilhelm II: Der Weg in den Abgrund*, op. cit., p. 543.

35. *Ibid.*, pp. 366, 473; Holsten, nota sem data, Norman Rich, Max Henry Fisher e Werner Frauendienst (orgs.), op. cit., v. 4, p. 366.

36. Jules Cambon para Maurice Paléologue, Berlim, 10 maio 1912, AMAE PA-AP, 43 Jules Cambon, p. 204.

37. Jean-Paul Bled, *Franz Joseph*. Trad. de Theresa Bridgeman. Londres: Blackwell, 1994, pp. 200-3.

38. R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., pp. 14-7.

39. Fortunato Minniti, "Gli Sati Maggiori e la politica estera italiana". In: R. J. B. Bosworth e Sergio Romano (orgs.), *La Política estera italiana: 1860-1985*. Bolonha, Il Mulino, 1991, pp. 91-120, aqui p. 120; R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., p. 219.

40. Dominic B. C. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 219.

41. Seus filhos, por exemplo, brincavam com os filhos de embaixadores amigos; ver Helene Izvolsky, "The Fateful Years: 1906-1911", *Russian Review*, v. 28, n. 2, abr. 1969, pp. 191-206.

42. David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., pp. 84-5, 94-6.

43. Memorando de Edward Grey, 15 mar. 1907; Grey para Nicolson, Londres, 19 mar. 1907, TNA FO 418/38, pp. 79, 90-1.

44. Paul Miliukov, op. cit., p. 184.

45. David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., pp. 153, 157-8; Andrew Rossos, *Russia and the Balkans: Inter-Balkan Rivalries and Russian Foreign Policy 1908-1914*. Toronto: University of Toronto Press, 1981, p. 11; Ronald Bobroff, *Roads to Glory. Late Imperial Russia and the Turkish Straits*. Londres: Tauris, 2006, pp. 13-5.

46. Sobre os antecedentes do Acordo de Potsdam, ver I. Astaf'ev, *Russkogermanskite diplomaticheskie otnosheniia, 1905-1911 g.g.* Moscou: [s.n.], 1972.

47. Sobre Hartwig, ver Andrew Rossos, *Russia and the Balkans*, op. cit., pp. 50-1; sobre a diplomacia de Charykov em 1911, Ronald Bobroff, *Roads to Glory*, op. cit., pp. 23-6.

48. David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., p. 166.

49. Dominic B. C. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 82.

50. Andrew Rossos, *Russia and the Balkans*, op. cit., p. 9; Uwe Lischkowski, op. cit., pp. 173-4.

51. Sobre esse aspecto da política russa, ver Dietrich Geyer, *Russian Imperialism. The Interaction of Domestic and Foreign Policy 1860-1914*. Trad. de Bruce Little. Leamington: Berg, 1987, pp. 293-317, pass.

52. M. B. Hayne, op. cit., p. 34.

53. *Ibid.*, p. 81.

54. "Un diplomate" (pseud.), *Paul Cambon, ambassadeur de France*. Paris: Plon, 1937, p. 234.

55. M. B. Hayne, op. cit., pp. 84, 103.

56. *Ibid.*, p. 85.

57. *Ibid.*, pp. 174, 200.

58. Sobre o Acordo de Marrocos de 8 fev. 1909, ver Paul Cambon para Henri Cambon, 7 fev. 1909, em Cambon, *Correspondance*, op. cit., v. 2, pp. 272-3.

59. M. B. Hayne, op. cit., pp. 199, 207.

60. Herbetete, "Relations avec la France de 1902 à 1908. Notes de Maurice Herbetete", AMAE, NS Allemagne 26, esp. pp. 3 verso, 25, 27, 34, 36, 37, 58, 87, 91, 113, 150, 160, 175, 182, 200, 212, 219, 249, 343; para uma discussão deste documento, ver M. B. Hayne, op. cit., p. 209.

61. Citado em Jean-Claude Allain, *Agadir, 1911*. op. cit., p. 284; ver também M. B. Hayne, op. cit., p. 212; para o modo como a França lidou com a Alemanha no Marrocos, ver também E. Onken,

Panthersprung nach Agadir. Die Deutsche Politik während der zweiten Marokkokrise 1911. Düsseldorf: Droste, 1981, pp. 98-109.

62. E. W. Edwards, "The Franco-Ferman Agreement on Morocco, 1909", *The English Historical Review*, v. 78, n. 308, pp. 483-513, jul. 1963.
63. Para uma análise sutil da transição para a "diplomacia aventureira" em Paris em 1910-1, ver Jean Claude Allain, *Agadir, 1911*, op. cit., pp. 279-97.
64. Klaus Hildebrand, *Das vergangene Reich*, op. cit., p. 161.
65. Wolfgang J. Mommsen, *Grossmachtstellung und Weltpolitik*, op. cit., p. 125.
66. Geof Eley, "The View from the Throne: The personal Rule of Kaiser Wilhelm II", *The Historical Journal*, v. 28, n. 2, pp. 469-85, jun. 1985.
67. Holstein para Eulenburg, Berlim, 3 fev. 1897; ver também Eulenburg para Holstein, Viena, 7 fev. 1897, em Norman Rich, Max Henry Fisher e Werner Frauendienst (orgs.), op. cit., v. 4, pp. 8, 12, docs. 599 e 601; ver também Hohenlohe para Eulenburg, Berlim, 4 fev. 1897, em C. Z. Hohenlohe-Schillingsfürst, *Denkwürdigkeiten der Reichskanzlerzeit*. Org. de Karl Alexander von Mülller. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1931, p. 297.
68. Katharine Anne Lerman, *The Chancellor as Courtier*, op. cit., p. 110.
69. Wilhelm para Büllow, 11 ago. 1905, em GP, v. 19/2, pp. 496-8; ver também Katharine Anne Lerman, *The Chancellor as Courtier*, op. cit., pp. 129-30.
70. Peter Winzen, *Reichskanzler Bernhard Fürst von Büllow: Weltmachtstrategie ohne Fortune, Wegbereiter der grossen Katastrophe*. Göttingen: Muster-Schmidt, 2003, pp. 134-46.
71. Katharine Anne Lerman, *The Chancellor as Courtier*, op. cit., p. 258.
72. Konrad Hugo Jarausch, *The Enigmatic Chancellor: Bethmann Hollweg and the Hubris of Imperial Germany*. New Haven: Yale University Press, 1973, pp. 72, 110.
73. Sir Edward e Lady Grey, *The Cottage Book. The Undiscovered Country Diary of an Edwardian Statesman*. Org. de Michael Waterhouse. Londres: Orion Publishing, 2001, p. 63. Sobre a declarada aversão de Grey à vida política, ver também *ibid.*, p. 21.
74. Spring-Rice para Ferguson (Lorde Nova), 16 jul. 1898, em Stephen Gwynn (org.), *The Letters and Friendships of Sir Cecil Spring-Rice*. Londres: Constable, 1929, pp. 252-3.
75. Arthur Ponsonby, citado em Zara S. Steiner, *The Foreign Office and Foreign Policy*, op. cit., p. 84.
76. *Ibid.*, p. 92.
77. *Ibid.*, p. 91.
78. Dominik Geppert, *Pressekriege: Öffentlichkeit und Diplomatie in den deutsch-britischen Beziehungen (1896-1912)*. Munique: Oldenbourg, 2007, pp. 412-8.
79. Sobre as relações da elite com a Alemanha, ver Thomas Weber, "Our Friend 'The Enemy': Elite Education in Britain and Germany before World War I. Stanford, Stanford University Press, 2008.
80. Discurso feito por Grey no Eighty Club, reportado em *The Times*, Londres, 1 jun. 1905, p. 12, col. B.
81. Jean-Claude Allain, *Joseph Caillaux*. 2 v. Paris: Imprimerie Nationale, 1978, v. 1, esp. pp. 327-3; W. Henry Cooke, "Joseph Caillaux. Statesman of the Third Republic", *Pacific Historical Review*, v. 13, n. 3, 1944, pp. 292-7.
82. Jean-Claude Allain, *Joseph Caillaux*, op. cit., v. 1, p. 388.
83. John F. V. Keiger, *France and the Origins of the First World War*. Londres: MacMillan, 1983, pp. 35, 42.
84. Jean-Claude Allain, *Agadir, 1911*, op. cit., p. 402.
85. Ralf Forsbach, *Alfred von Kiderlen-Wächter (1852-1912): Ein Diplomatleben im Kaiserreich*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1997, v. 2, pp. 500-1.
86. Oscar Freiherr von der Lancken-Wakenitz para Langwerth von Simmer, Paris, 21 ago. 1911, GP, v. 29, doc. 10717.
87. Sobre o fracasso de Kiderlen em manter Hollweg informado dos resultados, ver a entrada de 30 jul. 1911 no diário de Kurt Riezler, em Karl Dietrich Erdmann (org.), *Kurt Riezler. Tagebücher, Aufsätze, Dokumente*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1972, pp. 178-9.
88. Relatório Schoen para gabinete das Relações Exteriores em Berlim, Paris, 7 maio 1911, GP, v. 29, doc. 10554, p. 113.
89. David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., pp. 182-3; E. Onken, op. cit., pp. 136-44; sobre a missão *Panther* como manifestação da "prudência" e do desejo de evitar "complicações de caráter bélico" de Kiderlen, ver esp. Jean-Claude Allain, *Agadir, 1911*, op. cit., p. 333.
90. G. P. Gooch, "Kiderlen-Wächter", *Cambridge Historical Journal*, v. 5, n. 2, pp. 178-92, jan. 1936, aqui p. 187.
91. Ralf Forsbach, op. cit., pp. 469, 471, 474, 476-7.
92. Os comentários estão registrados em "Indications données à M. Stéphane Pichon à M. de Margerie", 18 out. 1918, em AMAE, NS Allemagne 51, p. 202, apud Stefan Schmidt, *Frankreichs Außenpolitik in der Julikrise 1914: Ein Beitrag zur Geschichte des Ausbruchs der Ersten Weltkrieges*. Munique: Oldenbourg 2009, p. 228.
93. Grey para Bertie, 19 e 20 jul. 1911, Bertie para Grey, 21 jul. 1911, BD, v. 7, pp. 376, 382, docs. 397, 405, 408; ver também Samuel R. Williamson, *The Politics of Grand Strategy*, op. cit., pp. 146-7.
94. Keith M. Wilson, "The Agadir Crisis, the Mansion House Speech and the Double-edged Agreement", *Historical Journal*, v. 15, n. 3, p. 517, set. 1972.
95. Bertie para Grey, Paris, 17 jul. 1911, BD, v. 7, pp. 170-1, doc. 391.
96. Grey para Goschen, Londres, 21 jul. 1911, BD, v. 7, p. 390, doc. 411.
97. David Lloyd George, First Earl, "Mr. Lloyd George on British Prestige", *The Times*, Londres, 22 jul. 1911, p. 7, col. A.
98. David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 186.
99. Timothy Boyle, "New Light on Lloyd George's Mansion House Speech", *The Historical Journal*, v. 23, n. 2, pp. 431-3, jun. 1980. Sobre a orientação antigermânica do discurso, ver Richard A. Crossgrove, "A Note on Lloyd George's Speech at the Mansion House, 21 July 1911", *The Historical Journal*, v. 12, n. 4, pp. 698-701, dez. 1969; sobre o planejamento liberal imperialista por trás do discurso, ver Keith M. Wilson, "The Agadir Crisis", op. cit., pp. 513-32; também *Id.*, *The Policy of the Entente*, op. cit., p. 27; Samuel R. Williamson, *The Politics of Grand Strategy*, op. cit., pp. 153-5.
100. Citado em Keith M. Wilson, "The Agadir Crisis", op. cit., pp. 513-4.
101. Keith M. Wilson, *The Policy of the Entente*, op. cit., p. 27.
102. Zara S. Steiner, *British Foreign Office*, p. 125.
103. Sobre o local da "opção de guerra" na política de Grey, ver Jost Dülffer, Martin Kröger e Rolf-Harald Wippich, *Vermiedene Kriege. Deeskalation von Konflikten der Grossmächte zwischen Krimkrieg und Ersten Weltkrieg 1856-1914*. Munique: Oldenbourg, 1997, p. 639.

104. Hollweg para Metternich, 22 nov. 1911, GP, v. 29, pp. 261-6, doc. 10657 (sobre a "ordem para preparar-se para a guerra" do governo britânico); Hollweg para Metternich, 22 nov. 1911, GP, v. 31, doc. 11321, pp. 31-3 (p. 32, sobre a "prontidão para atacar"). Sobre o papel da Grã-Bretanha na escalada da crise: Hew Strachan, *The First World War*, op. cit., p. 26.
105. Aehrenthal, audiência com o imperador Francisco José, Mendel, 3 ago. 1911, ÖUAP, v. 3, pp. 292-4, doc. 2579, aqui p. 294.
106. Conversa entre Kiderlen e Osten-Sacken, relatada em Osten-Sacken para Neratov, Berlim, 20 ago. 1911, IBZI, série 3, v. 1, parte 1, p. 344, doc. 238.
107. Friedrich Kiessling, *Gegen den grossen Krieg?*, op. cit., p. 59.
108. Keith M. Wilson, *Policy of the Entente*, op. cit., pp. 31-6.
109. *Ibid.*, p. 29.
110. Samuel R. Williamson, *The Politics of Grand Strategy*, op. cit., p. 46; Christopher Andrew, *Théophile Delcassé and the Making of the Entente Cordiale*, op. cit., pp. 283-4; sobre o envolvimento de Haldane nesses eventos, ver Edward M. Spiers, *Haldane. An Army Reformer*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1980, p. 78.
111. Samuel R. Williamson, *The Politics of Grand Strategy*, op. cit., esp. cap. 7.
112. Keith M. Wilson, *Policy of the Entente*, op. cit., p. 123.
113. Stefan Schmidt, op. cit., pp. 156-71, 196.
114. Barão Guillaume para Davignon, 14 abr. 1913, MAEB AD, France 11, Correspondance politique-légations.
115. Edward Mandell House, *The Intimate Papers of Colonel House*. Org. de Charles Seymour. Londres: E. Benn, 1926. v. 1: Behind the Political Curtain, 1912-1915, pp. 254-5.
116. Devo essa novidade ao professor Laurence W. Martin, autor de *Peace Without Victory. Woodrow Wilson and the British Liberals*. Port Washington, NY: Kennikat Press, 1973.
117. Peter Gattrell, *Government, Industry and Rearmament in Russia, 1900-1914: The Last Argument of Tsarism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 128-9; William C. Fuller Jr., *Strategy and Power in Russia, 1600-1914*. Nova York: The Free Press, 1992, p. 411; David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 156.
118. Peter Gattrell, op. cit., pp. 147-8.
119. Vladimir Aleksandrovich Sukhomlinov, *Erinnerungen*. Berlin: R. Hobbings, 1924, pp. 271-7; Vladimir Nikolaevich Kokovtsov, *Out of My Past: The Memoirs of Count Kokovtsov, Russian Minister of Finance, 1904-14, Chairman of the Council of Ministers, 1911-1914*. Org. de Harold H. Fisher. Trad. de Laura Matveev. Stanford: Stanford University Press, 1935, pp. 229, 313-5.
120. David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 178.
121. Peter-Christian Witt, *Die Finanzpolitik des Deutschen Reiches von 1903 bis 1913. Eine Studie zur Innenpolitik des wilhelminischen Deutschland*. Lübeck: Mathiesen Verlag, 1970, pp. 318-20, 323.
122. Stig Förster, *Der doppelte Militarismus: Die deutsche Heeresrüstungspolitik zwischen Status-Quo-Sicherung und Aggression, 1890-1913*. Stuttgart: Franz Steiner, 1985, pp. 112-6, 224.
123. Ver Terence Zuber, *Inventing the Schlieffen Plan*. Nova York: Oxford University Press, 2002, pass.
124. Sobre as restrições estruturais às despesas militares do Reich, ver Niall Ferguson, "Public Finance and National Security: The Domestic Origins of the First World War Revisited", *Past & Present*, n. 142, pp. 141-68, fev. 1994.
125. Karl von Einem para Bernhard von Bülow, 18 jun. 1906, citado em David G. Herrmann, *The Arming of Europe and the Making of the First World War*. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 67.
126. Annika Mombauer, *Helmuth von Moltke and the Origins of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 88.
127. David G. Herrmann, *The Arming of Europe and the Making of the First World War*, op. cit., pp. 64-5.
128. Conrad em *ibid.*, p. 98; David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 6; Norman Stone, "Army and Society in the Habsburg Monarchy 1900-1914", *Past & Present*, n. 33, pp. 95-111, abr. 1966; István Deák, "The Fall of Austria-Hungary: Peace, Stability, and the Legitimacy", op. cit., p. 89.
129. Sobre a luta por financiamentos, ver Joseph Joffre, *Mémoires du Maréchal Joffre (1910-1917)*. Paris: Plon, 1932, pp. 41-59, citação na p. 58; Gerd Krumeich, *Armaments and Politics in France on the Eve of the First World War: The Introduction of the Three-Year Conscription 1913-1914*. Trad. de Stephen Conn. Leamington: Berg, 1984; David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 218. Sobre o rearranjo de opiniões, ver Paul B. Miller, *From Revolutionaries to Citizens: Antimilitarism in France, 1870-1914*. Durham, NC: Duke University Press, 2002, pp. 173-200.
130. Gerd Krumeich, op. cit., p. 47.
131. Stig Förster, *Der doppelte Militarismus*, op. cit., pp. 216-20, 272; David G. Herrmann, *The Arming of Europe and the Making of the First World War*, op. cit., p. 190; Peter-Christian Witt, op. cit., pp. 356-7.
132. William C. Fuller Jr., *Civil-Military Conflict in Imperial Russia, 1881-1914*. Princeton: Princeton University Press, 1985, p. 225; citação: Vladimir Nikolaevich Kokovtsov, op. cit., p. 340.
133. Joseph Caillaux, *Mes Mémoires*. Paris: Plon, 1942-7. v. 2: Mes Audaces, Agadir, 1909-1912, pp. 211-5; Gerd Krumeich, op. cit., p. 24.
134. Dominic B. C. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 175. A referência a "atitudes civilizadas" é de Durnovo, ver *id.*, *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven: Yale University Press, 1989, p. 218.
135. Bruce W. Menning, *Bayonets Before Bullets, The Imperial Russian Army, 1861-1914*. Blooming-ton, IN: Indiana University Press, 1992, pp. 221-37.
136. William C. Fuller Jr., *Strategy and Power in Russia*, op. cit., pp. 424-33.
137. Vladimir Nikolaevich Kokovtsov, op. cit., p. 348.
138. David M. McDonald, "A Lever without a Fulcrum: domestic Factors and Russian Foreign Policy, 1904-1914". In: Hugh Rasgdale (org.), *Imperial Russian Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 268-314, aqui p. 302, sobre o apoio a Sukhomlinov no Conselho, Vladimir Nikolaevich Kokovtsov, op. cit., p. 349.
139. Ver, por exemplo, Peter Rassow, "Schlieffen und Holstein", *Historische Zeitschrift*, v. 173, pp. 297-313, dez. 1952.
140. Widenmann para Tirpitz, Londres, 28 out. 1911 e 30 out. 1911 e 31, pp. 11-7, docs. 11313, 11314.
141. Para uma análise esclarecedora dos relatos de Widenmann, à qual minha discussão está em dívida, ver Friedrich Kiessling, *Gegen den grossen Krieg?*, op. cit., pp. 73-4.

142. Hollweg para Metternich, Berlin, 31 out. 1911; Metternich para Hollweg, Londres, 1 nov. 1911, GP, v. 31, pp. 17-24, docs. 11315, 11316.
143. Friedrich Kiessling, *Gegen den grossen Krieg?*, op. cit., p. 74.
144. "Der Kaiser machte eine, der Kanzler eine andere Politik, der Generalstab seine Antworten für sich", Alfred von Waldersee para Jagow (secretário de Estado das Relações Exteriores), 6 maio 1919, citado em Dieter Hoffmann, *Der Sprung ins Dunkle: Oder wie der I. Weltkrieg entfesselt wurde*. Leipzig: Militzke, 2101, p. 137.
145. David B. Ralston, *The Army of the Republic: The Place of the Military in the Political Revolution of France, 1871-1914*. Cambridge, MA: Massachussets Institute of Technology Press, 1967, pp. 339-40 observa que Moltke, ao contrário de Joffre, teve de discutir com um imperador que levava muito a sério seus deveres como "supremo senhor da guerra". Para crítica a esse ponto de vista, ver Douglas Porch, *The March to the Marne. The French Army, 1871-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, pp. 171-2.
146. Entradas no diário de Wilson de 9 ago. 1911 e 16 nov. 1911, Imperial War Museum de Londres; terceira citação: Hew Strachan, *The Politics of the British Army*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 114; sobre as opiniões políticas e constitucionais de Wilson ver *ibid.*, pp. 114-5, 125-6.
147. Samuel R. Williamson e Russell Van Wyk, *July 1914, Soldiers, Statesmen and the Coming of the Great War: A Brief Documentary History*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2003, p. 218.
148. Raymond Poincaré, "Entretien avec Kokowitsoff: Chemins de fer stratégiques", São Petersburgo, ago. 1912, AMAE, NS Russie, 41, p. 280.
149. Douglas Porch, op. cit., p. 175. Sobre o efeito constritor da aliança russa sobre os arranjos de segurança franceses, ver também comentários de 17 jun. 1914 feitos por Maurice Herbette relatados em Georges Louis, *Les Carnets de Georges Louis*. Paris: F. Rieder, 1926, v. 2, p. 114.
150. Gerd Krumeich, op. cit., p. 214.
151. Annika Mombauer, *Helmut von Moltke and the Origins of the First World War*, op. cit., p. 45.
152. William C. Fuller Jr., *Civil-Military Conflict in Imperial Russia*, op. cit., p. 225.
153. Marc Trachtenberg, "The Coming of the First World War: A Reassessment". In: _____, *History and Strategy*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
154. Pourtales para Hollweg, São Petersburgo, 1 fev. 1913, relatando uma conversa com Sazonov, PA-AA, R 10896.
155. *Ibid.*, 11 mar. 1914, PA-AA, R 10898.
156. Paul Miliukov, op. cit., p. 235.
157. Michael Ekstein, "Sir Edward Grey and Imperial Germany in 1914", *Journal of Contemporary History*, v. 6, n. 3, 1971, pp. 121-31.
158. Bernhard von Bülow, discurso para o Reichstag, 29 mar. 1909, citado em Bernhard Rosenberg, *Zeitungen als Kriegstreiber? Die Rolle der Presse im Vorfeld der Ersten Weltkrieges*. Colônia: Böhlau, 1998, p. 33.
159. Sobre esse desenvolvimento e seu impacto na política alemã, ver Joachim Radkau, *Das Zeitalter der Nervosität. Deutschland zwischen Bismarck und Hitler*. Munique: Hanser, 1998; Wolfgang Mommsen, *Bürgerstolz und Weltmachtsstreben: Deutschland unter Wilhelm II, 1890 bis 1918*. Berlin: Propyläen-Studienausgabe, 1995, p. 187; Hans-Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, op. cit., v. 3, p. 905; Jonathan Sperber, *The Kaiser's Voters: Electors and Elections in Imperial Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; James N. Retallack, *Notables of the Right: The Conservative Party*

- and Political Mobilization in Germany. Winchester, MA: Allen & Unwin, 1988; Geoff Eley, *Reshaping the German Right: Radical Nationalism and Political Change after Bismarck*. New Haven: Yale University Press, 1980; Thomas Nipperdey, *Die Organisation der deutschen Parteien vor 1918*. Düsseldorf: Droste, 1961; David Blackbourn, "The Politics of Demagogy in Imperial Germany". In: _____. *Populists and Patricians. Essays on Modern German History*. Londres: Allen & Unwin, 1987, pp. 217-45, aqui pp. 222 ss.
160. R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., p. 44.
161. Sobre Corradini e sua influência, num contexto pan-europeu, ver Monique de Taeye-Henen, *Le Nationalisme d'Enrico Corradini et les origines du fascisme dans la revue florentine 'Il Regno', 1903-1906*. Paris: Didier, 1973; ver também a proveitosa introdução de Enrico Corradini, *Scritti e discorsi*. Org. de Lucia Strappini. Turim: Einaudi, 1980, pp. vii-lix.
162. William Mulligan, *The Origins of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 139.
163. David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., p. 182; Louise McReynolds, *The News Under Russia's Old Regime. The Development of a Mass-Circulation Press*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 223-52.
164. Ver R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., p. 17; Christopher Clark, *Kaiser Wilhelm II*, op. cit., pp. 218-55; Dominik Geppert, *Pressekrige*, op. cit., pass.
165. Dominic B. C. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 96.
166. Buisseret (ministro belga em São Petersburgo) para Davignon (ministro de Relações Exteriores da Bélgica), 17 jan. 1908, MAEB AD, Empire Russe, 34, 1914.
167. Hardinge para Nicolson, 28 out. 1908, citado em Keith Neilson, "My Beloved Russians": Sir Arthur Nicolson and Russia, 1906-1916", op. cit., pp. 538-9.
168. Judith A. Head, "Public Opinions and Middle-Eastern Railways: The Russo-German Railway Negotiations of 1910-11", *International History Review*, v. 6, n. 1, pp. 28-47, fev. 1984, aqui pp. 46-7.
169. Theodore Roosevelt, *America and the World War*. Londres, 1915, p. 36.
170. Christopher Hibbert, *Edward VII*, op. cit., pp. 256-7; Robert Tombs e Isabelle Tombs, op. cit., pp. 438-40.
171. Kosztowits para Tets van Goudrian, 7 mar. 1906, NA, 2.05.36, doc. 10, Rapporten aan en briefwisseling met het Ministerie van Buitenlandse Zaken.
172. David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 193; Jean-Claude Allain, *Agadir, 1911*, op. cit., pp. 370-82.
173. Descos (ministro francês em Belgrado) para Doumergue (ministro das Relações Exteriores da França), 23 mar. 1914, 22 abr. 1914, 9 jun. 1914 em DDF, série 3 (1911-4), v. 10, pp. 26-7, 252-5, 513-5, docs. 17, 145, 347.
174. William C. Fuller Jr., *Civil-Military Conflict in Imperial Russia*, op. cit., p. 210.
175. Kohlaas, memorando para Pourtales, Moscou, 3 dez. 1912, PA-AA, R 10895.
176. Guillaume para Davignon, Paris, 5 maio 1913, MAEB AD, France 11, 1914.
177. Keith Robbins, "Public Opinion, the Press and Pressure Groups". In: Francis Harry Hinsley (org.), *British Foreign Policy under Sir Edward Grey*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 70-88, aqui p. 72; Dominik Geppert, *Pressekrige*, op. cit., pp. 59-69.
178. Denis Mack Smith, *Italy and Its Monarchy*. New Haven: Yale University Press, 1989, p. 191.

179. D. W. Spring, "Russia and the Coming of War". In: R. J. W. Evans e Harmut Pogge von Strandmann (orgs.). *The Coming of First World War*. Oxford: Clarendon Press, 1988, pp. 57-86, aqui pp. 59-60.
180. Reportagem de um jornalista alemão não identificado sobre o *Lokal-Anzeiger* de São Petersburgo, encaminhado em Poutalês para Hollweg. São Petersburgo, 17 mar. 1911, PA-AA, R 10544.
181. M. B. Hayne, op. cit., pp. 43-4.
182. David M. McDonald, *United Government and Foreign Policy in Russia, 1900-1914*, op. cit., pp. 133-4, 191.
183. M. B. Hayne, op. cit., p. 47.
184. Gerd Krumeich, op. cit., pp. 46-7.
185. William C. Fuller Jr., *Strategy and Power in Russia*, op. cit., pp. 419-20.
186. Buisseret para Davignon, São Petersburgo, 17 jan. 1914, 27 mar. 1914, 9 jun. 1914, MAEB AD, Empire Russe 34, 1914.
187. Leopold Kammerhofer, *Diplomatie und Pressepolitik 1848-1918*. In: Adam Wandruszka e Peter Urbanitsch (orgs.), op. cit., v. 6/1: *Die Habsburger Monarchie im System der internationalen Beziehungen*, pp. 459-95, aqui pp. 489-90; Joseph Gontar e Lyman Beecher Stowe, *The Inside Story of Austro-German Intrigue or How the World War Was Brought About*. Nova York: Doubleday, 1920.
188. M. B. Hayne, op. cit., p. 45.
189. Sobre subsídios para jornalistas em São Petersburgo: Poutalês para Hollweg, São Petersburgo, 2 dez. 1911, PA-AA, R 10544. Sobre subsídios britânicos: William Mulligan, op. cit., p. 169.
190. Georges Louis para Departamento Político e Comercial, MFA, São Petersburgo, 24 fev. 1912, AMAE, NS Russie 41.
191. Günther Kronenbitter, op. cit., p. 450.
192. Conde Mirbach-Sorquitten para Hollweg, 3 jul. 1914, PA-AA, R 10544; Constantinopla: Sean McMeekin, *The Berlin-Baghdad Express: The Ottoman Empire and Germany's Bid for World Power 1898-1918*. Londres: Penguin, 2010, p. 69.
193. Jules Cambon para Maurice Paléologue, Berlim, 10 maio 1912, AMAE PA-AP, 43 Cambon Jules, 56, p. 204.
194. Jules Cambon para Raymond Poincaré, Berlim, 26 out. 1912, AMAE PA-AP, 43 Cambon Jules, 56, pp. 51-2.
195. Moltke para Hollweg, 2 dez. 1912, PA-AA Berlim, R 789.
196. Gerd Krumeich, op. cit., p. 48; Stefan Schmidt, op. cit., pp. 216-8, 227.
197. Citado em H. Temperley e L. Penson, *Foundations of British Foreign Policy from Pitt (1792) to Salisbury (1902)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1938, pp. 519-20.
198. Justin de Selves para Georges Louis, 21 ago. 1911, DDF, série 2, v. 14, pp. 255-6, doc. 200; Louis para de Selves, 1 set. 1911, *ibid.*, pp. 305-7, doc. 234.
199. Tschirschky para Hollweg, relatando uma conversa com Jovanović, 18 nov. 1912; Poutalês para Hollweg, relatando uma conversa com Sazonov, São Petersburgo, 10 dez. 1912, PA-AA, R 10895.
200. Poutalês Hollweg, São Petersburgo, 17 nov. 1912, *ibid.*; sobre essa prática na diplomacia russa, ver também Dietrich Geyer, op. cit., p. 315.
201. Ronald Bobroff, "Behind the Balkan Wars: Russian Policy toward Bulgaria and the Turkish Straits, 1912-13", *Russian Review*, v. 59, n. 1, pp. 76-95, jan. 2000, aqui p. 79.
202. Poutalês para Bülow, São Petersburgo, 11 dez. 1908, GP, v. 26/1, pp. 387-8, doc. 9187; Guilherme II para Francisco José, Berlim, 26 jan. 1909, GP, v. 26/2, pp. 401-2, doc. 9193; Nicolau II para Guilherme II, São Petersburgo, 25 jan. 1909, GP, v. 26/2, pp. 402-4, doc. 9194.
203. Grey para Asquith, 13 set. 1911, citado em Friedrich Kiessling, *Gegen den grossen Krieg?*, op. cit., p. 40; Poutalês para Hollweg, São Petersburgo, 12 fev. 1910, PA-AA, R 10894.
204. David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 160.
205. Radolin para Hollweg, Paris, 10 fev. 1910, PA-AA, R 10894.
206. Guillaume para Davignon, 5 jan. 1914, MAEB AD, France, 12, 1914.
207. Dominik Geppert, *Pressekratie*, op. cit., pp. 123, 230.
208. Dominic B. C. Lieven, *Nicholas II*, op. cit., p. 192.
209. Dominik Geppert, *Pressekratie*, op. cit., p. 358.
210. Tatishchev para Nicolau II, 27 fev. 1013, GARF, Fond 601, op. 1, del 746 (2).
211. Rosenberger, *Zeitungen*, pass; Dominik Geppert, *Pressekratie*, op. cit., p. 27.
212. General Friedrich von Bernhardi, *Germany and the Next War*. Trad. de Allen H. Powles. Londres: Darling & Son, 1912, esp. cap. 1.
213. Friedrich Kiessling, *Gegen den Grossen Krieg?*, op. cit., pp. 70, 99.
214. James Joll, 1914: *The Unspoken Assumptions. An Inaugural Lecture Delivered 25 April 1968*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1968.
215. Sobre "patriotismo defensivo" como posição contumaz de todas as esferas públicas europeias, ver William Mulligan, op. cit., p. 159.
216. Reginald Baliol Brett Esher, "To-day and To-morrow". In: _____. *To-day and To-morrow and Other Essays*. Londres: John Murray, 1910, p. 13; *Id., Modern War and Peace: A Lecture Delivered to The Cambridge University War and Peace Society, December 2, 1912*. Cambridge: Bowes & Bowes, 1912, p. 19.
217. Citado em John Gooch, "Attitudes to War in Late Victorian and Edwardian England". In: _____. *The Prospect of War: Studies in British Defence Policy, 1847-1942*. Londres: Frank Cass, 1981, pp. 35-51.
218. Sobre "ideologia do sacrifício", ver Alexander Watson e Patrick Porter, "Bereaved and Aggrieved: Combat Motivation and the Ideology of Sacrifice in the First World War", *Historical Research*, v. 83, n. 219, pp. 146-64, fev. 2010. Sobre descrições positivas do conflito, ver Glenn R. Wilkinson, "The Blessing of War": The Depiction of Military Force in Edwardian Newspapers", *Journal of Contemporary History*, v. 33, n. 1, pp. 97-115, jan. 1998.
219. Citado em Caroline Elisabeth Playne, *The Pre-War Mind in Britain: A Historical Review*. Londres: Allen & Unwin, 1928, p. 148.
220. Para um excelente relato desses assuntos, ver Zara S. Steiner, "Views of War: Britain Before the Great War — and After", *International Relations*, v. 17, pp. 7-33, mar. 2003.
221. William C. Fuller Jr., *Civil-Military Conflict in Imperial Russia*, op. cit., p. 197; *Id., Strategy and Power in Russia*, op. cit., p. 395.
222. Gerd Krumeich, op. cit., pp. 101-2; David G. Herrmann, *The Arming of Europe and the Making of the First World War*, op. cit., p. 194.
223. David Stevenson, *Armaments and the Coming of War*, op. cit., p. 150; David G. Herrmann, *The Arming of Europe and the Making of the First World War*, op. cit., pp. 113-4.
224. Caroline Elisabeth Playne, op. cit., pp. 147-8.

225. Brendan Simms, *The Impact of Napoleon: Prussian High Politics, Foreign Policy and the Crisis of the Executive, 1797-1806*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
226. Andrew Preston, *The War Council: McGeorge Bundy, the NSC, and Vietnam*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.
227. Philip E. Mosely, "Russian Policy in 1911-12", *The Journal of Modern History*, v. 12, n. 1, pp. 86, mar. 1940, aqui p. 86.

COMPLICAÇÕES NOS BÁLCÃS [pp. 270-340]

1. George Frederick Abbott, *The Holy War in Tripoli*. Londres: E. Arnold, 1912, pp. 192-5.
2. Gustavo Ramaciotti, *Tripoli: A Narrative of the Principal Engagements of the Italian-Turkish War*. Londres: H. Rees, 1912, p. 117.
3. Ernst Nathaniel Bennett, *With the Turks in Tripoli. Being Some Experiences of the Turco-Italian War of 1911*. Londres: Methuen, 1912, pp. 24-5.
4. *Ibid.*, p. 77.
5. George Young (org.), *Nationalism and War in the Near East*. Oxford: Clarendon Press, 1915.
6. "M. Miroslaw Spalajkovič", entrevista com Spalajkovič em *La Revue Diplomatique*, 31 jul. 24, recorte arquivado em *as*, Arquivos Pessoais Miroslaw Spalajkovič, Fiche 101, p. 95.
7. William C. Askew, *Europe and Italy's Acquisition of Libya 1911-1912*. Durham, NC: Duke University Press, 1942, p. 19; sobre a incorporação de uma garantia líbia na segunda renovação da Tríplice Aliança em 1887, ver Holger Afllerbach, *Der Dreibund. Europäische Grossmacht- und Allianzpolitik in dem Ersten Weltkrieg*, op. cit., p. 691.
8. R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., pp. 137-8.
9. Enrico Serra, "La burocrazia della politica estera italiana". In: In: R. J. B. Bosworth e Sergio Amato (orgs.), op. cit., pp. 69-90, aqui p. 80.
10. Miles Ignotus (pseud.), "Italian Nationalism and the War with Turkey", *Fortnightly Review*, pp. 1084-96, dez. 1911, aqui pp. 1088-91; William C. Askew, op. cit., pp. 25, 27; Francesco Maliti, *La Guerra Libica (1911-1912)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1970, pp. 37-96.
11. Sobre o chauvinismo socialista na época da invasão, ver Ernst Nathaniel Bennett, op. cit., p. 7.
12. R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., p. 151.
13. Pietro di Scalea para San Giuliano, 13 ago. 1911, *ibid.*, p. 158.
14. Assim Grey resumiu sua conversa com o embaixador numa carta subsequente a Sir Renal Rodd; ver Grey para Rodd, 28 jul. 1911, *TNA*, p. 371/1250, p. 311.
15. R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., pp. 152-3.
16. Grey para Nicolson, Londres, 19 set. 1911, *BD*, v. 9/11, p. 274, doc. 231.
17. R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., p. 159; Holger Afllerbach, *Der Dreibund. Europäische Grossmacht- und Allianzpolitik von dem Ersten Weltkrieg*, op. cit., p. 693.
18. Citado em R. J. B. Bosworth, *Italy, the Least of the Great Powers*, op. cit., p. 160.
19. O embaixador era o ex-secretário de Estado das Relações Exteriores marechal Von Bieckstein, que se opunha fortemente à campanha italiana. Sobre a tensão na política alemã, ver W. Wrigley, "Germany and the Turco-Italian War, 1911-1912", *International Journal of Middle East Studies*, v. 11, n. 3, pp. 313-38, maio 1980, esp. pp. 315, 319-20; também Francesco Malgeri, op. cit., p. 138; Holger Afllerbach, *Der Dreibund. Europäische Grossmacht- und Allianzpolitik von dem Ersten Weltkrieg*, op. cit., pp. 693-4.
20. Francesco Malgeri, op. cit., p. 119.
21. Memorando de San Giuliano para Giolitti, Fuggi, 28 jul. 1911, em Claudio Pavone (org.), *Dalle carte di Giovanni Giolitti: quarant'anni di politica italiana*. Milão: Feltrinelli, 1962, v. 3: *Dai prodromi della guerra al fascismo, 1910-1928*, pp. 52-6, doc. 49.
22. Timothy Winston Childs, *Italo-Turkish Diplomacy and the War Over Libya*. Leiden: E. J. Brill, 1990, pp. 44-5.
23. Relatório de San Giuliano para Giolitti, 28 jul. 1911, em Claudio Pavone, op. cit., pp. 52-6.
24. Timothy Winston Childs, op. cit., pp. 46-7.
25. Chevalier Tullio Irace, *With the Italians in Tripoli: The Authentic History of the Turco-Italian War*. Londres: J. Murray, 1912, pp. 11-2.
26. Para um bom relato sobre os combates nas redondezas de Trípoli em outubro e novembro de 1911, apesar de um forte viés pró-italiano, ver William Kidston McLure, *Italy in North Africa: An Account of the Tripoli Enterprise*. Londres: Constable, 1913, pp. 60-109. Para relatos internacionais das atrocidades italianas e resistência árabe mais genericamente, ver Francesco Malgeri, op. cit., pp. 195, 165-94.
27. Textos dos tratados e do *ferman* imperial concedendo autonomia em Timothy Winston Childs, op. cit., pp. 243-53.
28. Sergio Romano, *La Quarta Sponda: La Guerra di Libia, 1911-1912*. Milão: TEA, 1977, p. 14.
29. Francesco Malgeri, op. cit., pp. 303, 306-9.
30. *Ibid.*, pp. 327-9.
31. Paul Cambon para Poincaré, 25 jan. 1912, *DDF*, série 3, v. 1, pp. 535-8, doc. 516, aqui p. 562.
32. Sobre o fracasso do "sistema de concerto" nos últimos anos antes da guerra, ver Richard Langhorne, *The Collapse of the Concert of Europe. International Politics, 1890-1914*. Nova York: St. Martin's, 1981, esp. pp. 97-107; Günther Kronenbitter, "Diplomatisches Scheitern: Die Julikrise 1914 und die Konzertdiplomatie der europäischen Grossmächte". In: Bernhard Chiari Chiari e Gerhard P. Gross (orgs.), *Am Rande Europas? Der Balkan: Raum und Bevölkerung als Wirkungsfelder militärischer Gewalt*. Munique: Oldenbourg, 2009, pp. 55-66; F. R. Bridge, Österreich (-Ungarn) unter der Grossmächten". In: Adam Wandruszka e Peter Urbanitsch (orgs.), op. cit., v. 6/1, pp. 196-373, aqui pp. 356-60.
33. Rainer Lahme, op. cit., pp. 316-37, 494.
34. Citado em William L. Langer, *The Franco-Russian Alliance, 1890-1894*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1929, p. 83.
35. John D. Treadway, *The Falcon and the Eagle: Montenegro and Austria-Hungary, 1908-1914*. West Lafayette, IN: Purdue University Press, 1983, pp. 88-9.
36. Andrew Rossos, *Russia and the Balkans*, op. cit., p. 36.
37. Richard C. Hall, *The Balkan Wars, 1912-1913: Prelude to the First World War*. Londres: Routledge, 2000, p. 11.
38. Citado em Robert Elsie (org.), *Kosovo. In the Heart of the Balkan Powder Keg*. Boulder: East European Monographs, 1997, pp. 78-9.